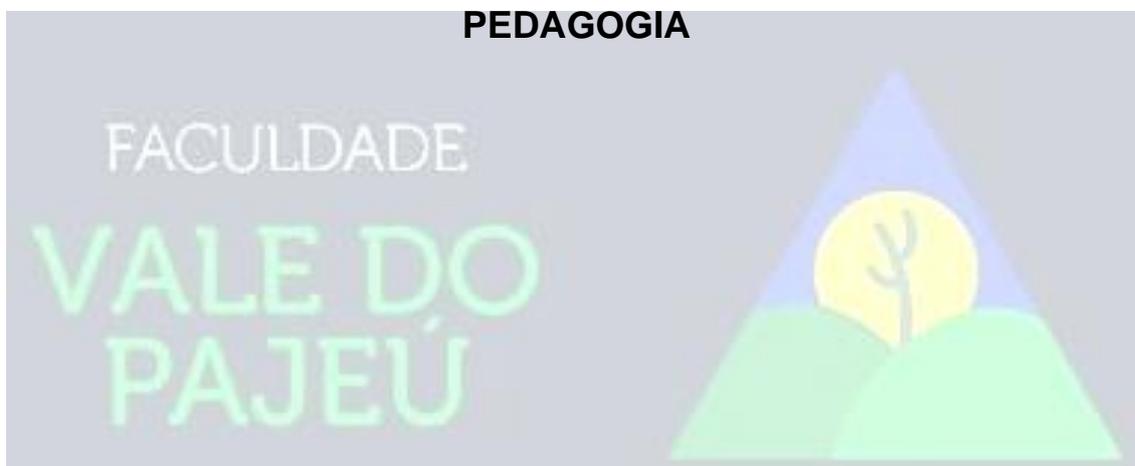




FACULDADE VALE DO PAJEÚ
(FVP)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA



SÃO JOSÉ DO EGITO - PE
2021



SUMÁRIO

1. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	5
1.1. Dirigente principal da Mantenedora	5
1.2. Identificação da instituição Mantida	5
1.3. Dirigente principal da Mantida	5
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL	6
2.1. Missão Institucional	7
2.2. Visão Institucional	7
2.3. Valores	7
2.4. Objetivos	8
3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	10
3.1. Denominação	10
3.2. Modalidade de Ensino	10
3.3. Modalidade de Oferta	10
3.4. Vagas Anuais	10
3.5. Turnos de Funcionamento	10
3.6. Nº de Alunos por Turma	10
3.7. Integralização	10
3.8. Carga Horária e Duração do Curso	10
3.9. Regime de Matrícula	11
3.10. Regime do Curso	11
4. CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FVP E JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	12
4.1. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Global	14
4.2. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e as perspectivas acerca da interiorização e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação	19
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	24
6. OBJETIVOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FVP	30
6.1. Objetivo Geral	31
6.2. Objetivos Específicos	31
6.3. Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional	34
6.4. Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso	35
6.5. Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais	35
6.6. Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso	36
7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	37
7.1. Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia	37
7.2. Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais	38



7.3. Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho	38
7.4. Perfil Profissional: O egresso do Curso de Pedagogia da FVP	39
7.5. Áreas de Atuação	47
8. MISSÃO DO CURSO	49
9. FORMAS DE ACESSO	49
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	52
10.1. Estrutura Curricular: Apresentação	52
10.1.1. Estrutura Curricular: Flexibilidade	53
10.2. Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades Teórico-Prática de Aprofundamento	54
10.3. Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos	55
10.4. Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação	55
10.4.1. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Pesquisa e Prática Pedagógica	56
10.4.2. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	57
10.4.3. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Eixos Integradores e Núcleos Formativos	58
10.4.4. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado	61
10.4.4.1. Estágio Curricular Supervisionado: Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica	64
10.4.5.1. Estágio Curricular Supervisionado: Relação entre Licenciandos, Docentes e Supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica	65
10.4.6.1. Estágio Curricular Supervisionado: Relação Teoria e Prática	65
10.5. Estrutura Curricular – Acessibilidade Metodológica	66
10.6. Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária	67
10.7. Estrutura Curricular – Elementos Inovadores	67
10.8. Estrutura Curricular: Desenho de um perfil de Formação	69
11. CONTEÚDOS CURRICULARES	80
11.1. Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso	80
11.2. Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias	81
11.3. Conteúdos Curriculares: A Acessibilidade Metodológica	82
11.4. Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental	83
11.5. Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores	85
11.6. Conteúdos Curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia	86
12. METODOLOGIA	140
12.1. A Acessibilidade Metodológica e a Autonomia de Aprendizado dos Alunos	144



12.2. Metodologia: As relações teoria-prática e as praticas pedagógicas e recursos inovadores	146
13. O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	150
13.1. Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio.....	152
14. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO	153
14.1. Aderência das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento à Formação Geral e Específica	154
14.2. Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	155
15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	157
15.1. O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC	158
16. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	159
16.1. Centro de Apoio ao Estudante.....	160
16.1.1. Ouvidoria.....	161
16.1.2 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico.....	162
16.1.3. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento	165
16.1.4. Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental	167
16.1.5 Políticas de Retenção.....	168
16.1.6 Núcleo de Estágio e Carreira.....	169
16.1.7 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria FVP	170
16.1.8. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos.....	178
17. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	179
17.1. As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica	181
17.2. As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica	182
18. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	183
19. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	184
19.1. A Avaliação e a Autonomia do Aluno.....	186
20. NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS.....	188
20.1. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente	188
20.2. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica.....	190
21. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS.....	191
22. DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE.....	192
22.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	192
22.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	Erro! Indicador não definido.
22.2.1. NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC	194
22.2.2. NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte	195



23. REGIME DE TABALHO DO COORDENADOR	196
23.1. Os Indicadores que Subsidiem a Gestão da Coordenação de Curso de Pedagogia da FVP 197	
23.2. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do Coordenador.	201
23.3. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	201
23.4. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	206
23.5. Plano de Carreira Docente.....	208
23.6. Qualificação do Corpo Docente.....	209
24. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO	210
25. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	212
26. DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	213
26.1 Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral.....	213
26.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos	214
26.3. Sala dos Professores.....	214
26.4. Salas de Aula.....	215
26.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	216
26.6. Biblioteca.....	217
26.6.1. Do Funcionamento.....	217
26.6.2. Acervo	217
26.6.3. Política de Aquisição da IES.....	218
26.6.4. Consulta.....	219
26.6.5. Empréstimo.....	219
26.6.6. Apoio na elaboração de Trabalhos Acadêmicos	219
27. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	221
28. RESPONSABILIDADE SOCIAL	226
28.1. Visão da IES quanto à sua Responsabilidade Social.....	226
28.2. Desenvolvimento da Capacidade de Acompanhar e Implementar Mudanças nas Condições de Trabalho.	228
29. ANEXOS	229
29.1. Regulamento das disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas	229
29.2. Normas para Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	238
29.3. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Pedagogia	253
29.4. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	262



1. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

FACULDADE VALE DO PAJEU LTDA

CNPJ: 26.817.470/0001-36.

Situada à Rua Café Filho, nº 07, Planalto, São José do Egito - PE

1.1. Dirigente principal da Mantenedora

Prof. Cleonildo Lopes Da Silva

1.2. Identificação da instituição Mantida

FACULDADE VALE DO PAJEÚ - FVP

Situada à Rua Café Filho, nº 07, Planalto, São José do Egito - PE.

1.3. Dirigente principal da Mantida

Prof. Cleonildo Lopes Da Silva



2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A história da Faculdade Vale do Pajeú - FVP está intimamente ligada à própria história de seus idealizadores, em especial a trajetória de Cleonildo Lopes da Silva, natural do interior do Pernambuco, mais precisamente do município de São José do Egito, localizada no Vale do Pajeú, onde é carinhosamente conhecido pela alcunha de Painha, residindo estrategicamente entre a referida cidade e a capital do estado.

Painha faz parte do escritório de advocacia Lopes & Silva Advogados Associados, sediada na capital e atuante em todo o território de Pernambuco, possuindo, assim, grande experiência na área jurídica, o que faz com que a IES esteja muito bem fundamentada legalmente, fato este que se mostra oportuno, mais especialmente para um dos cursos ofertados, a saber, Direito, o qual formará profissionais que, sem dúvida alguma, atuarão na área de inserção da IES, o que será estratégico para manutenção dos direitos do povo Egipciense.

Além disso, esse ilustre cidadão de São José do Egito tem uma longa trajetória de engajamento social e político no que concerne às mazelas de seus conterrâneos, o que está intimamente ligado ao desejo apaixonado de construção de uma IES de excelência, a qual se torne um instrumento fomentador de cidadania para sua cidade natal e para a região do Vale do Pajeú como um todo.

Desse modo, a partir de reuniões com educadores, consultores, empresários e políticos, criou-se o órgão colegiado maior da IES, o CONSUP – Conselho Superior que passo a passo delineou o projeto de constituição da FVP até eclodir neste documento que agora é finalizado e disponibilizado não apenas ao Ministério da Educação – MEC, mas a comunidade de São José do Egito e do Vale do Pajeú que direta ou indiretamente contribui permanentemente para a



realização do sonho dos mantenedores da própria sociedade em que a FVP se insere e que lhe tem como razão da sua própria existência.

2.1. Missão Institucional

Promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação, os quais sejam capazes de atender às demandas do mercado e às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade.

2.2. Visão Institucional

Ser uma importante instituição de ensino do Estado de Pernambuco, comprometida com o desenvolvimento regional e a sustentabilidade formando profissionais de excelência para o mercado de trabalho.

2.3. Valores

- Aluno – Porque ele é a razão de ser da FVP.
- Professor – Porque ele é o meio para efetivar a razão de ser da FVP.
- Educação – Porque temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país.
- Homem – Porque ele constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior.
- Ética – Porque ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa.
- Excelência – Porque ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos.
- Empreendedorismo – Porque é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente.
- Inovação – Porque ela é a chave para o desenvolvimento pela educação.



- Sustentabilidade – Porque o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social.

2.4. Objetivos

I. Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar nos seus respectivos setores;

III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IV. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII. Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;

VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

IX. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FVP, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, nas modalidades presencial e a distância;



X. Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão contínua na FVP.





3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

3.1. Denominação

CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

3.2. Modalidade de Ensino

Licenciatura

3.3. Modalidade de Oferta

Presencial

3.4. Vagas Anuais

100

3.5. Turnos de Funcionamento

Matutino e noturno

3.6. Nº de Alunos por Turma

50 (cinquenta)

3.7. Integralização

Mínimo de 08 (oito) semestres e máximo de 16 (dezesesseis) semestres.

3.8. Carga Horária e Duração do Curso

3.240h – 4 anos



3.9. Regime de Matrícula

Semestral

3.10. Regime do Curso

Seriado Semestral





DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO DE PEDAGOGIA

4. CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FVP E JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A FVP é uma Instituição de Ensino Superior de iniciativa privada que protocolou seu processo de credenciamento junto ao MEC, vinculando a este processo o curso superior de licenciatura em Pedagogia.

A oferta do curso tem como prerrogativa as mudanças sociais e econômicas voltadas à comunidade de São José do Egito, localizada na microrregião do Vale do Pajeú, no Estado do Pernambuco.

Assim, a solicitação específica de autorização do Curso de Pedagogia origina-se da forte convicção dos gestores da IES de que ela se faz permanentemente necessária para o desenvolvimento não apenas social e econômico, mas, por tratar-se de um curso que forma um profissional que se destaca no contexto social como um dos agentes de justificação e transformação da realidade. Assim, a busca pela autorização do curso ultrapassa os limites da demanda por profissionais da área de Educação e adentra na busca de melhoria na oferta de novo modelo de Educação, ao mesmo tempo de promove garantias individuais e sociais fundamentais de uma população que tem a sua história de sofrimento e bravura, bem como suas mazelas sociais, de conhecimento pleno em todo o território nacional.

Assim, este Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia pressupõe o conhecimento da realidade local e regional, enquanto construção social, política, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil da FVP, voltada à prestação de serviços educacionais da ordem privada, porém com norte no interesse coletivo.

O curso observa os indicativos das Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja proposta curricular atual do Curso está (inter)relacionada aos indicadores dos



padrões de qualidade almejados pelo MEC e, ainda, aos propósitos da FVP em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Objetiva-se, através da mediação do seu corpo docente, a qualificação do educador para interagir na sociedade, respaldada em padrões de ensino que permitam responder aos problemas centrais de uma sociedade em constante mudança e que necessita de formadores para o seu desenvolvimento.

A fim de articular critérios e propósitos compartilhados pelo Curso de Pedagogia com a IES, cuja missão é promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação, os quais sejam capazes de atender às demandas do mercado e às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade - o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia articula suas ações através de um processo interdisciplinar comprometido com a formação profissional de cidadãos que devem atuar como protagonistas e multiplicadores desse compromisso social.

Pelas características da região de São José do Egito, o Curso buscará atender a uma vocação de servir à comunidade, ao promover formação educacional sensível a contextualização e proporcionar o permanente e efetivo envolvimento de professores e acadêmicos, através de programas e atividades desenvolvidas junto à comunidade a qual está inserido. Assim, o Curso de Pedagogia da FVP transita pelas instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando as linhas básicas de ação da IES e orientando-se por valores que resguardam a primazia da dignidade da pessoa humana sobre as coisas e interesses materiais; reconhecendo a justiça social como meta permanente.

Partindo-se do princípio que indica a educação como condição básica para o exercício da cidadania, justifica-se a oferta do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia pela FVP por ser ele capaz de difundir e discutir o cenário da educação regional e do Brasil; favorecer o conhecimento da educação enquanto ciência e promover, assim, o diálogo com a realidade; favorecer a inclusão social, por meio do campo educacional, e contribuir para o desenvolvimento



socioeconômico de uma região que apresenta sérios problemas de desigualdade e inclusão social, inclusive de baixo acesso à educação.

A fim de articular critérios e propósitos compartilhados pelo Curso de Pedagogia com a IES, cuja missão é promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação - o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia articula suas ações através de um processo interdisciplinar comprometido com a formação profissional de cidadãos que devem atuar como protagonistas e multiplicadores desse compromisso.

No entanto, a justificativa do Curso de Pedagogia para atender a região de São José do Egito sustenta-se, não apenas em questões relacionadas às necessidades dos cidadãos, mas por singularidades que serão delineadas a seguir.

4.1. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Global

Segundo dados do IBGE relativos ao Censo 2017, o estado de Pernambuco possui 9 473 266 de habitantes distribuídos em 185 municípios.

No que diz respeito mais especificamente à economia regional, até o ano de 2013 o Estado do Pernambuco apresentou um crescimento maior que o nacional sendo um dos estados do nordeste que mais se desenvolveu economicamente entre os anos de 2003-2013.

No entanto, a atual crise econômica impetrou ao estado algumas singularidades em relação ao desempenho nacional. Segundo institutos econômicos, o estado mergulhou mais profundamente na recessão do que o Nordeste e o Brasil. O desempenho mais negativo foi desencadeado pela exposição à crise nacional, pela desmobilização em ¹Suape e pelas ações de combate à corrupção. No

¹ Porto de **Suape**. O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, mais conhecido como Porto de **Suape**, é um porto brasileiro localizado no estado de Pernambuco, entre os



entanto, segundo os mesmos indicadores econômicos, apesar do cenário adverso - com indicadores negativos de PIB, empregos, inflação e massa salarial -, o Estado tem condição de sair mais rapidamente da crise. Isso porque tem uma situação fiscal mais equilibrada e porque entre 2005 e 2015 foi criada uma nova estrutura industrial, baseada em investimentos estruturadores, o que irá se configurar a partir do crescimento nacional, um desempenho maior do estado.

A desmobilização de Suape aconteceu entre 2014 e 2015, em pleno agravamento da crise econômica e sem deixar chance para que as pessoas conseguissem se recolocar. Além disso, enfrentou as consequências das ações de combate à corrupção, que atingiram a Petrobras e empreendimentos ligados a ela no Estado, como a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul.

No primeiro semestre de 2017, enquanto a queda do PIB brasileiro foi de 4,6% a de Pernambuco encolheu 6,7%. O panorama de indicadores negativos também se estendeu aos empregos. No terceiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego no País passou de 8,9% para 11,8%; a do Estado avançou de 11,2% para 15,3%. A massa salarial também encolheu acima da média nacional, despencando 10,76%. O Estado também surpreendeu no fechamento de vagas formais de emprego, com destaque para a construção civil, que puxou o crescimento do PIB nos anos anteriores.

Porém, para 2017, a expectativa é de perda de ritmo na queda do PIB, mas o resultado ainda deverá ser negativo. No cenário moderado apresentado por diversos órgãos econômico-sociais, a economia mundial deverá crescer 2,8%, a brasileira cair 0,5% e a de Pernambuco fechar em -2,5%. No entanto, como já afirmamos, apesar de a economia ainda cair acima da média nacional, Pernambuco tem possibilidade de sair da crise com mais facilidade porque nos últimos anos criou-se as bases para ter uma economia forte. Afinal, agora

municípios do Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. Trata-se de um grande elemento da economia do Estado de Pernambuco.



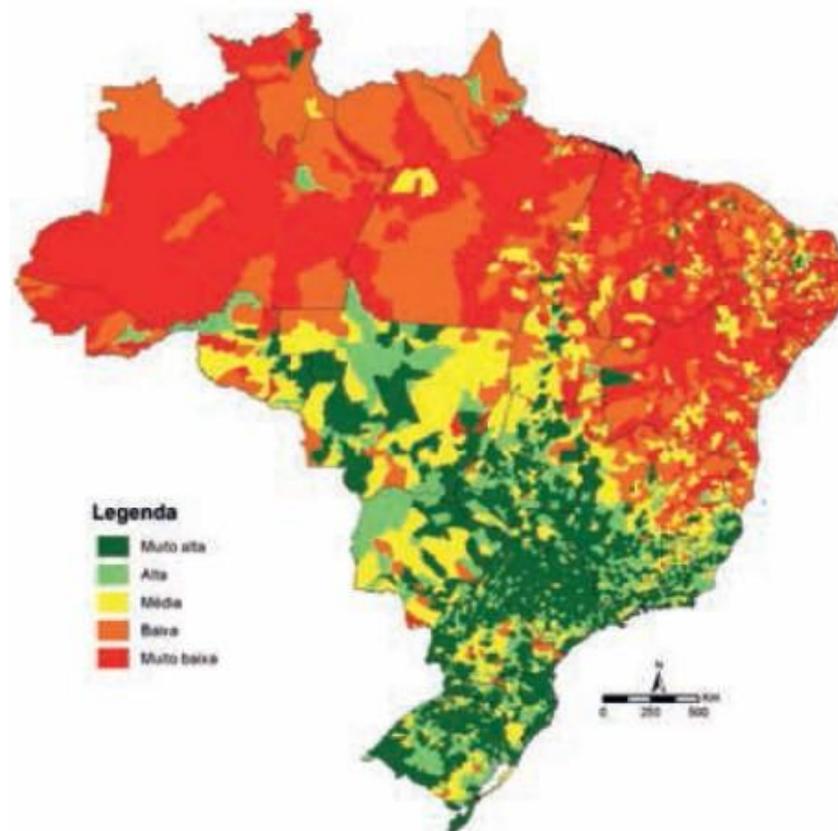
começam a maturar investimentos como o da Petroquímica Suape (em fase de aquisição pela mexicana Alpek) e outras indústrias.

No entanto, por mais positivos que sejam os próximos cenários, Pernambuco continuará em destaque no que concerne a cenários de desigualdades sociais entre os estados do nordeste.

Somente a título de exemplo, considerando dados aferidos pelo Banco Mundial, se fosse um país, a capital Recife se encontraria, na Namíbia e na África do Sul, nações que ocupam mesmo patamar de desigualdade – a primeira, apenas independente em 1990, após profunda exploração alemã e sul africana e a segunda, que ainda sente os efeitos do fim do Apartheid, regime de segregação racial, em 1994.

No sertão pernambucano, a região em que se situa a FVP, essa expectativa de desigualdade social se torna imensamente mais severa, principalmente quando são consideradas deficiências como nos serviços de infraestrutura, particularmente os serviços de saneamento (água, esgoto, drenagem e lixo), educação e saúde.

Para se ter uma ideia da dimensão da vulnerabilidade social, basta verificar o mapa constituído pela SUDENE/IBGE e comparar os estados do nordeste – sul –sudeste.



No que diz respeito à educação, apesar do avanço da última década, o Estado de Pernambuco convive com um índice alarmante: segundo a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015 há mais de 1 milhão de analfabetos com idade igual ou superior a 14 anos.

Mesmo dois anos após a divulgação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), uma delas voltada à erradicação do analfabetismo absoluto até 2020, a taxa na população jovem e adulta está longe de serem zeradas e o desafio é ainda maior ao tratar do analfabetismo funcional, envolvendo pessoas acima dos 15 anos com menos de quatro anos de estudos.

Em contrapartida, no mesmo período, o IDEB 2016 apontou uma melhora no desempenho dos alunos do Ensino Médio no Estado de Pernambuco que subiu sua pontuação de 3,6 para 3,9 pontos.



No Ensino Superior, Pernambuco também apresenta singularidades e paradoxos em relação ao cenário nacional. No ano de 2010, praticamente todos os Estados do Nordeste aumentaram a sua contribuição de matrículas em termos percentuais no cenário nacional, com a exceção de Pernambuco e Paraíba, que diminuíram. O que surpreende mais ainda é que Pernambuco, líder regional com 27,8% das matrículas nordestinas em 1991, caiu para 18,4% em 2007, trocando de lugar no ranking com a Bahia, o Estado segundo colocado de 1991, que agora lidera a classificação com o percentual de 25,6%.

Assim, se considerarmos que Pernambuco foi, em 2010, o Estado brasileiro com o maior crescimento econômico, apresentando uma taxa acumulada (janeiro/novembro) de 9,4%, poderíamos ser levados a concluir, por um lado, que os jovens pernambucanos e paraibanos começaram a trabalhar cada vez mais cedo por causa das necessidades pessoais e familiares, como também para aproveitar as oportunidades que surgem a cada dia e, conseqüentemente, atrasam sua formação educacional de nível superior.

Ao mesmo tempo fica bem claro que ainda existe muito espaço para crescimento da educação superior no Estado, e a ampliação da formação de mão de obra qualificada precisa acompanhar o crescimento econômico para não enfrentarmos, nos próximos anos, uma relevante escassez de profissionais especializados no mercado de trabalho. Afinal, é absolutamente necessário manter o equilíbrio entre as vagas ofertadas pelas empresas que promovem o desenvolvimento e os egressos devidamente preparados para assumirem essas posições.

Assim, considerando mais uma vez o PNE – Plano Nacional de Educação que tem o seu marco determinante para o ano de 2020 de 30% dos jovens com idades entre 18 e 24 anos inseridos no Ensino Superior, o Estado de Pernambuco não atingirá nem de perto o que foi planejado como meta pelo poder público, seja no Ensino Básico ou no Ensino Superior.



4.2. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e as perspectivas acerca da interiorização e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação

É inegável que a iniciativa de ofertar um Curso de Licenciatura em Pedagogia na região da FVP, advém, a priori, da perspectiva cotidiana da dificuldade dos cidadãos do interior do Brasil, em especial de regiões nordestinas sertanejas, em frequentar cursos de graduação. Nesse sentido, vale destacar as prerrogativas da interiorização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A interiorização de cursos de graduação é importante porque amplia a visão política e cidadã de todas as cidades que compõem o interior brasileiro, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, conseqüentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as Faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local em locais isolados, como é o exemplo do Vale do Pajeú, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

Apenas a título de exemplo de cenário, no Norte e no Nordeste, diferente de regiões como o Sudeste, o número de matrículas ainda é maior nas escolas públicas do que nas escolas particulares, pois as regiões mais pobres são menos lucrativas para o setor privado. Logo, é imprescindível que se leve a iniciativa privada a investir também nessas regiões, inserindo alunos também nas universidades e dando oportunidade igual para todos.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área pedagogia da iniciativa pública, os investimentos na criação de cursos de administração em Universidades Públicas nos últimos anos não comportou tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.



Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de interiorização que cresceu muito na última década, estamos ainda bem longe da meta de 30% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 13,7%). Também é verdade que as 1.554 instituições de graduação situadas fora das capitais ainda representam um número acanhado para um País, que tem 5.564 municípios.

Mas não são apenas as perspectivas de interiorização da educação superior que justificam a oferta do curso de pedagogia da FVP, pois há singularidades que permeiam toda a oferta educacional na região nordeste, inclusive fora do interior dos estados.

As regiões Norte e Nordeste tiveram um olhar mais criterioso do governo federal nas últimas décadas, com diversas formas de investimento e incentivos que fizeram inúmeras indústrias e investimentos nacionais e internacionais se configurarem nessas regiões.

O resultado disso é que ambas as regiões demonstraram um grande avanço socioeconômico, principalmente na última década.

Porém, esse avanço não foi suficiente para tornar as dificuldades sociais e a desigualdade equiparadas aos estados do sul e sudeste, pois o aumento do poder econômico, por vezes, acaba tornando os problemas relacionados à saúde, educação, acesso à justiça e bem estar social mais visíveis ao olhar externo.

É exatamente nesse cenário de crescimento econômico de um lado e desigualdades sociais de outro, que surge a necessidade de formação de profissionais que atuem na área da pedagogia. Tudo com o objetivo de auxiliar na regulação das variáveis que interferem no desenvolvimento da sociedade, pois, como já destacado, estamos inseridos tanto no contexto econômico quanto



no político e cultural, e, portanto, torna-se necessário verificar as particularidades do mesmo e as relações que, por muitas das vezes se concretizam na contradição, interferindo diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e no próprio trabalho do profissional da pedagogia, o que o torna um profissional extremamente necessário para um desenvolvimento pleno da região de inserção.

Nesse contexto, o curso de Pedagogia da FVP vem ao encontro das demandas sociais relacionadas ao mercado de trabalho na região nordeste e, mais precisamente, no Sertão Pernambucano.

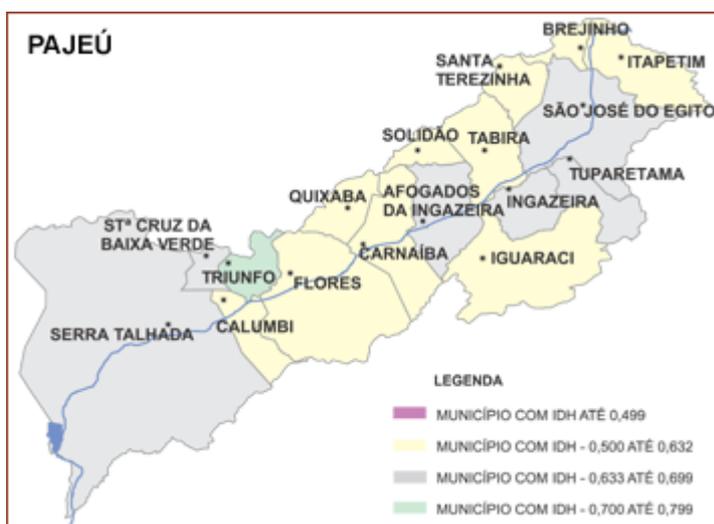
Assim, pode-se afirmar que o curso de Pedagogia da FVP tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma centrado na concentração de profissionais especializados da área relegados apenas às grandes cidades e capitais, mas viabilizar a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, como um direito a cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de pedagogia entre as diferentes regiões do país e, até mesmo, entre as cidades do Estado do Pernambuco.

Contexto Local

No que diz respeito ao aspecto loco-regional, a FVP está localizada na cidade de São José do Egito a 399 Km de distância da Capital Recife. Trata-se de um município brasileiro situado no estado de Pernambuco, localizado na Mesorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião de Pajeú.

Além de ser considerado o berço da poesia popular nordestina, São José do Egito é um município que tem sua economia baseada no comércio e na agropecuária, com especial destaque à suinocultura e à avicultura.

A cidade se destaca por ser uma centralizadora da Microrregião a que pertence, pois sua situação geográfica permite que seu comércio e prestação de serviços se constituam como fornecedores para os outros municípios do Vale do Pajeú, incluindo também municípios do Estado da Paraíba, pois a distância entre São José do Egito e o referido estado é de pouco mais de 80 Km.



A Microrregião do Vale do Pajeú, na qual está situada a cidade de São José do Egito é formada por 17 municípios e tem extensão territorial de 8.663 km² (correspondente a 8,78% do território estadual). O Vale, que tem o nome originário de um de seus rios, situa-se no Sertão pernambucano. Predomina, em quase toda região, o clima semiárido, sendo exceção a pequena área de microclima de altitude, onde está situado, por exemplo, o município de Triunfo.

Comparada às demais microrregiões sertanejas, tem atividade agrícola mais desenvolvida (por conta de condições ecológicas favoráveis), sendo o espaço da microrregião ocupado, predominantemente, pela pecuária (caprinocultura e bovinocultura).

Nas áreas de brejo, a atividade agrícola é mais diversificada, incluindo a produção de frutas. A atividade industrial é constituída por unidades de médio e



pequeno porte. O comércio é importante para a microrregião, apresentando receita superior aos demais setores da economia local.

Essa microrregião é constituída pelos seguintes municípios:

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO *2016	DISTÂNCIA DA FVP
Afogados da Ingazeira	36.866	59,3
Brejinho	7.464	14,7
Calumbi	5.741	133
Carnaíba	19.380	74,3
Flores	22.577	97,9
Iguaraci	12.156	55
Ingazeira	4.549	43,7
Itapetim	13.708	23,9
Quixaba	6.812	84,1
Santa Cruz da Baixa Verde	12.439	127
Santa Terezinha	11.682	32
São José do Egito	33.537	-
Serra Talhada	84.970	137
Solidão	5.964	50,4
Tabira	28.132	35,9
Triunfo	15.235	109
Tuparetama	8.159	19,1
TOTAL	317.215	

Além disso, como já afirmamos, São José do Egito atende à cidades do Estado da Paraíba devido ao seu posicionamento fronteiriço com o estado em questão.



5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Inicialmente, vale ressaltar que a concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FVP, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o escolar definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.



Assim este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO que sustenta o cumprimento da missão institucional e social da FVP.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde "*todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer*". Assim, o futuro licenciado em Pedagogia, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz. Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC do Curso deverá prever situações didáticas em que seus futuros profissionais egressos coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO:

A interação, a comunicação, a relação indissociável teoria-prática e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação do ensino na área da Formação de Professores para a Educação Básica, buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade, pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere também ao uso de recursos tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, bem como o desenvolvimento de visitas à



instituições de ensino, órgãos públicos de educação, ONG's que desenvolvem práticas de ensino junto à comunidade etc., além do desenvolvimento de atividades que associem ao ensino as monitorias, programas de iniciação científica, atividades complementares e programas de extensão, jornadas acadêmicas e outras atividades associadas direta e indiretamente ao ensino. .

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação no mercado deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação da mão-de-obra regional, reverter-se também na consolidação do nome da Instituição junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO PARA O CURSO:

Estabelecida no âmbito do PPI da IES, as atividades de extensão em Pedagogia devem se constituir de uma maneira diferenciada dos demais cursos da IES, afinal as expectativas do curso para ações extensionistas estão intimamente ligadas às necessidades da educação local.

Além disso, os cursos de extensão que serão privilegiados são aqueles que devem auxiliar na capacitação dos futuros professores a partir dos serviços prestados pela brinquedoteca, a título de exemplo.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA (INICIAÇÃO CIENTÍFICA) PARA O CURSO:

Quanto à pesquisa, apesar de ser uma IES isolada e não ter a obrigação de se estabelecer nesse âmbito, será prática da FVP constituir projetos de iniciação científica com alunos e professores. Assim, para o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia a IES privilegiará as investigações em termos da educação básica que estejam em sintonia com os problemas das escolas locais.



Será incentivada a participação em projetos desse gênero tanto a alunos quanto aos professores do curso.

Observa-se, ainda, a existência de normas específicas para a iniciação científica, prevendo a publicação dos resultados das pesquisas no formato de artigos em revistas acadêmicas e nos simpósios de iniciação científica que serão promovidos pela IES. Assim, a programação e o procedimento das pesquisas na instituição obedecem à resolução que discorre sobre tal assunto.

Vale destacar também que a IES planeja, após o credenciamento, lançará uma revista com ISSN, para que desde o início de suas atividades fomente um espaço para a discussão dos rumos da educação em um nível tanto regional quanto global, pois se tratará de um periódico em uma perspectiva multidisciplinar e que envolva tanto docentes quanto discentes, além de setores da sociedade civil.

INDISSOCIABILIDADE ENTRE O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

Ao conceber e promover o processo formativo do seu Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, a FVP almejou atender aos mais elevados padrões de ensino, capazes de garantir o sucesso de seus egressos, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Nessa perspectiva, a partir do seu currículo e das ações constantemente promovidas no âmbito do curso, este Projeto Pedagógico tem o propósito de constituir um processo formativo capaz de estabelecer profissionais generalistas, com uma base de conteúdo que permita o uso de ferramentas inerentes à atividade profissional, para ser um professor nos estágios iniciais de profissionalização e naqueles que, já tendo vencido as barreiras inerentes ao mercado, despontem para um novo patamar de competitividade.

Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, pró-atividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os



limites da retórica escolar para construir um *rol* de conhecimentos úteis ao profissional.

Nessa perspectiva de ensino, os atores do processo não se limitam única e exclusivamente em disseminar e apreender os conhecimentos necessários para a formação profissional, afinal trata-se da construção do homem como ser social e histórico com capacidade de intervir na sua própria realidade. Do mesmo modo, além da busca constante pela qualificação docente para a mediação dos conhecimentos, faz-se necessário que o ensino não se constitua de maneira fragmentada, mas a partir do princípio dialógico.

Assim, como já apontamos, estabelecida a partir das concepções político-pedagógicas no PDI e PPI da FVP, a pesquisa/iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e o Curso pretendem firmar na comunidade e região. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil.

A extensão universitária, como anteriormente apontada, é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade. As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas no regimento da instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento e PDI;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;



- As obrigações financeiras e as responsabilidades de cada envolvido;
- As orientações gerais para apresentação de proposta de curso de extensão.

As atividades de pesquisa e extensão, bem como seus coordenadores, devem andar integrados, pois a ação de um reflete na necessidade do outro. A programação e o procedimento de ambas na instituição obedecem às resoluções que discorrem sobre elas e as normatizam.

Dessa forma, a partir das reflexões postuladas acima, definiu-se uma concepção teórico-metodológica para o Curso articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o projeto pedagógico.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares estabelecidas em lei, a saber:

- a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágios, atividades complementares, etc.;
- b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará;
- c) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;
- d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- e) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- f) Respeito à ética profissional;
- g) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.



Assim, o Projeto Pedagógico do Curso pretende adotar a concepção da formação profissional que interage teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação, voltado para:

- a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade profissional e buscar alternativas para os problemas concretos;
- b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à profissão;
- c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma *práxis* social nas dimensões técnica e ético-política;
- d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.

Para constituir essa prática formativa, a Coordenação e o NDE do Curso constituíram as concepções do curso a partir dos objetivos abaixo delineados.

6. OBJETIVOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FVP

Para estabelecermos os objetivos do Curso de Pedagogia da FVP, faz-se necessário que inter-relacionemos os aspectos que apontamos na concepção do curso que descrevemos anteriormente e os próprios objetivos institucionais.

Neste sentido, há que se destacar que apesar de ser uma IES privada, a FVP, enquanto Corpo Institucional, tem plena convicção que os seus objetivos não podem ser unilateralmente estabelecidos apenas pelos seus dirigentes e mantenedores, mas através de uma perspectiva de interlocução entre a comunidade acadêmica como um todo e a sociedade em que se insere. Isso



significa que os objetivos da IES e de todo e qualquer curso devem emanar-se e convergirem, *a priori*, para a sua própria realidade e ter como foco constante as demandas regionais e locais.

Ou seja, os objetivos devem não se limitar apenas a reproduzir as estruturas e valores vigentes, mas abrirem-se para as possibilidades que só são possíveis a partir do acolhimento das novas ideias, das novas realidades e da visão de corresponsabilidade com a sociedade e com a história, ou seja, como apontamos em vários momentos de nosso projeto: na construção de seres humanos sociais e históricos, cientes da construção do seu futuro e de outrem.

Vale ressaltar o papel do NDE ao estabelecer uma análise que considera vários fatores como o contexto educacional, perfil do egresso, demandas do mundo do trabalho, etc, conforme se descreve nos tópicos a seguir.

6.1. Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade FVP tem como objetivo geral formar e habilitar profissionais para atuar na docência da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, em unidades e projetos educacionais escolares e não escolares, bem como na gestão educacional e na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

6.2. Objetivos Específicos



- ⇒ Formar profissionais com habilidades teórico metodológicas, técnico-operativas e ético políticas comprometidos com os valores e princípios norteadores da profissão.
- ⇒ Formar profissionais críticos e competentes capazes de formular propostas que façam frente à educação e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam.
- ⇒ Formar profissionais capazes de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas educacionais.
- ⇒ Estimular a atitude investigativa como princípio, de modo a aprender, demonstrar e intervir junto aos fenômenos da realidade educacional.
- ⇒ Instrumentalizar o acadêmico para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
- ⇒ Estimular o aperfeiçoamento profissional através de capacitação continuada.
- ⇒ Concorrer para o desenvolvimento do exercício da cidadania e do processo de democratização da educação brasileira.
- ⇒ Contribuir para o desenvolvimento da região de inserção, mediante políticas educacionais e o empenho profissional para a melhoria qualitativa da educação.
- ⇒ Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- ⇒ Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- ⇒ Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- ⇒ Efetivar a plena defesa dos Direitos Humanos;



- ⇒ Estabelecer de maneira integrada o saber acadêmico acerca da educação e as práticas, a partir da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
 - ⇒ Prestar serviços educacionais, democratizando o saber e as possibilidades sociais à comunidade carente de forma a defender seus Direitos fundamentais;
 - ⇒ Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação;
 - ⇒ Capacitar o egresso a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade.
 - ⇒ Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional.
- ⇒ Formar profissionais capazes de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais públicas, empresariais e de organização da Sociedade Civil;
 - ⇒ Fornecer ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área da educação
 - ⇒ Proporcionar aos estudantes visão e anseios de contribuir para as transformações da sociedade, com plena consciência dos Direitos humanos e a expectativa socioambiental;
- ⇒ Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação;
 - ⇒ Capacitar o egresso a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade.
 - ⇒ Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional.
 - ⇒ Instrumentalizar o acadêmico para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.



6.3. Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional

Ao delinear os aspectos gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que o mesmo se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

a) Qualidade da Educação Básica: é de senso e conhecimento comum no Brasil que a Educação Básica, considerando aqui o percurso desde a educação infantil até o final do ensino médio, apresenta índices alarmantes de resultados negativos em termos de desenvolvimento dos educandos. Assim, foram priorizados na configuração dos objetivos do curso, aspectos como o déficit de leitura e argumentação, aspectos políticos e econômicos, conhecimentos gerais da área sociológica, filosófica e antropologia. Assim, objetivos como “Prestar serviços educacionais, democratizando o saber e as possibilidades sociais à comunidade carente de forma a defender seus Direitos fundamentais”, “Formar profissionais capazes de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais públicas, empresariais e de organização da Sociedade Civil” e “formar profissionais cientes de seu papel frente às necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais” foram perspectivas estabelecidas como objetivos do curso.

b) Educação Básica Pública: o contexto educacional brasileiro e regional, em geral, apresentam cenários de inversão de papéis: alunos egressos do ensino médio particular se inserem nas vagas de IES públicas e os alunos egressos do ensino médio da rede pública se inserem nas vagas de IES particulares. Porém, há sempre a heterogeneidade desses ingressantes em cursos de graduação de IES particulares e, portanto, deve ser prevista. Dessa forma, esse cenário também foi considerado para o estabelecimento dos objetivos do curso, sendo que “a educação continuada” ou “a capacidade de autonomia” inserem-se nos objetivos do curso como forma de suplantar as diferenças de ambos os ingressantes, tudo a partir de ferramentas que no decorrer do PPC e da matriz



curricular serão claramente delineados, em especial nas expectativas de disciplinas de cunho orientado.

c) As diferenças marcantes entre as comunidades: a FVP receberá alunos advindos não apenas da sua cidade sede, mas de toda uma região composta de vários municípios. Assim, objetivos como “a capacidade de liderança” e outros aspectos generalistas foram constituídas considerando a singularidade do contexto educacional em que se situa a IES. Para garantir o cumprimento disso se estabelecem ferramentas de nivelamento que serão delineadas nos próximos capítulos do documento, em especial no que se refere ao CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

6.4. Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso

Ao delinear os objetivos do curso, o NDE estabeleceu que não é possível estabelecer qualquer objetivo sem que exista uma estreita relação com o perfil profissional constituído para o curso.

Essa relação se estabelece junto à descrição do perfil profissional do egresso, a partir da relação Objetivos X Perfil que resulta em competências e habilidades que estão configuradas neste PPC.

Destaque-se aspectos como capacidade técnica e anseios sociais e humanísticos que fazem parte do perfil do egresso e que podem claramente ser relacionados entre os objetivos do curso, perfil do egresso e a matriz curricular.

6.5. Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais

Conforme apontamos nas relações entre os objetivos do curso e o contexto educacional, a FVP se constitui em uma região de complexa heterogeneidade, dado ao fato que se tornará a única IES a atender a população de várias localidades.



Aspectos como as diferenças marcantes entre as capitais e o interior foram considerados nos objetivos do curso, em especial na configuração de um profissional generalista, haja vista a carência de profissionais formados na região de inserção, afinal os egressos serão absorvidos por um mercado de trabalho amplo e de demanda reprimida.

Além disso, na configuração das expectativas locais e regionais, o NDE considerou também a ausência de atividades empreendedoras e necessárias ao desenvolvimento local.

Assim, objetivos como “Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação”, “Capacitar o egresso a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade” e “Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional”, foram delineados considerando a realidade local e regional e para tal foram estabelecidas também nas competências e habilidades (perfil do egresso) e garantidas na matriz curricular do curso.

6.6. Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso

Ao delinear objetivos como “empreender na área”, “autonomia de aprendizado”, “formação continuada” e “capacidade de liderança”, o NDE demonstra já no início da construção do curso que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho.

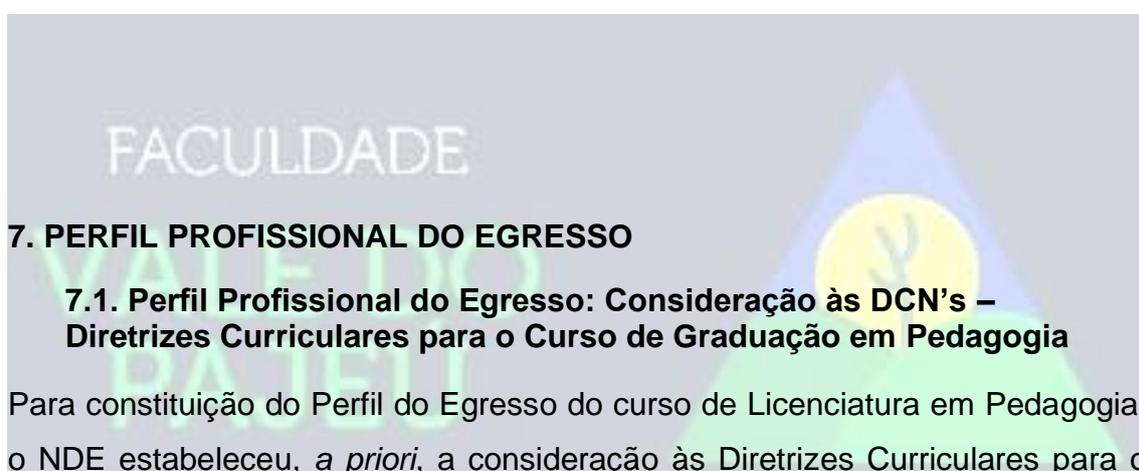
No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é “fornecer ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área da Educação”.

Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas,



haja vista a sua formação consciente de busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e ao mercado de trabalho, bem como a sua capacidade analítica do contexto profissional em que se insere.

A garantia de realização desses objetivos poderá ser vislumbrada nos capítulos seguintes do PPC, em especial na matriz curricular e nos conteúdos curriculares para o curso.



7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

7.1. Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia

Para constituição do Perfil do Egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia, o NDE estabeleceu, *a priori*, a consideração às Diretrizes Curriculares para o Curso, em especial a Resolução.

Art. 3º O Curso de Graduação em Pedagogia tem como perfil do formando egresso/profissional:

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Nesse sentido, houve a consideração aos aspectos mais proeminentes como a formação geral, humanística, autonomia e a valorização dos fenômenos sociais



em especial os da educação assim como a responsabilidade social e o desenvolvimento da cidadania.

A relação entre os objetivos já delineados para o curso e as necessidades loco-regionais foram então as máximas que configuraram o perfil profissional a seguir.

7.2. Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade regional e local no que concerne o acesso à educação e às necessidades para a área.

Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado no perfil do egresso do curso de Pedagogia da FVP, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade.

7.3. Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho

Para compor o Perfil Profissional do Egresso e os demais aspectos que compõem a formação do (a) profissional da FVP, o NDE do curso considerou a diferença primordial entre profissão e carreira.



Neste sentido, foi primordial o ajuste entre o perfil, objetivos e as garantias de cumprimento destes que se darão por meio de disciplinas e conteúdos estudados e discutidos ao longo do curso. Dessa forma, conforme poderá se vislumbrar tanto nas competências do perfil do egresso como nos conteúdos do próprio curso, houve uma preocupação para com o planejamento e assentamento da carreira dos alunos.

Além disso, vale destacar que um projeto não pode ser plenamente engessado, ou seja, deixa-se neste documento o afã de acompanhar o desenvolvimento da sua aplicação de modo que há qualquer tempo possa-se inserir novas expectativas ao perfil do egresso ou a outros aspectos que compõem o documento, conforme as necessidades reais do curso e dos alunos.

Destaquem-se os componentes como Tópicos Especiais em Pedagogia I e II que podem facilitar em muito a inserção de novas necessidades do mercado de trabalho no curso, bem como os temas das Pesquisas e Práticas Pedagógicas que podem ter os temas alterados conforme as necessidades emergentes do mercado de trabalho.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado à seguir, o perfil profissional do egresso delineado para o curso de Licenciatura em Pedagogia da FVP foi construído em uma relação contínua com os objetivos para o curso que estabelecem a consciência com as adaptações ao mundo do trabalho, próprio da sociedade globalizada.

7.4. Perfil Profissional: O egresso do Curso de Pedagogia da FVP

O perfil do egresso do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade FVP, em consonância com as Diretrizes Curriculares para o Curso constituídas pelo MEC – Ministério da Educação Brasileira, bem como as prerrogativas das diretrizes pedagógicas propostas pelos órgãos públicos da sua região de inserção, deverá ser “**um professor-pedagogo competente, flexível, adaptável e polivalente compreendido em sua área de atuação como um**



profissional não fragmentado, capaz de desenvolver as competências necessárias para atuar como docente na Educação Infantil, anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos e a condição de ser um competente e inovador gestor pedagógico em Instituições Escolares e não escolares, assim como em outras áreas de apoio escolar, incluindo as coordenações pedagógicas e administrativo-escolares que constituem os organogramas das escolas públicas e particulares”.

Esse profissional dominará os aspectos pedagógicos, políticos e práticos da área educacional, capacitando-se para atender como docente as escolas públicas e particulares de Ensino Básico.

Assim, para cumprir os objetivos e alcançar esse perfil desejado, estabelece-se as seguintes **competências e habilidades** para o curso:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino
- Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;



- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

○ Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

○ Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

○ Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

○ Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;



- Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais;

○ Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

○ Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

○ Articular as leituras da realidade educativa em seus aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos, e o desenvolvimento dos processos pedagógicos;

○ Organizar e mediar situações de ensino-aprendizagem, considerando o contexto educativo a partir da construção de um referencial teórico-metodológico crítico para a docência;

○ Analisar criticamente as concepções que constituem as propostas institucionais e as práticas pedagógicas, através do conhecimento e da realização de práticas de investigação no contexto educativo;



- Ter conhecimento histórico, social e cultural da criança, do jovem e do adulto em relação aos aspectos do seu desenvolvimento;
- Atuar criticamente no contexto educativo frente à organização e ao desenvolvimento dos processos pedagógicos e suas contextualizações;
- Ter postura ética e política em sua atuação profissional, considerando a criança, o jovem e o adulto como seres sociais em desenvolvimento de exigências próprias de sua natureza;
- Ter compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;

- Possuir capacidade de investigação do fenômeno e da prática educativos que ocorrem em diferentes âmbitos e especialidades;
- Compreender o processo de construção do conhecimento, inserido em seu contexto social e cultural;

- Poder refletir sobre o processo histórico que caracteriza a educação;
- Identificar as realidades socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e inclusão social;
- Compreender e valorizar as diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas e suas funções na produção do conhecimento;



- Atuar com portadores de necessidades especiais e grupos multiculturais, em diferentes níveis da organização, de modo a assegurar seus Direitos de cidadania e inclusão social;
- Dialogar entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- Apropriar-se de processos e meios de comunicação em suas relações com os problemas educacionais;

- Ser capaz de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- Promover a articulação da atividade educacional nas diferentes formas de organização do trabalho pedagógico escolar e não escolar, considerando planejamento, execução, gestão e avaliação de propostas pedagógicas;

- Participar na elaboração, realização e avaliação do projeto político-pedagógico, planejando, articulando e sintetizando as atividades de ensino, aprendizagem e administração;
- Coordenar espaços educativos alternativos, buscando serviços de parcerias e de apoio comunitário;
- Ser capaz de fazer uma gestão democrática na construção da cidadania escolar em uma sociedade em contínuo desenvolvimento;



- Construir estratégias para aprendizagem dos alunos, articulando escola - família – comunidade - sociedade;
- Ser capaz de transversalizar diferentes temáticas como a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Quilombola, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, a Educação do Campo, na perspectiva da diversidade e do multiculturalismo;
- Decidir didáticas e metodologias orientadas por pressupostos epistemológicos coerentes;

- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;

- Desenvolver estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, desencadeamento de propostas de intervenções pedagógicas;

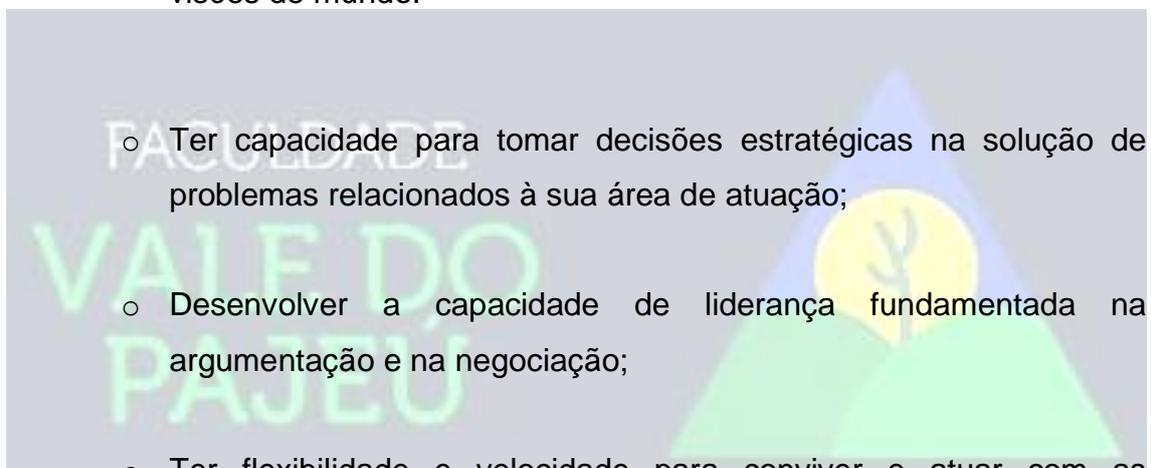
- Qualificar os professores para a utilização de recursos informáticos na escola, privilegiando a aprendizagem baseada na construção cooperativa de conhecimento.

- Saber refletir sobre as situações e relações interpessoais que ocorrem no contexto escolar com leituras necessárias a sua compreensão;

- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo, analisando e interpretando processos e resultados de pesquisas para o aprimoramento de sua prática profissional;



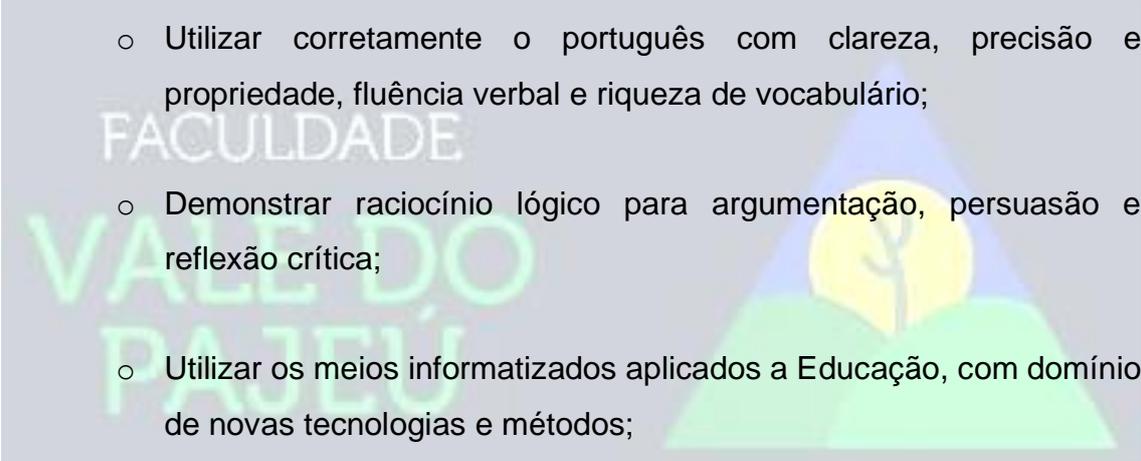
- Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo, de trabalho e de pesquisa, empenhando-se em compartilhar suas práticas e produzir coletivamente.
- Compreender a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.



- Ter capacidade para tomar decisões estratégicas na solução de problemas relacionados à sua área de atuação;
- Desenvolver a capacidade de liderança fundamentada na argumentação e na negociação;
- Ter flexibilidade e velocidade para conviver e atuar com as diversificadas situações de mudança;
- Ter predisposição e capacidade para trabalhar em equipe;
- Ter criatividade e iniciativa para desenvolver, propor e implantar experiências inovadoras;
- Demonstrar interesse pela contínua atualização profissional;



- Demonstrar postura proativa frente às tendências decorrentes da dinâmica evolutiva da sociedade e disposição para enfrentar desafios;
- Demonstrar senso ético e responsabilidade no desempenho profissional;
- Ter domínio do processo de leitura, compreensão e elaboração de textos com a adequada utilização da língua;
- Desenvolver capacidade de raciocínio criativo;

- 
- Utilizar corretamente o português com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e riqueza de vocabulário;
 - Demonstrar raciocínio lógico para argumentação, persuasão e reflexão crítica;
 - Utilizar os meios informatizados aplicados a Educação, com domínio de novas tecnologias e métodos;

- Conhecer com propriedade a realidade social em que atua, sendo partícipe de sua história.

7.5. Áreas de Atuação

O leque de atuação do profissional de pedagogia é abrangente, diferente do senso comum, o pedagogo está habilitado a atuar em diversas áreas da sociedade, como, por exemplo, nas salas de aulas o professor se insere desde a educação infantil, trabalhando com crianças de 0 a 6 anos, o que se subdivide em creche (crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos e 11 meses), pode atuar nas séries iniciais e no ensino para jovens e adultos, o EJA.



Passando para o campo da administração escolar, o pedagogo irá trabalhar diretamente com supervisão, coordenação e direção escolar, sendo este responsável pela gestão educacional, fazendo a articulação e acompanhamento das propostas pedagógicas vigentes na escola, sendo possível desempenhar o papel de orientador educacional, no qual irá lidar diretamente com o aluno, auxiliando no seu desenvolvimento pessoal e educacional.

Aprofundando-se na área educacional propriamente dita, o docente pode desenvolver-se na educação especial, sendo este responsável por desenvolver e auxiliar com equidade alunos que sofrem de deficiências físicas, sensoriais, mentais ou múltiplas, além de estudantes com superdotação ou altas habilidades.

Na seara corporativa, apesar de pouco conhecido, o papel do pedagogo é fundamental, pois este tem o dever de reavivar a criatividade, espírito de equipe e etc. no corpo de colaboradores, o que está intimamente ligado ao sucesso da empresa assistida por este profissional.

Na área hospitalar o pedagogo se insere de forma ímpar, sendo responsável por tratar com ludicidade pacientes internados, auxiliando-os em suas atividades escolares cotidianas, como meio de não excluí-lo do caminho de aprendizagem.

Por conseguinte, o profissional pedagogo pode trabalhar com pesquisa acadêmica, é de amplo conhecimento que a pesquisa é essencial para se renovar os processos, criar novas formas metodológicas e manter o desenvolvimento contínuo da educação, contribuindo com a evolução da pedagogia como Ciência.



8. MISSÃO DO CURSO

Formar professores da Educação Infantil, anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos com competência técnica e compromisso político-social, capazes de desafiar seus alunos para a construção crítica e interativa de uma sociedade mais justa para todos; capazes de atuarem democraticamente nas instituições educacionais e não educacionais, com flexibilidade às mudanças exigidas no mundo contemporâneo e voltadas ao atendimento de segmentos desprivilegiados, normalmente excluídos das decisões da sociedade.

9. FORMAS DE ACESSO

O ingresso no curso de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia da FVP será realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital da FVP, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova.
- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso.



- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, para que possam concorrer a vagas nos cursos de graduação da IES.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: A FVP poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente credenciadas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros;
- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: Poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;
- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;
- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou trancaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- Transferência interna: Poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado na FVP. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão na FVP integram o Regimento Geral Interno da IES.

As vagas para o processo seletivo são estabelecidas em edital e normatizadas pelo Conselho Superior da FVP e devidamente homologadas pela Direção Geral.



A efetivação da matrícula é feita de acordo com a definição de currículo estabelecida pelo Colegiado do Curso, respeitada a disponibilidade de vagas autorizadas pelo MEC.





10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

10.1. Estrutura Curricular: Apresentação

A organização curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FVP é resultante, essencialmente, da reflexão sobre a missão da IES, do curso, da concepção, da visão, dos objetivos e do perfil do egresso, objetivando, a priori, contemplar ao que dispõem as Diretrizes Curriculares do MEC.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas teóricas e práticas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influenciam no processo de intervenção social.

O curso busca introduzir um tratamento interdisciplinar dos conceitos, através da integração das disciplinas, de forma que estudos realizados em um dado setor do conhecimento, desde logo, repercutem nos demais, formando um todo indivisível. Mediante um enfoque interdisciplinar, promovido em sua gênese a partir da Pesquisa e Práticas Pedagógicas e das Atividades Acadêmico-Científicas de Aprofundamento em Educação exigidas a cada semestre, é capaz de inserir a análise dos problemas socioeducacionais, políticos e econômicos, propiciando uma formação que respeita os fundamentos pedagógicos, técnicos, científicos e morais do conhecimento educacional e apropria as vantagens dos novos campos do saber do avanço científico e tecnológico em prol da sociedade.

Não obstante ser o Curso de Licenciatura em Pedagogia da FVP um curso eminentemente prático, dada a realidade de intervenção na sociedade a partir da educação, é imprescindível para o egresso possuir uma sólida formação



teórica, complementada por um profundo conhecimento da realidade em que se insere.

Assim, pode-se dizer que a proposta pedagógica do curso busca o necessário equilíbrio entre os conteúdos teóricos e práticos na formulação do seu currículo pleno. Neste sentido, promove a harmonia no teor das disciplinas teóricas de formação, de modo a desenvolver o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um ensino interdisciplinar voltado à realidade escolar e social, vinculando a prática à teoria, com um currículo mais flexível, com diferentes possibilidades de aprofundamento temático.

Nesse sentido, o embasamento científico-metodológico aplicado nesta estrutura curricular encontra-se aliado a um projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito da aprendizagem, na promoção e transmissão de valores calcados nos princípios e valores éticos, filosóficos, políticos e sociais que regem a conduta humana, sempre apoiada no professor como mediador do processo ensino-aprendizagem.

10.1.1. Estrutura Curricular: Flexibilidade

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha de disciplinas ou acréscimo de Atividades Teóricas-Práticas de Aprofundamento na estrutura curricular.

Desse modo, o Curso de Licenciatura em Pedagogia foi constituído de modo a implementar a flexibilização curricular através da Pesquisa e Prática Pedagógica, das atividades de extensão, da iniciação científica, das disciplinas optativas, da monitoria, da participação em projetos de extensão, participação em seminários internos e a promoção de eventos locais e regionais voltados à educação e a conhecimentos diversos.



Assim, o curso de Pedagogia da FVP está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o seu PDI, ou seja, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

10.2. Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades Teórico-Prática de Aprofundamento

As Atividades Teórico-Prática de Aprofundamento caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais das Atividades Teórico-Prática de Aprofundamento são os de flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como pedagogo e cidadãos, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, optou-se por constituir as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento na formalização de disciplinas/créditos.

Dessa forma, em todos os semestres o aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados aqueles que aprendem em sala de aula.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais (Vide NORMAS DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO nos anexos deste Projeto).



10.3. Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos

Os conteúdos optativos foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso de graduação.

Vale destacar que, progressivamente este elenco de disciplinas optativas poderá ir sendo ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área e as necessidades demandas pelo processo formativo real.

A relação inclui diversos componentes curriculares, dentre eles Direitos Humanos - que se constitui em componente curricular optativo em atendimento a Resolução (CNE) Nº 1, de 30 de maio de 2012, a qual atribui ao ensino superior a formação do referido conteúdo.

10.4. Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação

Ciente da necessidade de diálogo entre as disciplinas e dos conteúdos curriculares para que o processo de ensino-aprendizagem não se converta em um fim, mas um meio, o NDE buscou constituir a matriz curricular e os seus respectivos conteúdos considerando ferramentas e ações que façam convergir diversos conhecimentos, tanto no âmbito vertical do currículo como horizontal.



Dentre as ferramentas, destaquem-se as Pesquisas e Práticas Pedagógicas, o TCC e os Estágios Supervisionados Obrigatórios, e os conhecimentos dos eixos e núcleos de formação descritos a seguir.

10.4.1. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Pesquisa e Prática Pedagógica

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, estabelecer-se naturalmente o processo de iniciação científica, conhecer a realidade profissional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, bem como a inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre serão desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre os conhecimentos apreendidos no curso.

Destaque-se que, além da necessária interdisciplinaridade, esses conteúdos curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

Nos semestres em que se incluem as Pesquisas e Práticas Pedagógicas, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores diversos projetos integradores, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula.

Ressalte-se que as Pesquisas e Práticas Pedagógicas são normatizadas por regimento e manual próprios, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica (VIDE ANEXO).



10.4.2. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Licenciado em Pedagogia quando, no último ano do curso, o discente deverá produzir individualmente um trabalho monográfico ou artigo científico que, por sua vez, é a síntese de seu processo de formação profissional.

Por isso deve ser compreendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, sendo um momento de expressão da sua totalidade.

É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da experiência de estágio, das Práticas Pedagógicas, da formação teórica, da iniciação científica, da extensão universitária, bem como da própria profissão docente.

Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sintetizadas neste projeto a partir do seguinte:

⇒ Diretrizes Preliminares

- A elaboração do TCC poderá ser realizada na forma de pesquisa individual acerca de qualquer temática da área educacional, desde que seja vinculada à Pedagogia;
- O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Pedagogia;
- Para gerenciar, implementar e dar acompanhamento ao processo de orientação, execução e defesa, será instituída uma Comissão de TCC, composta pelos docentes das disciplinas de Metodologia Científica e Pesquisa e Práticas Pedagógicas e um professor orientador, escolhido pelos pares.



Toda a constituição do TCC é regida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, disponibilizado para Consulta no site da IES e nos anexos deste PPC.

Nas disciplinas de TCC I e TCC II o aluno terá encontros presenciais com um professor que irá orientá-lo na elaboração de seu Projeto de TCC, Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) e submetê-lo, ao final, à Banca Examinadora.

O curso dispõe de um Regulamento de TCC, no qual são previstas as atribuições e competências para execução dessa atividade.

Toda a constituição do TCC é regida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, disponibilizado para Consulta no site da IES.

10.4.3. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Eixos Integradores e Núcleos Formativos

Mais do que as disciplinas supracitadas que visam movimentar vários conhecimentos e estabelecer a necessária interdisciplinaridade no âmbito dos conhecimentos no curso, faz-se de fundamental importância que os eixos que compõem o curso sejam de conhecimento de docentes e discentes, razão pela qual o NDE os inseriu detalhadamente neste PPC.

Nas reuniões colegiadas, devem ser discutidos os eixos e conteúdos de modo que os professores possam dialogar e conhecer os núcleos em que se inserem os componentes curriculares que ministram e, assim, dialogar com outros professores de modo que seja atendida a necessária interdisciplinaridade na formação de seus alunos.

A partir destes princípios e diretrizes, a abordagem metodológica adotada para a estruturação curricular é a que concebe o conhecimento como parâmetro para a compreensão dos determinantes problemática da educação localizar para, a partir de seu confronto com a realidade, construir alternativas para a busca de soluções e diálogo entre os conhecimentos.



Assim, em consonância com as DCNs, o NDE optou-se por uma estrutura de formação de três núcleos. Cada um deles se constitui em fonte de conhecimentos, saberes, habilidades e atitudes voltadas para a formação de competências básicas, referentes aos vários campos de atuação profissional.

Instituídos pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, em especial a Resolução CNE/CP nº 02 de 01 de Julho de 2015, os núcleos são grupos de conhecimentos instituídos pelo MEC com a finalidade de, salvas as particularidades regionais, direcionar os cursos de formação de professores e dar-lhes certa homogeneidade. Em face dessas perspectivas curriculares, a proposta curricular está paramentada numa concepção de formação de professores que prima pela articulação dos conteúdos e disciplinas, bem como pela estruturação dos núcleos de fundamentação que têm como norte:

- I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino; e
- III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

A interdisciplinaridade, por sua vez, está garantida na Matriz Curricular através do diálogo constante entre as diferentes disciplinas que a compõe, demarcada por uma metodologia de ensino onde o discente é levado a refletir e a propor soluções sobre situações do universo organizacional.

A estrutura curricular estabelece desde os estudos autônomos ou orientados, até disciplinas que eclodirão em práticas simuladas da prática educacional

a) Objetivos que estabelecem uma relação de reciprocidade com a comunidade.



A estrutura curricular do curso de Pedagogia da FVP é inovadora por que não relega somente ao final do curso, a partir do exercício do estágio supervisionado o atendimento da comunidade, mas desde o início do curso a partir do contato com componentes curriculares que buscam aproximar e prestar serviços à comunidade: as Pesquisas e Práticas Pedagógicas.

b) Objetivos que indicam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A estrutura curricular possui em vários semestres, disciplinas que vinculam o estudo teórico de disciplinas básicas e aprofundadas de Pedagogia, ao mesmo tempo em que os alunos devem ir a campo ou pesquisar teoricamente para prestar serviços de extensão. Essa garantia só se faz possível a partir da criação de componentes curriculares em que os alunos de forma autônoma estudam, vão a campo e praticam ações de extensão na comunidade interna e externa.

c) Objetivos que visam à interpretação da educação e a produção do conhecimento.

Serão cumpridas a partir de disciplinas como, além de componentes que perfaçam a prática de escrita e interpretação de textos do âmbito da educação.

d) Objetivos relacionados aos novos saberes da área da educação

O Curso proporcionará disciplinas inovadoras da área como:

1) Eixo de Formação Interdisciplinar: Disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

2) Eixo de Formação da Responsabilidade Social e da Cidadania: Disciplinas de Pesquisa e Práticas Pedagógicas que têm como prerrogativa o atendimento e a investigação das sociais da região de inserção.



Ao estabelecer a estrutura curricular, vislumbra-se que os componentes curriculares buscam gradativamente tanto fornecer a capacidade técnica da educação, como formar profissionais cidadãos, afinal são elencados diversos componentes de formação fundamental, sociopolítica, técnica e prática do pedagogo, os quais garantirão a concepção plena do perfil do egresso aqui delineado.

10.4.4 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado

A relação entre estágio e a formação profissional de Pedagogia implica em abordar o processo de construção da profissão docente no movimento sócio histórico educacional. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Configuram-se em um momento de aprendizagem político-pedagógico que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das escolas e/ou espaços socioeducacionais e da própria IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade escolar concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade-singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além deter como objetivo, formar um profissional-professor capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas para a educação.



Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador professores que esteja integrado à nossa realidade escolar comprometido com suas efetivas práticas e missão.

Nesse mote, estagiários e orientadores deverão fazer parte da escola conveniada, inclusive participando da sua construção e avaliação a partir dos conselhos de classe que envolve a escola, professores, alunos, família e sociedade.

O professor assim formado deve compreender que o desenvolvimento da educação é de sua responsabilidade. Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim uma representação da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico de Pedagogia da FVP, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES.

A estruturação do Estágio do Curso de Pedagogia fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES, na Lei 11.788/2008 e nas Diretrizes para Curso de Graduação de Pedagogia:

- A prática do Estágio caracteriza-se em Obrigatório e não- Obrigatório, podendo ser instituídos estágios de observação no período anterior;



- Os campos de estágio serão aprovados pela Coordenação do Curso de Pedagogia e núcleo de estágio, oficializados por meio de convênios estabelecidos com as instituições cedentes, em especial a rede pública de ensino a partir das secretarias municipal e estadual;
- O Estágio terá duração de quatrocentas horas estabelecidas em quatro períodos letivos, conforme estabelecido na nova Legislação, mais especificamente a Resolução CNE-CP nº 02 de 01 de julho de 2015;
- A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e pesquisa da IES.

O estágio obrigatório, denominado na FVP como Estágio Supervisionado, é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) de Pedagogia a partir do 5º semestre do curso, não obstante a isso o aluno terá acesso nos primeiros semestres à brinquedoteca, sendo assim possível a aproximação antecipada entre teoria e prática, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia, disponibilizado para consulta no site da IES, conforme a descrição sintética a seguir:

⇒ Estágio supervisionado I:

- Capacitação para o exercício docente com foco na Educação Infantil.

⇒ Estágio Supervisionado II

- Capacitação para o exercício docente com foco nas Séries Iniciais.

⇒ Estágio Supervisionado III

- Capacitação para o exercício docente com foco na Educação Especial e de Jovens e Adultos.

Estágio Supervisionado IV

Capacitação para o exercício docente nas atividades de Gestão Escolar.

Essas dimensões devem ser norteadoras da supervisão de estágio pautadas em instrumentais como: planejamento, elaboração de relatórios fundamentados em pesquisas, reuniões entre outros.



Deverão ser articuladas a supervisão acadêmica e profissional por meio de fóruns e seminários acerca da prática profissional, tendo em vista a articulação e organização dos campos de estágio por políticas sociais e realização de sua síntese.

10.4.4.1. Estágio Curricular Supervisionado: Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica

Conforme já explicitado em capítulo anterior, o Estágio Curricular Supervisionado se estabeleceu neste PPC a partir do que apregoa a Resolução nº 02 de 1º de Junho de 2015 e da Lei 11.788 de 2008.

Nesta expectativa, conforme o regulamento do estágio curricular supervisionado anexado a este PPC deve-se obrigatoriamente, após a autorização do curso, formalizarem-se convênios com as Redes Pública e Privada de Educação Básica, prevendo:

- a) Obrigatoriedade de explicitar nos termos de convênio a participação de professores e alunos do curso de pedagogia também nos Conselhos de Classe nos quais se envolvem alunos, professores e comunidade.
- b) Obrigatoriedade de professor-orientador para todos os alunos que farão o estágio supervisionado, sendo este acompanhamento sistemático e não apenas pontual em encontros na IES. Ou seja, o professor-orientador, além de orientar um número de alunos que seja compatível com as normas de estágio para que se tenha qualidade (máximo de 08 alunos por professor orientador), este deverá acompanhar o estagiário também em suas práticas de campo.
- c) Estagiários e Orientadores deverão vivenciar a realidade escolar participando dos conselhos de classe e de reuniões com os professores da escola



conveniada. Ou seja, fazer parte da realidade em que se inserem para a prática de estágio.

Desse modo, o Estágio Curricular Supervisionado passa a se constituir não apenas como uma fase ou período de formação do professor, mas de uma oportunidade de devolver às escolas e à comunidade a participação social e histórica que o Ensino Superior tem a obrigação moral de se estabelecer.

10.4.5.1. Estágio Curricular Supervisionado: Relação entre Licenciandos, Docentes e Supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica

Nas expectativas que estabelecem o Estágio Curricular Supervisionado, o curso deverá incentivar e prever o diálogo contínuo e parceria de trabalho entre os professores-orientadores da IES, os estagiários e os professores da escola conveniada.

Nesse viés, o papel do supervisor não se estabelece apenas em avaliar o licenciando em suas atividades de estágio, mas de participar de maneira efetiva na concepção do projeto de estágio e acompanhá-lo na sua efetivação em cada uma das fases em que ele se constituirá (Educação Infantil, Séries Iniciais, EJA e Gestão Escolar).

Trata-se de uma perspectiva em que todos os envolvidos, ou seja, licenciandos, supervisores, orientadores e docentes da escola e da IES se unem em uma busca constante de melhorar a educação a partir de uma melhor formação de novos professores.

10.4.6.1. Estágio Curricular Supervisionado: Relação Teoria e Prática

O Estágio Curricular Supervisionado neste PPC tem como norte a indissociabilidade entre a teoria e a prática na formação de professores.



Assim, a constituição do estágio em seu regulamento prevê que o aluno deverá ter cursado ou estar cursando o nível da educação básica em que estiver estagiando. Neste caso, a título de exemplo, os fundamentos da educação infantil, a didática, a filosofia educacional, as teorias de ensino-aprendizagem, a psicologia etc. já devem ser de domínio do aluno para que ele possa se inserir na fase de estágio da Educação Infantil.

Para o acompanhamento dessa relação entre teoria e prática, os projetos de estágio que irão nortear as atividades desenvolvidas no estágio devem ser fundamentados pelas teorias advindas do currículo do curso perfazendo reflexões críticas entre as atividades a serem desenvolvidas e as teorias educacionais.

Da mesma forma, o relato do estágio já constituído pelo licenciando, deverá prever que as análises das situações vivenciadas na escola sejam refletidas a partir de teorias educacionais e científicas e formalizadas numa produção acadêmica no formato de relatório de estágio curricular supervisionado construído ao final de cada fase/semestre estagiado.

10.5. Estrutura Curricular – Acessibilidade Metodológica

Na concepção da Estrutura Curricular, o NDE considerou que as metodologias e técnicas de aprendizagem devem ser priorizadas no curso de Pedagogia, por meio de adaptações curriculares de conteúdos programáticos. Neste sentido, os professores devem conceber o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional; promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com qualquer tipo de necessidade.

Assim, diferente do que ocorre em outras IES o processo de nivelamento não se dará unicamente no início do curso, mas em todos os semestres a partir da intervenção do Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento.



Além disso, há que se destacar as disciplinas Tópicos Especiais em Pedagogia I e II que não possuem ementário, mas sim uma forma de compor a ementa conforme as necessidades dos alunos no momento das disciplinas optativas.

10.6. Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária

Primeiramente, deve-se destacar que todas as medidas de horário neste Projeto Pedagógico de Curso foram estabelecidas a partir de horas-relógio, ou seja, 1 hora/aula=60 minutos.

Assim, todo o dimensionamento da carga horária de cada um dos componentes curriculares foi discutido pelo NDE de modo que fosse possível repassar aos alunos todos os conhecimentos das ementas (geral) que nos planos de ensino serão convertidos em conteúdo programático (específico).

As cargas horárias das disciplinas foram dimensionadas de modo que fossem compatíveis também com centenas de outros cursos no Brasil, assim as transferências dos alunos para a FVP e vice versa, poderão ser feitas sem prejuízo ou problemas de adaptação curricular.

Destaque-se que a carga horária mínima para o curso, conforme as DCNs é de 3200 (duas mil e oitocentas) horas e o NDE inseriu 40 horas a mais visando que seus projetos inovadores que não fazem parte dos currículos comuns de Pedagogia não causassem prejuízo aos conhecimentos específicos, como no caso a carga horária das Pesquisas e Práticas Pedagógicas.

10.7. Estrutura Curricular – Elementos Inovadores

Ao estabelecer as suas expectativas acerca da inovação do currículo, o NDE considerou que a esfera do conhecimento técnico-científico não esgota a tarefa da formação no âmbito do ensino superior, afinal, em todas as modalidades de profissionalização, há ainda a esfera da cultura simbólica, ou seja, cabe também



à formação prestada pelas faculdades fornecer ao futuro profissional a capacidade de inserir-se na dinâmica da sociedade em que vai atuar.

Esta esfera envolve desde o domínio das diferentes linguagens até a postura ética, passando pela sensibilidade estética e pela consciência política.

Desse modo, do profissional que se forma na FVP espera-se, minimamente:

1. Que se aproprie do acervo de conhecimentos científicos relativos a seu campo de trabalho;

2. Que domine um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre a natureza e sobre a própria sociedade;

3. Que desenvolva uma sensibilidade a valores culturais necessários para inserir-se ética e politicamente em sua sociedade histórica.

Desse modo, ao buscar inovações para o curso a FVP estabeleceu um currículo que possui componentes não engessados para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras, a saber:

a) As Pesquisas e Práticas Pedagógicas=> Além dos conhecimentos inerentes a formação geral e específica, esses componentes curriculares abrem a possibilidade de o aluno apropriar-se de conhecimentos por ele construídos.

b) Tópicos Especiais=> Não encontrado em outro currículo no Brasil (da maneira aberta e flexível como na FVP), os tópicos especiais, do modo como são pensados na FVP se estabelecem não como um conhecimento ou conjunto de conhecimentos a serem adquiridos, mas um espaço de construção em que alunos e professores poderão mediar as suas necessidades por meio do currículo.

c) Planejamento de Carreira=> Presente como tema da Prática Interdisciplinar I em todos os cursos de graduação da FVP, a disciplina visa com que o aluno não



apenas conheça a realidade profissional em que vai se inserir, mas inicie um processo de concepção da sua vida profissional.

d) Posicionamento Profissional=> Instituído no final do curso, esse componente do currículo tem a particularidade de abrir um leque de possibilidades para que o aluno possa estabelecer a sua vida profissional que está iniciando, determinando-lhe possibilidades e a coerência com as novas realidades que se assentam na sociedade.

A FVP tem consciência de que sua atribuição, ao preparar os profissionais nos diversos campos do mercado de trabalho, não é só repassar uma instrução técnica mas também assegurar a formação integral dos seus alunos, cabe-lhe uma responsabilidade social da qual decorrem exigências específicas:

a) Uma lida rigorosa com o conhecimento, donde a necessidade do investimento na prática de iniciação científica, no domínio de metodologias especializadas de investigação, no compromisso com a competência técnica.

b) Um compromisso ético-político: o profissional de Pedagogia a ser formado é antes de tudo uma pessoa, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana bem como um cidadão que precisa se comprometer com a democratização das relações sociais, dotando-se de uma nova consciência social.

c) Uma concepção de si mesma como lugar de formação profissional, sem dúvida, mas fundada na construção rigorosa do conhecimento, na qualidade da prática técnica, na sensibilidade ética e política, na construção da cidadania emancipadora. Para tanto, impõem-se uma concepção e uma prática do planeamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolvam um complexo investimento e que não se dará unicamente neste Projeto Pedagógico, mas durante a aplicação dele no percurso formativo e na história do curso.

10.8 Estrutura Curricular: Desenho de um perfil de Formação



Integralização curricular:

TIPO	CARGA HORÁRIA
Componentes curriculares	2400
Componentes curriculares - Específico de Estágio	400
Componentes curriculares - TCC	160
Complementar (Atividade Acadêmico Científico-Cultural)	160
Complementar (Eletivos e Livres)	120
Total	3240

Estrutura Curricular:

COMPONENTES CURRICULARES
História e Filosofia da Educação
Alfabetização e Letramento
Andragogia
Avaliação Educacional
Didática
Educação e Direitos Humanos
Educação e Trabalho
Educação Especial e Inclusiva
Educação Indígena e do Campo
Educação Socioambiental
Fundamentos da BNCC
Fundamentos da Educação Infantil
Fundamentos da Gestão Escolar
Fundamentos de Psicopedagogia
Leitura e Produção de textos
Libras
Literatura Infantil
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico
Metodologias Ativas na Educação



Multiculturalismo e Diversidade
Pedagogia de Projetos
Pesquisa e Prática em Ciências da Natureza
Ciências: Conteúdos e Métodos
Pesquisa e Prática em Ciências Humanas
História e Geografia: Conteúdos e Métodos
Pesquisa e Prática em Língua Portuguesa
Língua Portuguesa: Conteúdos e Métodos
Pesquisa e Prática em Linguagens
Pesquisa e Prática em Matemática
Matemática: Conteúdos e Métodos
Planejamento Educacional
Políticas Públicas e Organização da Educação Brasileira
Psicologia da Educação
Sociologia e Antropologia da Educação
Coordenação e Supervisão Pedagógica
Pedagogia Freiriana
Ética e Cidadania
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação
Teorias e Práticas do Currículo
Neurociência e Educação

COMPONENTES CURRICULARES - ESPECÍFICO DE ESTÁGIO

Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado III
Estágio Supervisionado IV

COMPONENTES CURRICULARES - ESPECÍFICO DE TCC

Trabalho de Conclusão de Curso I
Trabalho de Conclusão de Curso II



COMPLEMENTAR (ELETIVO)

Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente
Habilidades Sociemocionais
Gestão Escolar Integrada
Sexualidade e Educação
Tópicos Especiais em Pedagogia I
Tópicos Especiais em Pedagogia II

Estrutura Curricular: Plano de integralização

1º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Fundamentos da BNCC						60
História e Filosofia da Educação						60
Leitura e Produção de textos						60
Língua Portuguesa: Conteúdos e Métodos						60
Neurociência e Educação						60
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação						60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento I				20		20
TOTAL SEMESTRE						380

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
-----------------------	---	---	---	---	---	-------



Didática						60
Literatura Infantil						60
Matemática: Conteúdos e Métodos						60
Pesquisa e Prática em Língua Portuguesa						60
Políticas Públicas e Organização da Educação Brasileira						60
Psicologia da Educação						60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento II				20		20
TOTAL SEMESTRE						380

3º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Fundamentos da Educação Infantil						60
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico						60
Pesquisa e Prática em Matemática						60
Sociologia e Antropologia da Educação						60
Teorias e Práticas do Currículo						60
História e Geografia: Conteúdos e Métodos						60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento III				20		20
TOTAL SEMESTRE						380

4º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Alfabetização e Letramento						60
Andragogia						60
Estágio Supervisionado I						100



Ciências: Conteúdos e Métodos						60
Pesquisa e Prática em Linguagens						60
Planejamento Educacional						60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento IV				20		20
TOTAL SEMESTRE						420

5º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Avaliação Educacional						60
Educação Especial e Inclusiva						60
Estágio Supervisionado II						100
Pesquisa e Prática em Ciências da Natureza						60
Coordenação e Supervisão Pedagógica						60
Metodologias Ativas na Educação						60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento V				20		20
TOTAL SEMESTRE						420

6º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Eletiva I						60
Estágio Supervisionado III						100
Fundamentos da Gestão Escolar						60
Pesquisa e Prática em Ciências Humanas						60
Pedagogia Freiriana						60
Ética e Cidadania						60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento VI				20		20
TOTAL SEMESTRE						420



7º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Eletiva II						60
Educação e Direitos Humanos						60
Educação Socioambiental						60
Estágio Supervisionado IV						100
Multiculturalismo e Diversidade						60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento VII				20		20
Trabalho de Conclusão de Curso I			80			80
TOTAL SEMESTRE						440

FACULDADE

8º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Educação e Trabalho						60
Educação Indígena e do Campo						60
Fundamentos de Psicopedagogia						60
Libras						60
Pedagogia de Projetos						60
Trabalho de Conclusão de Curso II			80			80
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento VIII				20		20
TOTAL SEMESTRE						400

*** COMPONENTES ELETIVOS**



COMPONENTE CURRICULAR	T	P	O	D	B	TOTAL
Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente	30	30				60
Habilidades Sociemocionais	60					60
Gestão Escolar Integrada	30	30				60
Sexualidade e Educação	60					60
Tópicos Especiais em Pedagogia I	30	30				60
Tópicos Especiais em Pedagogia II	30	30				60

** A disciplina se constitui em dois momentos: 60 horas/aula de aulas teóricas a partir de temas contemporâneos em educação que proporcionam reflexão acerca da própria prática docente, tudo previamente definido no Projeto Pedagógico, e 60 horas/aula de Prática como Componente Curricular que se estabelecem a partir de atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos. Desse modo, em sua totalidade, trata-se de 420 horas/aula de aulas teóricas e 420 horas/aula de Prática como Componente Curricular.*

LEGENDA:

- T – Teórica
- P – Prática
- O – Orientada
- D – À Distância
- B – Brinquedoteca

Estrutura Curricular: Pré-requisito

1º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
-----------------------	---------------



Fundamentos da BNCC	
História e Filosofia da Educação	
Leitura e Produção de textos	
Língua Portuguesa: Conteúdos e Métodos	
Neurociência e Educação	
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento I	

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Psicologia da Educação	
Didática	
Pesquisa e Prática em Língua Portuguesa	Fundamentos da BNCC
Políticas Públicas e Organização da Educação Brasileira	
Literatura Infantil	
Matemática: Conteúdos e Métodos	
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento II	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento I

3º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Teorias e Práticas do Currículo	Didática
Sociologia e Antropologia da Educação	
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico	
Pesquisa e Prática em Matemática	Fundamentos da BNCC
Fundamentos da Educação Infantil	Literatura Infantil
História e Geografia: Conteúdos e Métodos	



Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento III	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento II
---	--

4º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Pesquisa e Prática em Linguagens	Fundamentos da BNCC
Planejamento Educacional	
Estágio Supervisionado I	Fundamentos da Educação Infantil
Ciências: Conteúdos e Métodos	
Alfabetização e Letramento	
Andragogia	
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento IV	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento III

5º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Pesquisa e Prática em Ciências da Natureza	Fundamentos da BNCC
Educação Especial e Inclusiva	
Avaliação Educacional	Planejamento Educacional
Estágio Supervisionado II	Alfabetização e Letramento
Metodologias Ativas na Educação	
Coordenação e Supervisão Pedagógica	
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento V	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento IV

6º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Eletiva I	
Pesquisa e Prática em Ciências Humanas	Fundamentos da BNCC
Fundamentos da Gestão Escolar	
Estágio Supervisionado III	Educação Especial e Inclusiva



Pedagogia Freiriana	
Ética e Cidadania	
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento VI	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento V

7º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Eletiva II	
Educação e Direitos Humanos	
Educação Socioambiental	
Estágio Supervisionado IV	Fundamentos da Gestão Escolar
Multiculturalismo e Diversidade	
Trabalho de Conclusão de Curso I	
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento VII	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento VI

8º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Libras	
Educação Indígena e do Campo	
Fundamentos de Psicopedagogia	
Educação e Trabalho	
Pedagogia de Projetos	
Trabalho de Conclusão de Curso II	
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento VIII	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento VII

COMPONENTES CURRICULARES QUE PODEM SER OFERTADOS REMOTAMENTE



Andragogia
Educação e Direitos Humanos
Educação Indígena e do Campo
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico
Ética e Cidadania
Multiculturalismo e Diversidade
Educação Socioambiental
Educação e Trabalho

11. CONTEÚDOS CURRICULARES

No que concerne aos conteúdos curriculares, o NDE estabeleceu como parâmetro o atendimento às DCN's para o curso, os Núcleos Formativos, o Contexto Educacional em que se estabelece a IES, a inserção regional do curso e o conhecimento dos professores do curso que buscaram inovar e constituir expectativas de atendimento ao que preconizam os objetivos traçados para o curso e o perfil do egresso.

11.1. Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso

Ao estabelecer o perfil do egresso do curso como um profissional generalista, com capacidade técnica para atuar nos mais variados tipos de litígios, sempre com anseios sociais e éticos, o NDE buscou a partir dos núcleos e eixos formativos já delineados em capítulos anteriores deste PPC determinar todos os conteúdos passíveis de constituir as ementas de modo que os planos de ensino contemplem o ementário como um todo e possam diversificar ou ampliar os conhecimentos.

Neste sentido, ao invés de descrever de maneira minuciosa cada um dos componentes curriculares, o NDE estabeleceu os conteúdos curriculares de



maneira mais global, de modo que os professores possam construir conteúdos programáticos menos engessados, mas sempre atentos ao cumprimento do ementário.

Essa prerrogativa é essencial para a construção de conteúdos curriculares novos, ou seja, aqueles que se fazem a partir da atualização da área do curso, pois ao possuir uma ementa (conteúdo curricular) menos descritiva e mais global, o professor tem a possibilidade de ampliar os conhecimentos sempre que necessário.

O perfil generalista do egresso bem como os anseios sociais e éticos estão inseridos em várias ementas que vão acompanhando conteúdos específicos.

Destaque também para as Pesquisas e Práticas Pedagógicas que podem mudar os seus temas há qualquer tempo, os Tópicos Especiais I e II. Todas estas, portanto, poderão também atender às atualizações na área, bem como a configuração do perfil do egresso do curso.

11.2. Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias

No que diz respeito às cargas horárias, o NDE teve o cuidado de compor os conteúdos curriculares e adequar a estrutura curricular conforme as suas necessidades.

Essa é a razão pela qual fez-se necessário uma padronização em múltiplos de 30 e 60 horas nas disciplinas teórico-práticas (excetuando-se TCC, Práticas Interdisciplinares e Estágio).

No que diz respeito às bibliografias, o NDE reuniu-se e adequou as bibliografias considerando como base o mínimo de 3 títulos da bibliografia básica e 5 da



complementar. Fez-se tal expectativa levando em consideração a disponibilidade das editoras e o esgotamento de alguns títulos.

Foram alinhados clássicos da literatura e títulos capazes de ampliar os horizontes de conhecimentos dos alunos.

Vale destacar que todas as expectativas estão disponíveis em um relatório que aponta a justificativa de escolha de cada um dos livros para os conteúdos curriculares do curso.

11.3. Conteúdos Curriculares: A Acessibilidade Metodológica

No início de cada semestre letivo serão constituídos os Seminários Pedagógicos nos quais os professores poderão juntos construir seus planos de ensino a partir dos conteúdos curriculares disponibilizados no PPC. Desse modo, para cada conteúdo será estabelecida a possibilidade de acesso para cada aluno que tenha algum tipo de necessidade especial, conforme segue:

a) Quando necessário, os professores poderão determinar o aprendizado a partir da gravação dos conteúdos curriculares para os alunos com limitações visuais (áudio), ou, ainda, a transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e o uso do software VOXI ou semelhante.

b) Para os alunos com deficiência auditiva, os conteúdos curriculares deverão ser considerados na perspectiva de um profissional tradutor de LIBRAS e/ou da transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e uso do VLIBRAS ou semelhante.

c) Para os alunos com algum tipo de transtorno, como a dislexia, autismo etc, deverá ser imediatamente acionado o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, de modo a constituir programas de conteúdos especiais para tais alunos, incluindo o reforço em férias etc.



Enfim, a cada semestre, professores deverão se reunir e, conforme as necessidades, determinar a aplicação dos conteúdos curriculares conforme as necessidades dos alunos.

11.4. Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental

Além dos aspectos ligados as expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

- 1) **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

- a) Disciplina=> **Leitura e Produção Textual:** Será indicado aos professores que utilizem-se de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados as relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
- b) Disciplina=> **Sociologia e Antropologia da educação:** Os professores serão orientados a abordar as mudanças socioculturais e as relações de trabalho a partir das expectativas de inclusão social e das relações étnico – raciais no cenário profissional;
- c) Disciplina=> **Sociologia e Antropologia da educação:** Estabelecida para focar os aspectos acerca das relações e o desenvolvimento social para as organizações, a disciplina traz em seu bojo de



conteúdos e ementário as perspectivas acerca das relações étnico-raciais.

Obs* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

2) **Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.**

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

- a) Disciplina=> **Leitura e Produção Textual:** Os docentes serão orientados a utilizarem textos e temas de redação voltados as questões ambientais, tudo com o objetivo que se possibilite a discussão e a sensibilização do aluno nos anseios da educação ambiental;
- b) Disciplina=> **Gestão Ambiental:** a disciplina em questão possibilita que o professor (e assim ele será orientado) aborde a relevância das questões ambientais para as ciências e novas teorias acerca dessa abordagem. Afinal, já faz parte das bibliografias específicas do Pedagogia a abordagem da sustentabilidade, responsabilidade social e o meio ambiente como previsões das perspectivas teóricas;
- c) Disciplina=> **Fundamentos de Gestão Escolar:** Não há como tratar o tema “gestão” sem que se aborde e sensibilize os educandos quanto às questões ambientais.

Obs* Além das possibilidades acima, a IES possui um Núcleo de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (Vide PDI) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

3) **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.**

- a) Disciplina=> **Leitura e Produção Textual:** os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos Direitos humanos;



- b) Disciplina=> **Direitos Humanos**: os professores serão orientados a tecer nos seus planos de ensino as perspectivas acerca dos Direitos humanos e as relações sociais;
- c) Disciplina=> **Sociologia e Antropologia da educação**: a disciplina Sociologia e Antropologia da educação discute conjuntamente com as questões relacionadas a diversidade, os aspectos acerca dos Direitos humanos.

Obs* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

11.5. Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores

Primeiramente, o NDE destaca que, atualmente, vive-se numa era tecnológica onde, muitas vezes, a concepção do termo inovação tem sido utilizada de forma enfática, incisiva e determinante, porém equivocada na prática diária, uma vez que tem sido concebida, corriqueiramente, somente como um produto ou equipamento.

Neste sentido, a já na gênese do currículo o NDE preparou-o de modo que se possa atender às rápidas descobertas e práticas que surgem no dia a dia na educação. Assim, disciplinas como os Tópicos Especiais I e II já devem ser consideradas inovadoras ao passo que abrem para o curso a flexibilidade de poder inserir sistematicamente novos conhecimentos para os alunos sempre que são divulgados e comprovados na sua eficácia.

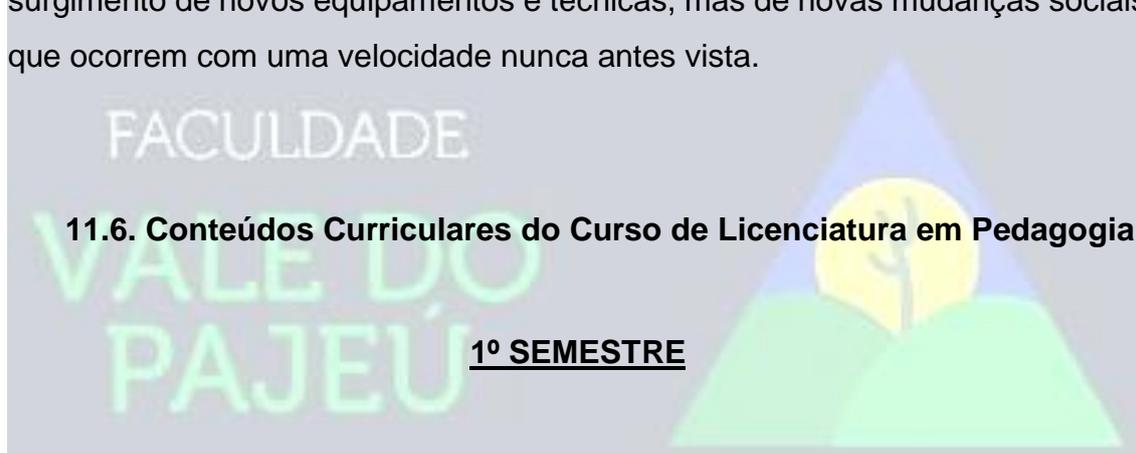
Outrossim, deve-se destacar conteúdos inovadores que não são da ordem comum dos cursos de Pedagogia tradicionais no Brasil, como a disciplina Posicionamento Profissional que visa oportunizar aos alunos em todos os cursos de graduação da FVP as perspectivas de uso diverso da sua profissão e dos conhecimentos adquiridos na Faculdade.



Destaque-se também o conteúdo Empreendedorismo na área educacional que visa atender a uma demanda brasileira de formação de novos negócios na educação

Além desses conteúdos acima, o curso traz para o aluno a possibilidade de estudar conhecimentos que não são comuns em cursos de Pedagogia (VIDE DISCIPLINAS OPTATIVAS).

Por fim, vale destacar o cuidado na perspectiva da tecnologia que nos leva a repensar a inerente capacidade do ser humano em buscar inovações capazes de transformar seu cotidiano, visando uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal. Dessa forma, o Pedagogo não deve buscar apenas se adequar ao surgimento de novos equipamentos e técnicas, mas de novas mudanças sociais que ocorrem com uma velocidade nunca antes vista.



FUNDAMENTOS DA BNCC

Ementa:

Fundamentos da educação, Documentos e marcos regulatórios da educação brasileira, história de construção da BNCC; Metodologia adotada para sua elaboração; Tramitação, aprovação por meio de Parecer e Resolução do Conselho Nacional de Educação; homologação pelo MEC. Estrutura da BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BES, P. **Currículo e desafios contemporâneos**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

LIMA, C. C. N. **Política educacional**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

Fundamentos da Filosofia. Filosofia Geral. Desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos para possibilitar: a compreensão da natureza da atividade filosófica ligada à educação; o desenvolvimento do espírito crítico e investigador do professor; a articulação das reflexões filosóficas com os avanços científicos na área de estudos objeto do curso; a explicitação dos pressupostos dos atos de educar, ensinar e aprender em relação a situações de transformação cultural da sociedade; o debate de temas relacionados ao conhecimento, à linguagem, à realidade, à cultura e à ética na formação pedagógica. A educação através da história. Os métodos e ferramentas educacionais na história. Educadores da história, em especial a brasileira. A educação na sociedade moderna e contemporânea nos contextos políticos, econômico e cultural. Abordagens alternativas atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



Filho, Luciano Mendes de F. Pensadores sociais e história da educação. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo Autêntica, 2007.

Hilsdorf, Maria Lucia S. História da Educação Brasileira . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012.

Jr., Paulo G. As Lições de Paulo Freire: Filosofia, Educação e Política . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2012.

Jr., Paulo G. Filosofia e História da Educação Brasileira: da Colônia ao Governo Lula . Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Editora Manole, 2009.

PERISSÉ, Gabriel. Introdução À Filosofia Da Educação – Coleção Biblioteca Universitária. São Paulo: Autêntica, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Portes, Écio, A. et al. História da Educação - Ensino e pesquisa. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2007.

Veiga, Cynthia, G. e Thais Nívia de Lima e Fonseca. História e historiografia da educação no Brasil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2007.

LEITURA E ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR

Ementa:

Tipos e Gêneros Textuais. Estratégias de Leitura. Fatores de textualidade: Coesão e Coerência Textual. Intertextualidade: o discurso citado. Aspectos gramaticais relevantes à produção textual: crase, pontuação, concordâncias nominal e verbal, regências nominal e verbal. Produção de texto acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, N. S. E. [et al.]. **Leitura e escrita acadêmica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

BRASILEIRO, A. M. M. **Leitura e produção textual**. Porto Alegre: Penso, 2016.

MENDES, A. A. [et al.]. **Linguística textual e ensino**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

TERRA, E. **Práticas de leitura e escrita**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, L. S. **Como escrever artigos científicos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FERREIRA, L. A. (Orgs.). **Retórica, escrita e autoria na escola**. São Paulo: Blucher, 2018.

SANGALETTI, L.; MEDEIROS, L. V. A. **Comunicação e expressão**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LÍNGUA PORTUGUESA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

Definindo letramento: modelos, mitos e metáforas. Conhecer os processos de letramento, modos de ensinar a decodificação e a codificação da linguagem escrita. As variedades lingüísticas do português falado. Práticas e eventos do letramento. A fala e a escrita no letramento. Contexto educacional para o desenvolvimento do letramento. Letramento: diferentes vozes, gêneros e identidades. Estudo das práticas letradas não escolares e de seus respectivos modos de circulação. As práticas de letramento no mundo adulto. Letramento como instrumento de poder. O ensino de literatura e linguagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUFT, Celso Pedro. **Ensino e Aprendizado da Língua Materna**. São Paulo: Globo, 2007.

CORRÊA, Leticia Maria Sicuro. **Aquisição da Linguagem e Problemas do Desenvolvimento Linguístico**. São Paulo: Loyola, 2006.

CUNHA, Edanne Madza de Almeida. **Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Alfabetização**. Curitiba: Ibpex, 2005.

PIETRI, Émerson de. **Práticas de leitura e elementos para a atuação docente**. São Paulo: Lucerna, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROCHA, Denise Michaloskey da (org). **Produzindo Leitura e Escrita**. Vol. 4. São Paulo: Braga, 1996.



ROCHA, Denise Michaloskey da (org). Produzindo Leitura e Escrita. Vol. 3. São Paulo: Braga, 1996.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (org).. História Entrelaçada 2 - A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX. São Paulo: Lucerna, 2006.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (org). História Entrelaçada 3: A construção de Gramáticas na segunda metade do século XX. São Paulo: PUC/LUCERNA, 2010.

NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Ementa:

Fundamentos da Neurociência na Educação. Desenvolvimento do cérebro e sua relação com a aprendizagem. Funções gerais do sistema nervoso e suas relações com a aprendizagem. Plasticidade neural e a aprendizagem. A funcionalidade neurológica e suas implicações nos “transtornos de aprendizagem”.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSENZA, Ramon, e Leonor Guerra. **Neurociência e Educação**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.

CALL, Nicola, e Sally Featherstone. **Cérebro e Educação Infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2015.

YOUNG, Paul, A. et al. **Neurociência clínica básica 3a ed.**. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Editora Manole, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTORINA, José, A. e Mario Carretero. **Desenvolvimento Cognitivo e Educação - V1**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.

BEAR, Mark F. **Neurociências**. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo A, 2017.



LENT, . **Neurociência da Mente e do Comportamento**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2008.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Ementa:

Histórico e evolução da tecnologia e suas consequências para a vida do homem na sociedade do conhecimento. Possibilidades e implicações da utilização da tecnologia na educação. Formação de professores para a cultura digital e teorias emergentes das tecnologias educacionais (nativos e imigrantes digitais, inclusão e exclusão digital, e-learning, m-learning, u-learning, ensino de linguagem de programação e pensamento computacional). Estudo das ferramentas de produtividade como aplicativos (processadores de texto, planilhas eletrônicas, apresentação), internet, multimídia (texto, imagem, áudio e vídeo) e outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARMO, Valéria Oliveira do. **Tecnologias educacionais**. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. **Tecnologias educacionais**. São Paulo: Saraiva Educação, 2014.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.

PINOCHET, Luis Hernan Contreras. **Tecnologia da informação e comunicação**. Elsevier Brasil, 2014.

SANTOS, Pricila Kohls dos. **Tecnologia da informação no ensino de ciências**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Organizado por Tadao Takahashi. – Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.



VELOSO, RENATO DOS SANTOS. **Tecnologias da Informação e da Comunicação**. São Paulo: Saraiva Educação, 2011.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO I

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e cursos de extensão de temas diversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FVP – Normas para Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento em Educação



2º SEMESTRE

DIDÁTICA GERAL

Ementa:

Retrospectiva histórica da Didática. O papel da Didática na formação de educadores. Abordagens Alternativas para o ensino da Didática. Tendências Pedagógicas na prática escolar. O planejamento da ação didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Vania de, S. et al. **Didática**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

ZABALA, Antoni, et al. UniA: **Didática Geral**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016.

SANTOS, Ana Maria Rodrigues D. **Planejamento, Avaliação e Didática**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TARANTO, MALHEIROS, B. **Didática Geral**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2019.

CASTRO, Amelia Domingues, D. e Anna Maria Pessoa de Carvalho. Ensinar a ensinar – **Didática para a escola fundamental e média** – 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cengage Learning Brasil, 2018.

FREIRE, Rogéria A. **A Didática no Ensino Superior**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

LITERATURA INFANTO JUVENIL

Ementa:

Aspectos históricos, teóricos e metodológicos da literatura infantil. Conceitos, características, obras e autores de histórias infantis: clássicas, modernas e contemporâneas. Literatura, leitura e formação de leitores. A presença da literatura no processo educativo: aspectos teóricos e metodológicos. A literatura como direito e prazer da criança.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MINUZZI, A. [et al.]. **Literatura infanto-juvenil**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

NASCIMENTO, L.; ASSIS, L. M.; OLIVEIRA, A. M. (Orgs.). **Linguagem e ensino do texto: teoria e prática**. São Paulo: Blicher, 2016.

PAIVA, A.; SOARES, M. (Orgs.). **Literatura infantil: políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PERISSÉ. **Literatura e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SANTOS, M. A. P. S. **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: CEALE; Autêntica, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAGNETI, S. S. **Literatura infantil juvenil: diálogos Brasil-África**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PAIVA, A.; MARTINS, A.; PAULINO, G.; CORRÊA, H.; VERSIANI, Z. **Literatura – saberes em movimento**. Belo Horizonte: CEALE; Autêntica Editora, 2014.

PERISSÉ, G. **Elogio da leitura**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

MATEMÁTICA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

Fundamentação do Ensino da Matemática: História da Matemática. Proposta curricular do ensino da Matemática. Construção do número pela criança de 0 a 6 anos. Educação Matemática. Estratégias de ensino. Materiais didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KLUTH, Verilda Speridião. **Filosofia da Educação Matemática: Debates e confluências**. São Paulo: Centauro, 2009.

LONGEN, Adilson. **Matemática curso prático**. Curitiba: Bolsa nacional do livro, 2010.



MENEGHETTI, Renata Cristina Geromel. Educação Matemática: Viências Refletidas. São Paulo: Centauro, 2006.

BICUDO, Maria Aparecida. Educação Matemática. São Paulo: Centauro, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACHADO, Nilson José. Matemática e Realidade. São Paulo: Cortez, 2009.

PANINI, Editora. Hora Da Aventura: Edição Matemática - Vol.3. São Paulo: Panini, 2016.

VÁRIOS, Autores. EJA - Educação de Jovens e Adultos - Matemática 5ª a 8ª série. São Paulo: Base, 2008.

SALKIND, Charles T. Competições Matemáticas. Rio de Janeiro: Interciência, 1989.

COSTA, David Antonio da. História Da Educação Matemática E O Uso De Um Repositório De Conteúdo Digital - Volume 4. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

PESQUISA E PRÁTICA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa:

Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua Portuguesa. Concepções e metodologias de ensino dos conteúdos de Língua Portuguesa. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental. Os conteúdos: Análise Linguística/Semiótica; Oralidade; Leitura/escuta; Produção de texto. Estratégias de correção de textos pelo professor. Revisão de textos. Estratégias de leitura. A avaliação em Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, N. S. E. [et al.]. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura.** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

CORTINA, A. [et al.]. **Fundamentos da Língua Portuguesa.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

COSTA, M. G. V. [et al.]. **Avaliação de texto escolar – professor - leitor/aluno-autor.** Belo Horizonte: Autêntica Editora/Ceale, 2009.

RIOLFI, C. [et al.]. **Ensino de Língua Portuguesa.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.



SILVA, A.; PESSOA, A. C.; LIMA, A. (orgs.). **Ensino de gramática – reflexões sobre a língua portuguesa na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIONS, Jonh. **Língua(gem) e linguística**: uma introdução. Tradução AVERBURG, M. W.; SOUZA, C. S. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

VAL, M. G. C. **Alfabetização e língua portuguesa: livros didáticos e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, CEALE/FAE/UFMG, 2009.

VIEIRA, S. R. **Gramática, variação e ensino**: diagnose e propostas pedagógicas. São Paulo: Blincher, 2018.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa:

A disciplina discute a educação como prática social regulada pelo Estado e objeto, portanto, das ações deste com vistas a realização de um projeto de sociedade. Para tanto, serão desenvolvidos estudos sobre: a articulação do Estado com as Políticas Públicas e com a Educação; Os fundamentos que permearam a ação das agências multilaterais e seu impacto na formulação das políticas educacionais; e, a normatização da educação no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bes, Pablo, e Michela Carvalho da Silva. **Organização e Legislação da Educação** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

Lima, Caroline C., N. et al. **Políticas públicas e educação** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

Silva, Janaina Almeida da C. **Qualidade na Educação** . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

(Org.), Flavio Rodrigues, C. e Paulo Blikstein (Org.). **Inovações Radicais na Educação Brasileira - Série: Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

Castro, Claudio de M. **Os Tortuosos Caminhos da Educação Brasileira** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

Conceitos e origens da psicologia. A importância da Psicologia. A psicologia pré-experimental. A psicologia experimental. As escolas psicológicas. Campos da psicologia, a base biológica do Comportamento. Fatores de desenvolvimento, percepção. Inteligência. Personalidade. Motivação. Desenvolvimento humano e aprendizagem: introdução as principais teorias. Conflitos Psicológicos Escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLL, SALVADOR,, C. et al. **Psicologia da Educação**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015.

BRITTO, Eduardo. **Psicologia, Educação e Novas Tecnologias**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.

SANTRONCK, John W. **Psicologia Educacional**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2010.

COLL, SALVADOR, C. **Psicologia do Ensino**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, José Sérgio Fonseca, D. et al. **Concepções e proposições em Psicologia e Educação: A trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2017.

NOLEN-HOEKSEMA, Susan, et al. **Introdução à Psicologia** – Atkinson & Hilgard: Tradução da 16ª edição norte-americana. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cengage Learning Brasil, 2017.

KHOURI, Ivone Gonçalves E. **Psicologia Escolar**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 1986.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO II

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são



fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e cursos de extensão de temas diversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP – Normas para Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento em Educação.

3º SEMESTRE

FACULDADE

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa:

Características da Educação Infantil: funções da creche e da pré-escola e o papel dos atores sociais: alunos, pais e professores. Cenário de Educação Infantil no Brasil, articulando-o com os desafios emergentes das políticas educacionais nessa área, enfocando as dimensões políticas, social, cultural e pedagógica do trabalho com crianças em instituições infantis. A construção do conhecimento e a criança. O brincar e o papel da brincadeira na Educação Infantil. Propostas pedagógicas inovadoras e bem sucedidas para a Educação Infantil. Educação Infantil e BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONZALEZ-MENA, Janet. **Fundamentos da educação infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo A, 2015.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.

BUCHWITZ, Tania Maria de A. **Propostas Curriculares na Educação Infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.



KISHIMOTO, Tizuko M. **O jogo e a educação infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASSEDAS, Eulàlia, et al. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015.

KAERCHER, Gládis, E. e Carmen Maria Craidy. **Educação Infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2003.

LIMA, Caroline Costa, N. et al. **Desenvolvimento Infantil**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO

Ementa:

Introdução à universidade. Ciência e conhecimento científico. Pré-requisitos lógicos do trabalho científico necessários para a disciplina Pesquisa e Práticas Pedagógicas. Métodos e Técnicas. Processo de leitura. Trabalhos acadêmicos. Ética na pesquisa. Recursos utilizados em trabalhos acadêmicos e técnicos. Projeto de pesquisa. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Referências bibliográficas. Normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Juremir Machado. **O Que Pesquisar Quer Dizer: Como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes**. Porto Alegre: Sulina, 2015. (10

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo (org). **Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares**. Brasília: Liber, 2007.

CHAROUX, Ofélia M. G. **Metodologia: Processo de Produção, Registro e Relato do Conhecimento**. São Paulo: DVS, 2006.



BASTOS, Lilian Cabral; SANTOS, William Soares dos. A Entrevista na Pesquisa Qualitativa. Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia Científica: Métodos E Técnicas De Pesquisa Monografia, Dissertações, Teses E Livros. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 2013.

BRABEN, Donald. Ser Cientista: o espírito de aventura em ciência e tecnologia. Campinas: Papyrus, 1996.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos De Metodologia Científica: Teoria Da Ciência E Iniciação À Pesquisa. São Paulo: Vozes, 2013.

LEÃO, Lourdes Meirelles. Metodologia Do Estudo E Pesquisa: Facilitando A Vida Dos Estudantes, Professores E Pesquisadores. São Paulo: Vozes, 2016.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Planejamento Da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2015.

PESQUISA E PRÁTICA EM MATEMÁTICA

Ementa:

O processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos matemáticos. Elaboração de propostas metodológicas para o ensino de Matemática. Oficina pedagógica de matemática. Elaboração e execução de aulas simuladas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



ARAÚJO, Maria Margoti et al. Fundamentos de matemática. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HUETE, JC Sánchez; BRAVO, JA Fernández. O ensino da matemática: fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

MACDONALD, Sharon. Matemática em minutos: atividades fáceis para crianças de 4 a 8 anos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

NACARATO, Adair Mendes; DA SILVA MENGALI, Brenda Leme; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2015.

SUTHERLAND, Rosamund. Ensino eficaz de matemática. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

VAN DE WALLE, John A. Matemática no Ensino Fundamental: Formação de Professores e Aplicação em Sala de Aula. Porto Alegre: Penso Editora, 2009.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

Estudos sócio-culturais da escola, dos sistemas escolares, do processo educativo e de agentes, e experiências em educação não formal ou escolar, incluindo o exame das relações entre educação, a cultura, as ideologias, as instituições políticas, os sistemas de dominação e a construção de práticas de resistência e emancipação.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BATISTA, Sueli Soares dos, S. e Emerson Freire. Educação, Sociedade e Trabalho. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo Almedina (Portugal), 2018.

OLIVEIRA, Inês Barbosa, D. e Paulo Sgarbi. Estudos do cotidiano & Educação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Silvia, MARQUES,. Série Educação - Sociologia da Educação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.

SOUZA, João Valdir Alves D. Introdução à sociologia da educação - Nova Edição . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo Autêntica, 2015.

TEORIAS E PRÁTICAS DO CURRÍCULO

Ementa:

Etimologia e epistemologia do currículo. Pressupostos históricos, culturais, filosóficos, antropológicos, sociológicos, psicológicos, políticos e legais. Abordagens teórico-práticas do currículo e sua influência no processo educativo escolar com enfoque na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os diferentes tipos de currículo e suas especificidades. Currículo, formação e saberes profissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BES, Pablo *et al.* **Currículo e desafios contemporâneo.** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

BUCHWITZ, Tania Maria de Almeida. **Propostas curriculares na educação infantil.** São Paulo, SP: Cengage, 2016

SANTOS, Edméa; RAMAL, Andrea (Org.). **Currículos** – teorias e práticas. Rio de Janeiro: **LTC**, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.**



Porto Alegre: Penso. 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Penso. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco**: Educação Infantil. Recife: Secretaria, 2019.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco**: Ensino Fundamental. Recife: Secretaria, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Al Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2007.



HISTÓRIA E GEOGRAFIA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

O ensino de ciências sociais (História e Geografia) através de diferentes referenciais que valorizem a compreensão e intervenção na realidade social. Construção e reconstrução de relações entre o presente e o passado numa leitura pluralista de mundo. Conceitos, habilidades e atitudes em relação às Ciências Sociais.

Desenvolvimento de competências necessárias ao estudo da identidade, aspectos socioambientais, patrimônio cultural e valorização da sócio-diversidade e das diferentes relações de espaço/tempo. Interpretação de fenômenos complexos que envolvem diferentes abordagens teóricas e metodológicas das Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VÁRIOS AUTORES. **Metodologia do Ensino de Geografia..** Curitiba: Ibpx, 2007.

MEC. **Parâmetros curriculares nacionais- historia e geografia. MEC, 1997**

Programa para o ensino fundamental- geografia. MEC, 1995

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental – Geografia. MEC, 1998**

MEC. **Conteúdos Básicos (ciclo básico de alfabetização à 4ª série do ensino fundamental) português, história geografia. MEC, 1992.**

HELOÍSA DUPAS PENTEADO. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** São Paulo: Cortez, 1994

CARLOS ALBERTO NUNES. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** Editora Apoio, 1997



SCHNEEBERGER, C. A.. **Minimanual Compacto de Geografia do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2003.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO III

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e cursos de extensão de temas diversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP – Normas para Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento em Educação.

4º SEMESTRE

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Ementa:

Abordagem de temas ligados à alfabetização numa perspectiva crítica e atual. Discussão de textos voltados para aspectos atuais da alfabetização escolar: a importância da leitura e da escrita, o pseudo dilema alfabetização versus construtivismo -interacionista. Questionamento acerca das possibilidades e limites do processo de leitura e da escrita no cotidiano de nosso sistema educacional.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bes, Pablo, et al. Alfabetização e letramento . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

Castanheira, Maria, L. et al. Alfabetização e letramento na sala de aula . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2008.

Lotsch, Vanessa de O. Alfabetização de e Letramento I . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

Morais, Artur Gomes D. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019.

Soares, Magda. Letramento - Um tema em três gêneros . Disponível em: Minha Biblioteca, (4ª edição). Grupo Autêntica, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Lotsch, Vanessa de O. Alfabetização e Letramento - uma visão geral . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

Maluf, Maria, R. e Cláudia Cardoso-Martins. Alfabetização no Século XXI . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013.

Ribeiro, Ana, E. e Carla Viana Coscarelli. Letramento digital - Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo Autêntica, 2007.

Educação de Jovens e Adultos

Ementa:

Métodos e Fundamentos Históricos da Educação de Jovens e Adultos. Legislação que embasam a EJA no Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA. O perfil do professor da EJA. Pressupostos teórico-metodológicos do processo de alfabetização de Jovens e Adultos. Solução de problemas e aplicação prática da aprendizagem: exercício de cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



BES, Pablo. **Andragogia e educação profissional**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia, D. e Telma Ferraz Leal. **Alfabetização de jovens e adultos - Em uma perspectiva de letramento**. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo Autêntica, 2007.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia, D. e Telma Ferraz Leal. **Desafios da educação de jovens e adultos - Construindo práticas de alfabetização**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo Autêntica, 2007.

SIQUEIRA, Antonio Rodolfo, D. e Viviane Guidotti. **Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017.

LIMA, Caroline C., N. et al. **Políticas públicas e educação**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAIS, Artur Gomes, D. et al. **Alfabetizar letrando na EJA - Fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.

SOARES, Leôncio. **Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019.

PEREIRA, Marina L. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo Autêntica, 2007.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa:

Observação e reflexão da estrutura e funcionamento da Educação Infantil e de suas práticas pedagógicas.

Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico. O exercício do olhar e do refletir sobre a prática. Atuação docente: vivência de projetos didático-pedagógicos na creche e na pré-escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na**



educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação:** estágio supervisionado. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em licenciatura.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUCHWITZ, Tania Maria de Almeida. **Propostas curriculares na educação infantil.** São Paulo, SP: Cengage, 2016

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E (Org.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche.** Penso Editora, 2016.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

CIÊNCIAS: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

Concepção de Ciências; Função social e política das Ciências; Formação de conceitos. Método Científico. Ensino-Aprendizagem /aspectos teóricos e práticos das Ciências Naturais, de acordo com as proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Terra/Universo, Seres Vivos, Matéria e Energia, Saúde.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: Fundamentos e métodos.** Editora Cortez. 2000.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de ensino de biologia.** 4ª Edição. 200 págs. Editora EDUSP/Harbra. 2004.

MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M.S. **Ensino de biologia: Histórias e práticas em diferentes espaços educativos.** 1ª Edição. 216 págs. Editora Cortez. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZÓBOLI, Graziella. **Práticas de Ensino: Subsídios Para a Atividade Docente.** 10ª Edição. Editora Ática. 1999.

ALVES, R. **Entre a Ciência e a Sapiência: O Dilema da Educação.** 8 Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

AMARAL, I. **O Ensino de Ciências E O Desafio Do Fracasso Escolar.** In: Sanfelice, José Luis. **A Universidade E O Ensino De 1º E 2º Graus.** Campinas: Papirus, 1988.

ASTOLFI, J.P. Et Al. **A Didática Das Ciências.** Campinas: Papirus, 1995.

BIZZO, N. **Ciências: Fácil Ou Difícil?** 3 Ed. São Paulo: Ática, 2002.

BORDENAVE, J. K.; Pereira, A. M. **Estratégias De Ensino-Aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BORGES, R. M. R.; Moraes, R. **Educação Em Ciências Nas Séries Iniciais.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

BRAGA, S. A. M.; Aguiar Junior, O. G.; Lima, M. E. C. C. **Aprender Ciências: Um Mundo De Materiais.** Belo Horizonte: Ufmg. 1999.



PESQUISA E PRÁTICA EM LINGUAGENS

Ementa:

Competências específicas de Língua Portuguesa para os anos iniciais. Competências específicas de Arte para os anos iniciais. Competências específicas de Educação Física para os anos iniciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEATRIZ, P. B. **Metodologia do ensino de Educação Física**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

ESCOSTEGUY, C. C. **Metodologia do ensino de Artes**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

RIOLFI, C. [et al.] **Metodologia do ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, J. C. **Linguagem e educação**: fios que se entrecruzam na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte**: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NEIRA, M. G. **Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

Currículo e Planejamento da Educação Básica

Ementa:

A experiência do planejamento educacional no Brasil e as reformas e atuais políticas educacionais envolvendo o processo de planejamento do sistema. Concepções do Planejamento Educacional. O processo de planejamento em seus diferentes enfoques. A ação do planejamento na organização do trabalho pedagógico e sua estruturação prática. Elaboração de planos e projetos de ensino-aprendizagem;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BES, Pablo *et al.* **Gestão de documentos e registro escolar**. Porto Alegre:



SAGAH, 2020.

CERVI, Rejane de Medeiros. **Planejamento e Avaliação Educacional**. Curitiba: Ibpex, 2008.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Projeto Político Pedagógico**. Guia Prático para Construção Participativa. São Paulo: Érica, 2009.

SANTOS, Ana Maria Rodrigues dos. **Planejamento, Avaliação e Didática**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

THURLER, Monica Gather; MAULINI, Olivier. **A organização do trabalho escolar: uma oportunidade para repensar a escola**. Porto Alegre: Penso, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

FERREIRA, Vania de Souza *et al.* **Didática**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MALHEIROS, Bruno Taranto; RAMAL, Andrea (Org.). **Didática geral**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

SANT'ANNA, Geraldo José. **Planejamento, gestão e legislação escolar**. São Paulo: Érica, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2010.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO IV

Ementa:



As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e cursos de extensão de temas diversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP – Normas para Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento em Educação.



5º SEMESTRE

AValiação EDUCACIONAL

Ementa:

As diferentes concepções da avaliação. Avaliação de processos educacionais. Tipos e níveis de avaliação. Procedimentos e instrumentos da avaliação da aprendizagem. A avaliação como elemento de pesquisa da prática pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BES, Pablo *et al.* **Gestão da avaliação externa e conselhos escolares.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.



CERVI, Rejane de Medeiros. **Planejamento e Avaliação Educacional**. Curitiba: Ibpex, 2008.

RUSSELL, Michael K.; AIRASIAN, Peter W. **Avaliação em Sala de Aula: Conceitos e Aplicações**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

SANTOS, Ana Maria Rodrigues dos. **Planejamento, Avaliação e Didática**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

Santos, Pricila Kohls dos; GUIMARÃES, Joelma. **Avaliação da aprendizagem**. Porto Alegre: SAGAH, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2020.

RAMAL, Andrea (Org.). **Avaliação educacional: da teoria à prática**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

RODRIGUES, Ana Maria. **Psicologia da aprendizagem e da avaliação**. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Ementa:

Aspectos históricos, políticos e científicos da educação especial. Legislação. Aprendizagem e desenvolvimento na inclusão. Transtornos de aprendizagem. Educação Especial e inclusão social (autismo, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual e Alta capacidade, dotação e talentos). Recursos e procedimentos na educação inclusiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial:**



Princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva.** Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015.

BARRETO, Flávia de Oliveira C. **Educação inclusiva.** Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva.** Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: a relação escola, família e aluno.** Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, Maria Angela de Oliveira, C. e Flávia de Oliveira Champion Barreto. **Educação Inclusiva: Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem.** Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

FARBIARZ, Jackeline, L. et al. **Design para uma educação inclusiva.** Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2016.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa:

Observação e reflexão da estrutura e funcionamento dos Anos Iniciais e de suas práticas pedagógicas.

Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico. O exercício do olhar e do refletir sobre a prática. Atuação docente: vivência de projetos didático-pedagógicos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em licenciatura.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.



NACARATO, Adair Mendes; DA SILVA MENGALI, Brenda Leme; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RAMAL, Andrea (Org.). **Avaliação educacional: da teoria à prática.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

VICKERY, Anitra *et al.* **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental.** Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

FERREIRA, Vania de Souza *et al.* **Didática.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

PERISSÉ, Gabriel. **A arte de ensinar.** São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, Ana Maria Rodrigues dos. **Planejamento, Avaliação e Didática.** São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

PESQUISA E PRÁTICA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Ementa:

O processo de ensino e aprendizagem da ciência da natureza. Elaboração de propostas metodológicas para o ensino de ciências. Oficinas pedagógicas contextualizando as ciências humanas. Elaboração e execução de aulas simuladas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COUTINHO, Clara P. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática.** Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo Almedina (Portugal), 2013.

GONÇALVES, Adriana F. **Metodologia do Ensino de Ciências.** Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.



WARD, Hellen, et al. **Ensino de Ciências**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2010.

GONÇALVES, Adriana, et al. **Introdução ao ensino de ciências**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017.

SANTOS, Pricila Kohls D. **Tecnologia da informação no ensino de ciências**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Anna Maria Pessoa D. **Ensino de Ciências por Investigação**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2014.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa D. **Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012.

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Ementa:

Supervisão escolar: conceitos, objetivos, funções e qualidades. Estudos e análises que favoreçam a melhoria do processo ensino-aprendizagem. O Projeto Pedagógico da Escola: Concepção e Organização. Supervisão escolar no processo educativo atual como agente de mudança. Métodos e técnicas da supervisão escolar. Coordenação e orientação do processo de planejamento, acompanhamento e avaliação do ensino. Registro e documentação do trabalho pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CERTO, S. C. **Supervisão: conceitos e capacitação**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

NOGUEIRA, N. R. **Projeto Político-Pedagógico: guia prático para a construção participativa**. São Paulo: Érica, 2009.

SANTOS, P. S. M. B. **As dimensões do planejamento educacional: o que os educadores precisam saber**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, F. C. **Educação escolar: evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões**. São Paulo: Érica, 2014.

SANT'ANNA, G. J. **Planejamento, gestão e legislação escolar**. São Paulo: Érica, 2014.

THULER, M.G.; MAULINI, O. **A organização do trabalho escolar: uma oportunidade para repensar a escola**. Porto Alegre: Penso, 2012

METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO

Ementa:

Analisar a historicidade e os fundamentos teóricos das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Mudanças dos paradigmas educacionais. Aprendizagem Significativa. Conceitos e tipos de aprendizagem. Os diferentes métodos ativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

BES, Pablo *et al.* **Metodologias para aprendizagem ativa**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

DA ROCHA, Daiana Garibaldi; OTA, Marcos Andrei; HOFFMANN, Gustavo (Org.). **Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional**. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

NOGUEIRA, Daniel Ramos *et al.* **Revolucionando a sala de aula: novas metodologias ainda mais ativas**. São Paulo: Atlas, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2018.



FRAGELLI, Ricardo. **Método trezentos:** Aprendizagem ativa e colaborativa, para além do conteúdo. Porto Alegre: Penso Editora, 2019.

ILLERIS, Knud. **Teorias contemporâneas da aprendizagem.** Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

SPANHOL, Fernando José; FARIAS, Giovanni Ferreira de; SOUZA, Márcio Vieira de (org.). **EAD, PBL e o desafio da educação em rede:** metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador. São Paulo: Blucher, 2018

ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO V

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP- Normas para ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO– Disponível em <http://fvp.com.br/site/>

6º SEMESTRE

ELETIVA I



ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Ementa:

Observação e reflexão da estrutura e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e Inclusiva e de suas práticas pedagógicas. Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico. O exercício do olhar e do refletir sobre a prática. Atuação docente: vivência de projetos didático-pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial e Inclusiva

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes. **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SIQUEIRA, Antonio Rodolfo de; GUIDOTTI, Viviane. **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: SAGAH, 2017

SMITH, Deborah D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial: Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva**. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

BES, Pablo *et al.* **Andragogia e educação profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.



FERREIRA, Vania de Souza *et al.* **Didática**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto.
Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR

Ementa:

Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JOÃO GAUBERTO DE CARVALHO MENESES. **Princípios e Métodos da Inspeção Escolar**. São Paulo: Saraiva, 2007.

NAURA SYRIA F. CORRÊA DA SILVA. **Supervisão Educacional**. São Paulo: Vozes, 2012.

CELESTINO ALVES DA SILVA JÚNIOR. **Supervisão da Educação**. Editora Loyola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARY RANGEL, ELMA CORRÊA DE LIMA (VARIOS AUTORES). **Supervisão Pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2001

JOSÉ DO PRADO MARTINS. **Administração Escolar**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARIA DE FÁTIMA COSTA FELIX. **ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR: UM PROBLEMA EDUCATIVO OU EMPRESARIAL?** São Paulo: Cortez, 2012.

JOSEP M. PUIG. XUS MARTIN/SUSANAGNA ESCARDIBUL.ANNA M. NOVELLA. **Democracia e Participação Escolar**. São Paulo: Moderna, 2000.



PESQUISA E PRÁTICA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ementa:

As abordagens sobre o ensino de ciências humanas (História e Geografia) nos anos iniciais, através de diferentes referenciais que valorizem a compreensão e intervenção na realidade social. Construção e reconstrução de relações entre o presente e o passado numa leitura pluralista de mundo. Conceitos, habilidades e atitudes em relação às Ciências Humanas. Desenvolvimento de competências necessárias ao estudo da identidade, aspectos socioambientais, patrimônio cultural e valorização da sócio- diversidade e das diferentes relações de espaço/tempo. Materiais didáticos e as fontes documentais para o ensino de história dos anos iniciais. Interpretação de fenômenos complexos que envolvem diferentes abordagens teóricas e metodológicas das Ciências Humanas: os conteúdos, o currículo e os métodos de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bauer, Caroline, S. et al. Conteúdo e metodologia do ensino de história . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

Bertollo, Mait, et al. Metodologia do Ensino de Geografia: Volume 2 . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.

Gomes, Carla Renata Antunes de, S. et al. Metodologia do Ensino de História . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016.

Oliveira, Regina Soares, D. et al. História: Coleção A Reflexão e a Prática no Ensino - Volume 6 . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Fonseca, Thais Nivia de Lima E. História e Ensino de História . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo Autêntica, 2007.

Pedagogia em Espaços não Escolares

Ementa:



Contextualização histórica da educação popular, conceitos do pensamento de Paulo Freire; Conceitos, concepção político-pedagógica e contribuições educacionais de Paulo Freire; Freire e a Educação Popular; Paulo Freire e outros pensadores da educação: pesquisas, tendências contemporâneas e críticas ao pensamento freireano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GHIRALDELLI, J. P. **As lições de Paulo Freire**. Barueri: São Paulo. Manole, 2012.

STRECK, D. R.; ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ZITKOSKI, J. J. **Paulo Freire & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARBONELL, J. **Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa**. Porto Alegre: Penso, 2016.

TORRES, Carlos A. **Leitura crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.

Educação Ambiental e Cidadania

Ementa:

Ética e cidadania, questões conceituais e relacionais. Ética: definição, campo, objetivo e seus intérpretes. Moral: definição e a questão da modernidade. Cidadania: conceito, bases históricas e questões ideológicas. Questões e debates da ética e da cidadania e suas implicações no campo da educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bes, Pablo, et al. *Sociedade, Cultura e Cidadania*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.



Filho, Artur RI, L. et al. Ética e Cidadania . Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo A, 2018.

Sulco, Dwight. Ética . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2007.

Tosta, Sandra de Fátima, P. e Carlos Roberto Jamil Cury. Educação, cidade e cidadania - Leituras de Experiências Socioeducativas . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Souza, Rudson Edson Gomes D. Ética e Educação . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Editores SA de CV, 2015.

Taille, Yves de L. Formação ética . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.

ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VI

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO – Disponível em <http://fvp.com.br/site/>.



7º SEMESTRE

ELETIVA II

DIREITOS HUMANOS

Ementa:

Introdução aos estudos dos Direitos Humanos e da Cidadania. Desenvolvimento do raciocínio crítico com relação ao exercício da cidadania. Relação da cidadania com a alteridade, tolerância e pluralismo. A cultura da paz como estratégia política para a transformação da realidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bazilio, Luiz C. Infância, educação e direitos humanos . Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2011.

Bittar, Carla B. Educação e direitos humanos no Brasil, 1ª edição. . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

Bucci, Daniela, et al. Direitos Humanos - Proteção e Promoção, 1ª Edição. . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Arakaki, Fernanda Franklin, S. e Guérula Mello Viero. Direitos humanos . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

Rayo, José T. Educação em Direitos Humanos . Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo A, 2013.

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ementa:

A questão ambiental e a educação. Educação Ambiental. Princípios e objetivos da Educação Ambiental. A educação como fator de defesa do patrimônio natural/cultural. Desenvolvimento Sustentado. Planejamento Ambiental. Impacto



Ambiental. Conservação e valorização ambiental. Emergência do Paradigma Ambiental. O estudo do meio enquanto componente curricular para o ensino de crianças. Análise das tendências em educação ambiental. Principais conferências sobre meio ambiente e diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Florit, Luciano, F. et al. Ética socioambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2019.

Jr., Arlindo, P. e Maria Cecília Focesi Pelicioni. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Editora Manole, 2014.

Miranda, Thais. Responsabilidade Socioambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo A, 2017.

Sato, Michèle, e Isabel Carvalho. Educação Ambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Luzzi, Daniel. Educação e Meio Ambiente: uma Relação Intrínseca. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2012.

Pinotti, Rafael. Educação ambiental para o século XXI: No Brasil e No Mundo. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Editora Blucher, 2016.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Ementa:

Vivência direta no ambiente escolar participando das práticas de gestão escolar. Constituição e socialização dos relatórios de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BES, Pablo *et al.* **Gestão de documentos e registro escolar.** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

BES, Pablo *et al.* **Gestão da avaliação externa e conselhos escolares.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.



COLOMBO, Sonia Simões *et al.* **Gestão educacional: uma nova visão.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **A gestão educacional e escolar para a modernidade.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANT'ANNA, Geraldo José. **Planejamento, gestão e legislação escolar.** São Paulo: Érica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Rosamaria Calaes de *et al.* **A gestão da escola.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Conselhos Escolares:** Democratização da escola e construção da cidadania. In: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília – DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2004.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

RAMAL, Andrea (Org.). **Avaliação educacional: da teoria à prática.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Formação Docente para a Diversidade

Ementa:

A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e questões de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos humanos. A Cidadania. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Magnabosco, Maria, M. e Cíntia Maria Teixeira. **Gênero e diversidade: formação de educadoras / es .** Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2011.



Miranda, Shirley Aparecida D. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.

Valença, Ferraz ,, C. e Leite, Glauber Salomão (Coord.). Direito à Diversidade . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bes, Pablo, et al. Sociedade, Cultura e Cidadania . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.

Teixeira, Inês Assunção de, C. e José de Sousa Miguel Lopes. A diversidade cultural vai ao cinema . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2007.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa:

Constituição de um Projeto de Pesquisa a partir de temas/problemas da área de ensino-aprendizagem da Pedagogia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa et al. **Trabalho de conclusão de curso (TCC):** uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2020.

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese:** uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Editora Atlas SA, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica prática de fichamentos, resumos, resenhas.** São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Normas da ABNT referente à trabalhos acadêmicos

APPOLINÁRIO, Fabio. **Como escrever um texto científico:** teses, dissertações, artigos e TCC. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2013



KOLLER, Sílvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; VON HOHENDORFF, Jean. **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo: Atlas, 2021.

ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VII

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP- Normas para ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO– Disponível em <http://fvp.com.br/site/>.

8º SEMESTRE

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Ementa:



Relação entre educação e trabalho. Produção do saber pelo trabalho. Organização do trabalho docente: fundamentos ontológicos e históricos. Transformações sócio-políticas, econômicas e culturais no contexto da globalização: Desafios atuais do trabalho docente. Trabalho infantil. Empregabilidade: Qualificação e inserção do docente no mundo do trabalho. A questão do gênero no mundo do trabalho. Tecnologias e educação: contexto histórico, político, teórico e educacional. Atualização do profissional com as últimas tendências em educação. As possibilidades das tecnologias e as potencialidades do currículo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Basile, César Reinaldo O. Coleção sinopses jurídicas 28 - Direito do trabalho: duração do trabalho e direito coletivo. Disponível em: Minha Biblioteca, (8ª edição). Editora Saraiva, 2018.

Batista, Sueli Soares dos, S. e Emerson Freire. Educação, Sociedade e Trabalho. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

Borges-Andrade, Jairo, E. et al. Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Ferreira, Adriana, et al. *Trabalho e sociabilidade*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

AFRICANIDADE E DEMOCRACIA

Ementa:

Legislação nacional. Política do Estado sobre educação indígena. Antropologia, diversidade e etnocentrismo. A geopolítica da sociedade indígena nos Estados. Arte indígena e linguagem visual. O desafio da educação do campo. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo. A prática da coordenação-geral de Educação do Campo. Construção de uma nova base epistemológica. Educação do Campo e Sustentabilidade. Formação, trabalho docente e condição docente nas escolas do campo. Trabalho, movimentos sociais e educação do campo. O processo de aquisição e produção do conhecimento em diferentes contextos socioeconômicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



Bes, Pablo, e Michela Carvalho da Silva. Organização e Legislação da Educação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

Martins, Aracy, A. e Maria Isabel Antunes-Rocha. Educação do campo - Desafios para a formação de professores. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2009.

Martins, Aracy, A. et al. Territórios educativos na educação do campo – Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2012.

Silva, Giovani José, D. e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa. Histórias e culturas indígenas na Educação Básica. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2018.

Teixeira, Inês Assunção de, C. et al. *Outras terras à vista - Cinema e Educação do Campo*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Leão, Geraldo, e Maria Isabel Antunes-Rocha. Juventudes do Campo. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2015.

Martins, Aracy, A. et al. *Infâncias do Campo*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2013.

FUNDAMENTOS DA PSICOPEDAGOGIA

Ementa:

Apresentação do objeto de estudo da Psicopedagogia e seu esquema evolutivo, os modelos teóricos que fundamentam a práxis psicopedagógica. As perspectivas práticas da Psicopedagogia. O contexto escolar e as problemáticas relacionadas aos transtornos e aspectos psicológicos dos atores escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOBRINHO, Patrícia J. **Fundamentos da Psicopedagogia**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

SOBRINHO, Patrícia J. **Psicopedagogia Clínica e Institucional**. Disponível



em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

CARVALHO, Rosângela S. **Diagnóstico Psicopedagógico**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.

EDIÇÕES, Cengage L. **Atendimento psicopedagógico** || Eduardo Britto Eduardo Britto. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de Aprendizagem**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2000.

BOSSA, Nadia A. **Fracasso Escolar**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2001.

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Panorama histórico, fundamentos teóricos e metodológicos da Libras. Introdução às competências e habilidades para comunicação com educandos surdos. Conceito de Libras, gramática, nomenclaturas, regionalismo, História da Educação de Surdos, Cultura Surda, legislação, intérprete. Saudações, alfabeto manual, pronomes, numerais, dias, meses e sinais relacionados ao tempo, família e sinais relacionados às pessoas, sinais relacionados à educação e ao curso, profissões, verbos, adjetivos, localizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PLINSKI, Rejane Regina, K. et al. **Libras**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

MORAIS, Carlos E. L., D. et al. **Libras**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2019.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2011.

QUADROS, Ronice Müller, D. e Lodenir Becker Karnopp. **Língua de Sinais Brasileira**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



CORRÊA, Ygor, e Carina Rebello Cruz. **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

BARROS, Mariângela E. ELiS - **Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015.

QUADROS, Ronice, M. e Carina Rebello Cruz. **Língua de Sinais**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.

PEDAGOGIA DE PROJETOS

Ementa:

Conceito de projeto. Concepções de trabalho com projetos. Pedagogia de projetos: estrutura e planejamento. Características de um projeto. A integração das disciplinas em um projeto. Análise de projetos elaborados e desenvolvidos em escolas de Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia de projetos**: etapas, papéis e autores. São Paulo: Érica, 2008.

BARBOSA, M. C. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PRADO, F. L. **Metodologia de Projetos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia de projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimentos das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2007.

HELM, J. H. **O poder dos projetos**: novas estratégias e soluções para a educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa:

Constituição de um Trabalho de Conclusão de Curso a partir do Projeto de Pesquisa estabelecido no período anterior. Defesa Pública de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa et al. **Trabalho de conclusão de curso (TCC):** uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2020.

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese:** uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Editora Atlas SA, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica prática de fichamentos, resumos, resenhas.** São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Normas da ABNT referente à trabalhos acadêmicos

APPOLINÁRIO, Fabio. **Como escrever um texto científico:** teses, dissertações, artigos e TCC. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2013

KOLLER, Sílvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; VON HOHENDORFF, Jean. **Manual de produção científica.** Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos:** métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2021.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VIII



Ementa:

Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do professor. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de Licenciatura, na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da educação continuada e da inovação nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e políticas educacionais e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDADE E AMBIENTE

Ementa:

Fundamentos filosóficos, sociológicos e históricos dos estudos CTS. Impactos sociais e ambientais dos avanços científicos e tecnológicos. Tendências, perspectivas e abordagens da CTSA. Educação, currículo e CTSA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAZZO, W. A. (Org.). **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madri: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2003.

CERUTTI, Diolete Marcante Lati. **CTS: Ciência, tecnologia e sociedade**. Ponta Grossa: UEPG/ NUTEAD, 2017.



MALDONADO, Tomás. **Cultura, sociedade e técnica**. São Paulo: Blucher, 2012.

MARTINI, Renato. **Sociedade da informação: para onde vamos**. São Paulo: Trevisan Editora, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Artigos da Revista Ciência e Educação.

Artigos da Revista CIÊNCIA & ENSINO.

Almeida, Felipe Quintão de; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. **Bauman & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Batista, Sueli Soares dos Santos; FREIRE, Emerson. **Educação, sociedade e trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.

HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS

Ementa:

Inteligência emocional. Habilidades Socioemocionais no contexto educacional: estudante e professor. Neurociência e aspectos da aprendizagem emocional. Autoconhecimento e relações interpessoais na escola. Aspectos comportamentais e construção da identidade da criança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

GOLEMAN, Daniel. **O cérebro e a inteligência emocional: novas perspectivas**. Objetiva, 2012.



GOLEMAN, Daniel, Richard Boyatzis, and Annie McKEE. "O poder da inteligência emocional." Rio de Janeiro: Campus (2002).

COSENZA RM, Guerra LB. Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed; 2011.

PANTANO T, Zorzi JL. Neurociência Aplicada à Aprendizagem. São José dos Campos: Pulso; 2009. 192 p.

WOOD D. Como as crianças pensam e aprendem: os contextos sociais do desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Loyola; 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, J. M. H., & Primi, R. (2003). Inteligência emocional: um estudo de validade sobre a capacidade de perceber emoções. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16(2), 279-29.

CLAPARÈDE. Édouard, in FERRARI. Márcio. **Um pioneiro da psicologia das crianças.** Revista Nova Escola, ed. Novembro/2004.

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Ementa:

Discussão e reflexão do desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idoso) nos aspectos biológicos, emocionais e psicológicos. Construção de formas de abordagem participativas (alunos, pais e professores) na escola sobre temáticas relativas ao desenvolvimento sadio da sexualidade. Reflexão sobre práticas sexuais e prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de tabus e intolerância. Discussão dos parâmetros curriculares nacionais no ministério de educação e cultura e a temática da



sexualidade. Estudo sobre as desigualdades sociais, a carência estrutural de muitos alunos, as violências das várias ordens que cercam a vida desses e que interferem nas relações e comportamentos sexuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TORRES, Marco A. Diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.

VIANNA, Cláudia. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2018.

VIANNA, Cláudia. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VIANNA, Cláudia, e Marília Carvalho. Gênero e educação 20 anos construindo o conhecimento. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2020.

TÓPICOS ESPECIAIS EM PEDAGOGIA I

Ementa:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídos no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.



TÓPICOS ESPECIAIS EM PEDAGOGIA II

Ementa:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídos no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

GESTÃO ESCOLAR INTEGRADA

Ementa:

O trabalho coletivo como princípio do processo educativo. Projeto Político Pedagógico. Compreender as concepções que fundamentam as Teorias das Organizações e de Administração Escolar. Compreensão das concepções que fundamentam a organização do trabalho administrativo-pedagógico. Relações de poder no cotidiano da escola e suas implicações para o trabalho pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

LUCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 27 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 3 ed. – São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25ª edição. Edições Loyola, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e Gestão da Educação. – 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: introdução crítica. – 17 ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 22 ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2012 – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).

VEIGA, Ilma Passos; FONSECA, Marília (orgs.). As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papyrus, 2010 – (Coleção Magistérios: Formação e Trabalho Pedagógico).



12. METODOLOGIA

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Licenciatura em Pedagogia, a Coordenação de Curso e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito da formação profissional.

Dessa forma, partiu-se da lógica de que o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à autonomia dos alunos, aos processos interativos, as atividades de inserção nos órgãos de assistência social e comunidades carentes, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos.

O professor formado pela FVP cursará durante a sua trajetória acadêmica os componentes curriculares da matriz curricular com as seguintes práticas:

- aulas expositivo-dialogadas;
- aulas com a utilização de recursos multimídia;
- práticas orientadas de investigação de casos e problemas nas escolas da região de inserção;
- estudo e discussão de casos oriundos de problemas na área educacional, com abordagem interdisciplinar; e
- desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada disciplina abordando, sempre que possível, conteúdos interdisciplinares;
- aulas práticas na brinquedoteca;
- participação em ações acadêmico-sociais voltadas à comunidade escolar e comunidade carente do município;
- visitas técnicas à instituições escolares e não escolares;



- eventos de cunho científico-acadêmico.

Assim, como já apontamos em nossas perspectivas pedagógicas os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado. Nessa perspectiva, o desenvolvimento das Práticas Pedagógicas na forma de pesquisa ou estudos de caso *in loco* nas escolas e junto à comunidade, a participação e organização de congressos e a prestação de serviços de monitoria por parte do corpo discente serão constantemente viabilizados aos acadêmicos, afinal atividades dessa natureza propiciarão aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula.

As visitas técnicas às escolas e instituições não formais de ensino também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivo-dialogadas, pois o desenvolvimento destas atividades, possibilitarão a capacitação dos alunos para desempenharem responsabilmente às atividades profissionais com uma visão crítica e holística sobre as questões pertinentes à educação na realidade brasileira.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação docente.

A metodologia de ensino das disciplinas previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, inclui mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos, principalmente ao que se refere às condições da situação da educação em nível local e nacional.



No Curso Pedagogia, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo docente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada. Nesse sentido, as disciplinas semipresenciais, após o reconhecimento do curso, constituem-se como excelente ferramenta de aprendizado e de efetivação real do “aprender a aprender” determinado pela moderna pedagogia.

Nesse contexto, estabelece-se os princípios da Metodologia Ativa como um processo amplo que se produz a partir da inserção do aluno/estudante de pedagogia como agente principal responsável pela sua aprendizagem, comprometendo-se com seu aprendizado.

Nesse viés de Metodologia Ativa, as práticas pedagógicas delineadas neste PPC a partir de temas previamente dimensionados (porém, não engessados, pois se poderão estabelecer novos temas conforme as necessidades do curso) compõem problematizações que tem como objetivo instigar o estudante mediante problemas da área educacional, de modo que se possibilite examinar, refletir, posicionar-se de forma crítica diante da educação e da escola.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegiará sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deverá estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto com a quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Ao escolher as estratégias de ensino, o curso irá sugerir a partir dos planos de ensino constituídos a cada semestre na semana pedagógica que elas sejam as mais diversificadas possíveis, que privilegiem mais o raciocínio crítico que a



memória, que sejam instrumentos a favor da interação entre o professor e o aluno, aluno e aluno, em busca da construção de conhecimentos coletivos, para isso os conteúdos devem sempre ser tratados de forma contextualizada, de modo a que o conhecimento possa ser relacionado com a prática e com a experiência.

Desse modo, a Coordenação sensibilizará sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho docente e gestão educacional são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual se dará preferência por docentes que unam a academia com a experiência no ensino básico.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverá aparecer, como já destacamos, na relação estabelecida entre os professores através das disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, afinal isso é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático.

A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.



Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais ou inícios dos semestres nos Seminários Pedagógicos que serão rotineiros no curso e na IES.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização de projetos de extensão que permitam a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros professores; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional de Pedagogia.

Em suma, o proceder metodológico delineado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, estará voltado para a formação do profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a gestão escolar, a sociedade e o trabalho docente como um todo.

12.1. A Acessibilidade Metodológica e a Autonomia de Aprendizado dos Alunos

Conforme já destacamos, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo discente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.



O NDE tem a prerrogativa de que os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado. Dessa forma, o desenvolvimento de projetos de extensão junto à comunidade, a participação e organizações de congressos e a prestação de serviços de monitoria em sala de aula e a participação na brinquedoteca por parte do corpo discente serão constantemente viabilizados.

Atividades como as supracitadas propiciarão aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula ou em projetos de extensão e, principalmente, estabelecer a necessária autonomia de aprendizado.

As visitas técnicas também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivas, pois o desenvolvimento destas atividades possibilitará a capacitação dos alunos para desempenharem responsabilmente as atividades profissionais com uma visão crítica e holística sobre as questões pertinentes à área do curso e à realidade do mercado de trabalho.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação do Pedagogo.

A metodologia de ensino as matérias previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, deverá incluir mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e da profissão nas suas várias atuações. Tal prerrogativa é de responsabilidade: do professor da disciplina, da coordenação do curso, do colegiado do curso, do NDE e do Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica.



No entanto, para estabelecer a autonomia discente, faz-se necessário que sejam sempre consideradas as limitações e o respeito às singularidades de cada aluno. Nesse contexto, conforme já explicitamos em outros capítulos, as condições de acessibilidade aos conteúdos e aos métodos por alunos com necessidades especiais devem sempre ser respeitadas e configuradas como obrigação da gestão dos cursos.

Assim, o uso do VLIBRAS, VOXI, gravação de conteúdos, e acompanhamento de um profissional psicopedagogo sempre que necessário, deverão ser nortes facilmente disponibilizados em cada curso de graduação da FVP.

12.2. Metodologia: As relações teoria-prática e as praticas pedagógicas e recursos inovadores

Ao refletir sobre as práticas pedagógicas e a necessidade de vinculação da teoria e prática no curso, o NDE tem como perspectiva que o docente deve sempre a sua desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deverá estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Nesse contexto, além das buscas por novas metodologias pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, o NDE estabeleceu componentes curriculares que deverão obrigatoriamente fazer a relação teoria-prática de maneira plena:

a) Pesquisas e Praticas Pedagógicas: Além de estudar conteúdos relativos aos temas, os alunos deverão ir a campo para conhecer, analisar e intervir na realidade em que vivem e irão trabalhar.



b) Práticas na Brinquedoteca: Os alunos atuarão de forma transversal durante todo o curso procurando atrelar teoria e prática.

c) Estágio Curricular: Além do estudo das teorias que sustentarão o trabalho em campos de estágio, os alunos deverão sempre correlacioná-las para o componente curricular.

AS AULAS INVERTIDAS

Além disso, no afã de já iniciar o seu trabalho de oferta sob a égide de práticas metodológicas inovadoras, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente acadêmico, a FVP estabelece neste PPC e em todos os seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “*Flipped Classroom*”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes da FVP assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo poderá ocorrer por meios variados, como a disponibilização no Canal do Aluno, ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns, Aluno *On Line* ou ferramentas diversas como a constituição de blogs de cada disciplina pelos professores.



A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor disporá de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

Destaque-se que as experiências pedagógicas com a metodologia Sala de Aula Invertida são amplamente realizadas em diferentes IES com resultados que demonstram as múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos do conhecimento. O eixo central das experiências ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que têm estimulado a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, a Coordenação de Curso sensibilizará sempre o corpo docente quanto à seleção de metodologias, para que alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes que unam a academia com a experiência da prática pedagógica.

Conforme já citamos, a complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverão aparecer na relação estabelecida entre os professores através de projetos interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.



Na mesma linha, deve-se lembrar que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização dos estágios de modo que se permita a prévia atuação nas instituições públicas e privadas de ensino.
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional a ser formado.

Em suma, o proceder metodológico planejado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, estará voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação e o trabalho.



13. O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A relação entre estágio e a formação profissional de Pedagogia implica em abordar o processo de construção da profissão no movimento sócio-histórico mais amplo da sociedade. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Configura-se em um momento de aprendizagem político-pedagógica que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das instituições e/ou espaços sócio-ocupacionais e da própria universidade/IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade- singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

“O estágio supervisionado é um instrumento de integração e conhecimento do aluno com a realidade social e econômica de sua região e do trabalho de sua área.” (CARVALHO e KRIGER apud ABENO, 2003, p.10).

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além de ter como objetivo, formar um profissional capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas, mas sem perder a característica principal do projeto, que é a formação de um profissional generalista.



Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador de profissionais de Pedagogia que esteja integrado à nossa realidade social e comprometido, por suas efetivas práticas profissionais, com as reais necessidades da maior parte da sociedade brasileira.

Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim a representatividade da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico do Curso de Pedagogia da FVP, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES e no regulamento anexado a este PPC.

A estruturação do Estágio do Curso de Pedagogia fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES e nas Diretrizes Curriculares do MEC para o Curso de Graduação de Pedagogia:

- Os campos de estágio serão constituídos pela interação com as instituições públicas e privadas de ensino.
- O Estágio Curricular Supervisionado terá duração conforme as DCNs e será dividido em 4 semestres;
- A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e iniciação científica da IES, esta última quando couber ou for o caso.



O estágio na FVP é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) após constituir competências e habilidades suficientes para exercê-la, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, disponibilizado para consulta no site da IES.

13.1. Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio

A gestão do Estágio Supervisionado da FVP se dará em dois âmbitos: a partir das instituições públicas e privadas de ensino e da Coordenação de Curso com um professor responsável pelos estágios

Nesse contexto, a Coordenação do curso será a responsável por organizar o estágio nas instituições públicas e privadas que possam receber os alunos do curso.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com as instituições de ensino, isso se dará a partir da coordenação de estágio do Curso de Pedagogia que ficará responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES deverá fazer uma via de mão dupla na qual os órgãos poderão receber o apoio da FVP a partir da oferta de cursos de extensão e qualificação profissional aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como os órgãos educacionais virem até a IES para palestras e conferências, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e a IES, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar as Pesquisas e Práticas Pedagógicas em que os alunos vão a campo conhecer as instituições públicas e privadas de ensino e os anseios e necessidades da sua região de inserção, o que fará com que já na gênese da



formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se darão naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos de ensino, afinal na via de mão dupla citada, as necessidades das instituições de ensino serão elementos de análise sistemática na IES.

14. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

O NDE tem como norte que as atividades teórico-práticas de aprofundamento permitem a flexibilidade e a interdisciplinaridade curricular. Essas atividades serão integrantes do processo de formação do aluno em Pedagogia e integraliza carga horária obrigatória do currículo, em conformidade com as DCN e o Regimento que rege o processo de constituição das mesmas.

Entende-se por Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, atividades técnico-acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos pedagógicos e sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do Curso.

Essas atividades visam ampliar o processo de ensino e aprendizagem e tem por finalidades:

I – Ampliar o conhecimento curricular, científico e cultural, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;

II – Contribuir na formação específica e geral do aluno de Licenciatura em Pedagogia;

III – Favorecer a experiência em outros espaços pedagógicos e sociais, e culturais;



IV – Favorecer atividades de cunho comunitário e interesse coletivo;

V – Permitir a tomada de decisões segundo interesses e aptidões, de forma a favorecer o exercício da autonomia.

14.1. Aderência das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento à Formação Geral e Específica

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES ofertará e incentivará a participação dos alunos em:

a) Eventos que abordem temas relacionados à cidadania como Educação Ambiental, Responsabilidade Social e Ética.

b) Cursos de Extensão que abordem temas de formação cidadã.

c) Trabalhos de Monitoria.

d) Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação, incluindo em Língua Estrangeira.

e) Cursos e Eventos que visem a inclusão e a acessibilidade.

f) Trabalho voluntariado em órgãos, ongs e nas instituições de ensino.

g) Eventos e Projetos de cunho social da IES.

h) Eventos e cursos que visem a divulgação e o aprendizado de novas tecnologias.

i) Disciplinas de Formação Geral cursadas em outras IES ou cursos, com conteúdos não integrantes do currículo de Pedagogia da FVP.

No que diz respeito à Formação Específica do curso, serão reconhecidas carga-horária para aproveitamento de estudos em atividades específicas, ofertadas



pela FVP e por outras instituições, que visam a qualificação profissional do aluno, incluindo aquelas aderentes aos componentes das ciências pedagógicas.

Em termos de Formação Específica do Curso, também serão aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área pedagógica, com conteúdos não integrantes do currículo de Pedagogia da FVP.

Há que se destacar que nem o Nivelamento Acadêmico e nem as Práticas Pedagógicas poderão ser aproveitados como carga-horária de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

14.2. Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada e discussão com o CONSUP da IES explicitaram suas angústias em relação à concepção e gestão das AC's em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, na FVP as Atividades Teórico-Práticas se constituirão de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre.

Com isso, a IES terá a obrigação de ofertar mais eventos de extensão e pesquisa, bem como os alunos deverão frequentar com maior assiduidade e desempenho essas atividades diversas.

Outrossim, antes mesmo de iniciar o curso, já ocorreu um planejamento das Atividades Teórico-Práticas iniciais a serem ofertadas aos alunos, atividades



estas que vão desde a semana acadêmica de Pedagogia, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que o curso deverá ter uma coordenação específica para as Atividades Teórico-Práticas que deverá formar uma comissão formada, semestralmente (ao final de cada semestre), para organizar e publicar o edital que orienta os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios. Esta mesma comissão ficará responsável pela avaliação das Atividades Teórico-Práticas apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado.

Essa Comissão de Análise de Atividades Teórico-Práticas terá como atribuições:

I – Elaborar e orientar os alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;

II – Divulgar, após deliberação do colegiado, as atividades aceitas como complementares e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;

III – Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;

IV- Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria Acadêmica;

V – Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas-horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;

VI – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Teórico-Práticas em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;



VII – Fazer cumprir o calendário de Atividades Teórico-Práticas do Curso de Pedagogia;

VIII – Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação o Colegiado do Curso.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso na FVP será estabelecido a partir da constituição e defesa pública de um escrito monográfico versando sobre tema/problema relacionado à área do curso escolhido.

O trabalho será feito em duas fases precisas: TCC I em que os alunos devem fazer um projeto definindo tema, problema, método, referencial etc; e o TCC II em que os alunos desenvolvem o projeto de pesquisa e constituem um trabalho monográfico defendendo-o publicamente com banca formado por, no mínimo, 3 docentes.

Na FVP os alunos têm a possibilidade de desenvolver seus temas com antecedência nos cursos, afinal todos eles possuem em suas matrizes curriculares disciplinas como projetos integradores em que os alunos pesquisam problemas de suas áreas já no início dos cursos. Isso é fundamental para que se chegue ao final do curso com capacidade de síntese e raciocínio acadêmico já bem concretizado.

O NDE do curso tem plena convicção da suma importância que possui o TCC para a formação acadêmica, afinal é nesse trabalho que o acadêmico mostrará para a instituição o que aprendeu no decorrer do curso. Além disso, contribuirá para o avanço científico e tecnológico não só do seu curso, mas também da profissão que escolheu. É através desse trabalho que a FVP conseguirá detectar algumas qualidades que farão do acadêmico um bom profissional, dentre elas medir o conhecimento específico, autonomia, capacidade e senso investigativo,



bem como a flexibilidade de um candidato a vaga de emprego ou para um curso de pós-graduação.

O TCC é de fato importante, pois nele estará presente um trabalho único, que mostra um conteúdo aprofundado, capaz de mostrar problemas e apresentar soluções, como também o desenvolvimento de novas abordagens, a fim de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da área estudada, da profissão escolhida e até mesmo o desenvolvimento da sociedade.

15.1. O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e esta se faz mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório físico e digital na IES, afinal eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, afinal a ciência e a construção do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

Desse modo, será prática e obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos físicos depositados na biblioteca da IES, em local apropriado e digitalmente a partir de um repositório de TCCs no site institucional.

OBS* VIDE AS REGRAS NO REGULAMENTO DO TCC.



16. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Uma vez que se contemple a importância, na missão da FVP, da formação de cidadãos éticos capazes de intervir positivamente na sociedade, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a FVP tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de



forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

16.1. Centro de Apoio ao Estudante

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FVP. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FVP, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, além do apoio psicopedagógico e da ouvidoria, se constituem os Núcleos, a saber:

- a) Ouvidoria;
- b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico;



- c) Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- d) Núcleo de Estágio e Carreira;
- e) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.
- f) Centro Acadêmico

16.1.1. Ouvidoria

A Ouvidoria da FVP foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, há cerca de dois anos, por decisão colegiada, o órgão passou a ter também o acesso em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site www.FVP.com.br ou pelo e-mail ouvidoria@FVP.com.br.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além



de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

16.1.2 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico

A FVP conta com um Setor de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da resignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.



São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da FVP, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da FVP sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:



- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros.)
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais.(temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FVP se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para



resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

16.1.3. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e



pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FVP, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.



- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação dos Projetos Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Exposição acerca do AVA.
- Atividades Complementares e/ou Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

Este Núcleo também será o responsável por administrar e auxiliar as coordenações de curso no que diz respeito ao Nivelamento Acadêmico.

Além disso, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento irá fornecer dados para constituir o processo ou política de retenção da IES.

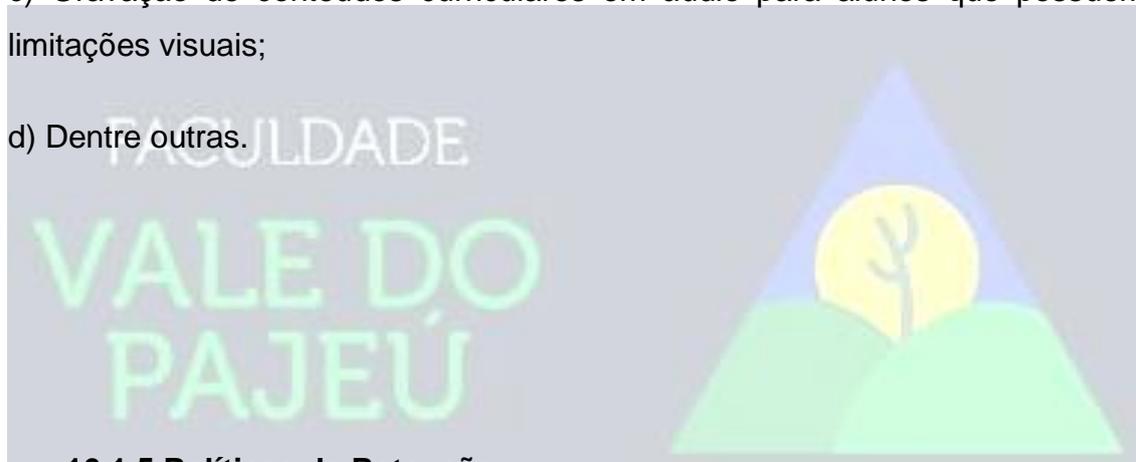
16.1.4. Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, a IES definiu em suas políticas que o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento e o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, junto com as coordenações de curso e colegiados, serão os responsáveis por propor ações de intervenção e solução para o atendimento pleno de pessoas com necessidades especiais no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.



Assim, a partir da solicitação de atendimento pelas coordenações e colegiados, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, junto com o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica buscarão atender todas as prerrogativas de inclusão e acesso ao ensino superior, conforme segue:

- a) Busca de métodos para a apreensão dos conteúdos curriculares por todos os alunos;
- b) Inserção de tecnologias como tradutores de telas, tradutores de LIBRAS, transcrições de Braille etc para todos os alunos que necessitem de atendimento especial;
- c) Gravação de conteúdos curriculares em áudio para alunos que possuem limitações visuais;
- d) Dentre outras.



16.1.5 Políticas de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.



Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pelo Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento serão responsáveis por constituir os dados, políticas e práticas de retenção na IES. O órgão irá desenvolver estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FVP, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Além disso, o Núcleo acompanhará e irá monitorar, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possam intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

16.1.6 Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

Desde o momento em que protocolou o seu credenciamento, a FVP tem feito um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas e instituições de São José do Egito e região, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para estágios em instituições, empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.



De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

16.1.7 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria FVP

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pela FVP podemos citar:

a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor receberá, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares.
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração os corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI da FVP.
- É compromisso do monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.
- O acesso à monitoria ocorrerá após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar.
- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores poderão retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina.
- O monitor exercerá suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado.



- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição.
- As atividades de monitoria poderão ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação da FVP no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;

- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação da FVP.
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;
- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;



- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deverá assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;
- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica da FVP nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de atividades complementares e/ou atividades teórico-práticas;
- Entregar resumo e/ou artigo para ser publicado nos anais do Simpósio de Desenvolvimento Regional da FVP, contendo os principais resultados da pesquisa.

C) Bolsa de Trabalho FVP

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES.
- Todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pela FVP podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.
- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deverá assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.
- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista será de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.



- O aluno terá Pedagogia a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.
- O contrato poderá ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
- O contrato poderá ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

d) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

Após o credenciamento a FVP irá se habilitar para a oferta do Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. A FVP optará pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

e) FIES

Também após o credenciamento, a FVP irá fazer a adesão ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O programa foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDUC. A única forma de ingresso no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa



Econômica Federal (www.caixa.gov.br), de modo a garantir a democratização do acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação MEC. Até 70% do valor do curso poderá ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

17.1.7. Programa De Nivelamento

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela FVP que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Matemática e Raciocínio Lógico;
- Língua Portuguesa;
- Informática Básica.



A FVP procura lidar com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:



- condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

12.1.8. PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado a este PDI, é um instrumento que possibilitará a avaliação continuada da FVP, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;



- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constituirá como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelecerá como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.



16.1.8. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 141º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes poderão formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito da FVP que os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A FVP tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribuirá para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na FVP, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.



17. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O processo de avaliação institucional será consolidado na FVP a partir do semestre subsequente ao primeiro vestibular. A avaliação institucional será firmada no âmbito do SINAES, com uma CPA – Comissão Própria de Avaliação plenamente constituída como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrerão semestralmente no que diz respeito a auto-avaliação dos cursos de graduação e serão centradas em 03 escopos: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. No entanto, uma vez ao ano, geralmente no segundo semestre letivo, realizar-se-á o processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as dez dimensões da Lei.

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional na FVP terá início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, serão impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha. Além disso, o site institucional será um dos meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo.

Em seguida, constituir-se-á a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários on-line.



Auxiliados pelo departamento de informática da IES, todos os dados serão coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, serão elaborados relatórios que, em momento específico, serão entregues à Direção Acadêmica e aos gestores de curso, além da Diretoria Administrativo-Financeira para informações sobre o corpo técnico-administrativo. Os resultados serão consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, será feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da auto-avaliação interna.

Nesta ocasião, serão estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas, o que gerará a constituição de outro documento chamado de “Projeto de ações”, cujo objetivo será o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adotar-se-á, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, será possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, será feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada pelo setor de marketing, que uma vez acionado pela CPA e pela Direção, viabilizará, democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificarão os pontos fortes e fracos, e informarão, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição estará trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos formulários se conseguirá perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de auto-avaliação se poderá identificar a qualidade e entrega dos



planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos no âmbito dos cursos de graduação.

17.1. As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

A partir dos resultados das avaliações internas (CPA e Coordenação de Curso), serão considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso.

Há que se considerar que serão levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e do Centro de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultarão em um diagnóstico global e após a sua sistematização, serão trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);
- reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso com o objetivo de intervir positivamente na formação dos alunos;
- reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não sejam contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna;



- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e auto-reflexiva, à avaliação do processo de auto-avaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada semestre e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de auto-avaliação a ser empregado no Curso caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

17.2. As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

São entendidas como avaliações internas pela gestão do curso: as avaliações in loco promovidas nas autorizações e reconhecimentos dos cursos por equipes de avaliadores do INEP e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Os resultados advindos das avaliações in loco se constituem de relatórios que analisam a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura do curso. Neste sentido, a FVP entende que esses documentos não podem ser relegados unicamente à mantenedora ou gestão superior da IES, mas para toda a comunidade acadêmica.



Assim, sempre que ocorrer uma avaliação in loco e a disponibilização dos respectivos relatórios, a gestão do curso deverá divulgar amplamente esse documento junto à toda a comunidade acadêmica.

De posse de tais resultados, reuniões colegiadas deverão ser estabelecidas de modo a suplantarem as deficiências apontadas nos relatórios, bem como a disseminação junto à comunidade acadêmica das ações estabelecidas em razão dos relatórios.

No que concerne ao ENADE, o curso deverá divulgar amplamente os resultados junto à comunidade acadêmica de modo que alunos, professores e funcionários, por meio de reuniões colegiadas, apontem soluções para melhoria da qualidade do curso e da IES.

Ao final, a apropriação desses resultados por todos, é constituída como uma ferramenta imprescindível e eficaz de gestão em que todos participam e são responsáveis pelas suas vidas acadêmicas e de outrem.

18. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia oferecerá, além das aulas práticas no laboratório de informática na disciplina Informática e Tecnologias Educacionais, os serviços de tecnologia da Informação a partir do uso excepcional do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O ambiente será utilizado tanto para a constituição de atividades de extensão, necessárias para o cumprimento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, como nas disciplinas do curso como ferramenta de ensino-aprendizagem. Trata-se da Plataforma Moodle, software livre utilizado pelas maiores universidades do mundo como ambiente virtual de aprendizagem. O AVA estará disponível para acesso por todos os alunos da IES.



Ademais, ainda são utilizados os recursos do Canal do Aluno, espaço onde professores e alunos podem trocar informações e materiais.

Para atender a essas ações, a FVP disponibiliza recursos de informática aos seus discentes em laboratórios e na biblioteca.

As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades do curso.

Todos os laboratórios atendem às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos possuem acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Além dos diferentes softwares, disponibilizam-se também acesso à Internet através de wireless em todo o ambiente da IES.

Vale destacar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o VLIBRAS e o VOXI.

19. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Além das auto avaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, a FVP optará pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

A avaliação formal do ensino-aprendizagem, por disciplina, será realizada bimestralmente, por todos os alunos, cabendo a cada professor identificar e aplicar as melhores sistemáticas de avaliação conhecidas, que sejam adequadas ao conhecimento e às características das turmas que estão sendo avaliadas. O que se estimula é que as avaliações constituam mais uma



oportunidade de crescimento do conhecimento, ao invés de momentos de repetições de informações decoradas.

Vale ressaltar que o Curso estará sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indicará aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral da FVP (Disponível no site www.FVP.com.br), de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno será realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas sendo 60% a partir de provas bimestrais e 40% do rendimento avaliado a partir de exercícios, trabalhos, holismo ou outros instrumentos e procedimentos definidos pelo professor.

O Sistema de avaliação do rendimento escolar estabelece duas avaliações semestrais, que podem ser compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas, *positions papers*, *one minute paper*, entre outras avaliações que em conjunto ou isoladamente construirão a avaliação bimestral.

Para o primeiro bimestre, a avaliação total importará em 40% do peso total da média final, enquanto que a avaliação do segundo bimestre representará 60% da avaliação total, constituída por uma média ponderada das duas avaliações bimestrais.

O aluno que não alcançar média final mínima para a aprovação, poderá se submeter ao Exame Final, desde que sua média geral no semestre, não tenha sido inferior a 4,0 (quatro).

Assim, para a aprovação sem exame o aluno deverá perfazer média final 7,0 (sete) e, com exame final 5,0 (cinco), como condição mínima para seguir adiante no curso.



Apesar de se tratar de um componente curricular com status de disciplina, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento não serão avaliadas da mesma maneira que as outras disciplinas do currículo: as horas são validadas pela Coordenação de responsável e, posteriormente, lançados os aproveitamentos no histórico do aluno, devendo o mesmo constituir um número x de atividades no semestre, para poder galgar de período.

Vale destacar também que disciplinas como as Pesquisas e Práticas Pedagógicas, TCC e Estágio Supervisionado possuem características próprias de configuração avaliativa.

19.1. A Avaliação e a Autonomia do Aluno

Conforme especificado acima, 40% do peso avaliativo de cada semestre será estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência



tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

20.2. A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece que a obrigatoriedade no curso de entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa poder-se-á constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indiciossabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.



Somente desse modo, a avaliação sairá do papel de ser simplesmente um medidor da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modifica-las sempre que necessário.

20. NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS

Serão ofertadas 100 vagas anuais do Curso de Pedagogia, nos períodos vespertino e noturno. Destaque-se que devido à qualidade do curso, da rápida inserção no mercado de trabalho e dada à demanda reprimida na região da microrregião do Vale do Pajeú, no município de São José do Egito no que tange ao profissional egresso do Curso de Pedagogia a gestão da IES prevê o preenchimento total das vagas ofertadas para os próximos 05 anos.

20.1. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão da FVP estabeleceu os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

a) Estudo do perfil de professores de áreas diversas (saúde, ciências sociais, ciências humanas, ciências exatas) disponível na Região do Vale do Pajeú;

- Professores que já ministraram em outras IES;
- Professores que possuam titulação mínima de especialização;
- Professores inseridos no mercado de trabalho.



- b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;
- c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;
- d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação stricto sensu;
- e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra-aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, tcc, atividades complementares etc;
- f) Professores que venham de municípios próximos à São José do Egito de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;
- g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;
- h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

- a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior na FVP do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas.
- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado.



- c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado.
- d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas.
- e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDEs, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a possibilidade de oferta de 100 vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis na microrregião do Vale do Pajeú e aqueles que podem se deslocar de lugares mais distantes para São José do Egito. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica limitada ao processo autorizativo (coordenadores de curso, gestores e funcionários)

20.2. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica

Para determinar as 100 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE



- a) Conforme a necessidade de laboratórios, foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes e atender as vagas do curso.
- b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas.
- c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado.
- d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas.
- e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitada.
- f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

21. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Compreender a importância da ludicidade como fator de desenvolvimento do ser humano é algo essencial na formação docente, já que o brincar é reconhecido pelos estudiosos da infância como sendo o próprio mundo da criança, sua atribuição mais peculiar e necessária ao seu pleno desenvolvimento: cognitivo, motor, afetivo e social.

Todos nós precisamos do lúdico para nos desenvolver de forma harmoniosa e equilibrada e, corroborando tal reconhecimento, as diretrizes curriculares do



Ministério da Educação – MEC para os cursos de formação de professores incluem o espaço da Brinquedoteca nos cursos de Pedagogia como algo imprescindível na formação docente, por se constituir um campo privilegiado de estudos aplicados dos fundamentos da Pedagogia.

É por esta razão que o curso de Pedagogia da FVP propõe o uso do espaço da Brinquedoteca por crer que esta iniciativa, além de incrementar a formação dos alunos de todos os cursos de licenciatura, atendendo as exigências do Ministério da Educação, trará benefícios sociais importantes como Projeto de Extensão e do atendimento às escolas conveniadas da região de São José do Egito.

A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia foi constituída a partir de um espaço que comporta o mobiliário necessário, brinquedos e jogos visando o aprendizado a partir da ludicidade.



O NDE – Núcleo Docente Estruturante inicial do Curso de Licenciatura em Pedagogia foi constituído por professores que serão lotados no curso, todos com grande experiência e titulação.

As atribuições do NDE são, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos,
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;



- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das atividades teórico-práticas de aprofundamento;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;
- Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES;
- Organizar as atividades a serem constituídas de estágio

MEMBROS DO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

- **Obs*** O NDE do curso atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007=> Mínimo de 05 docentes, mínimo de 60% deles com formação *Stricto Sensu* e mínimo de 20% em regime Integral.
- **Obs**** Apesar de o instrumento de avaliação de cursos superiores de graduação do INEP apontar para a “previsão” e não a sua constituição efetiva como seria nos casos de reconhecimentos de cursos, este NDE trabalhou efetivamente na concepção deste PPC conforme comprovam atas e portarias da IES.

Professor	Titulação	Regime de Trabalho
------------------	------------------	---------------------------



Claudineide Cristian de Lima	Especialização	Parcial
Rênya de Cássia Melo Freitas Barros	Especialização	Parcial
Sergio Morais Cavalcante Filho	Mestrado	Parcial
Everson Vagner de Lucena Santos	Mestrado	Parcial
Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Mestrado	Parcial

Nesse sentido, destaque-se que este PPC do Curso de Graduação em Pedagogia é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

22.2.1. NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC

Para compor o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, o PPC designado para o curso iniciou seus estudos a partir dos dados que foram constituídos para a justificativa de oferta do curso.

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades sociorregionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCNs para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.



Após a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca de São José do Egito e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, faz-se necessário que se explicita que, mesmo antes de receber a visita in loco para o curso, o NDE já efetivou mudanças no documento e no curso, inclusive aquelas que buscam deixar o curso e este projeto mais próximo do que determina o novo instrumento de avaliação externa (autorização) do INEP.

22.2.2. NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte

Como primeira medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC de forma a culminar até o reconhecimento do curso, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE será contratado como horista, ou seja, todos terão carga horária no formato integral ou parcial. Isso irá fazer com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso.

Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dará preferência de disciplinas gerais para professores já presentes na FVP. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos, aumenta a carga horária do



professor e faz com que ele mantenha vínculos somente com a FVP, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior dedicação ao curso.

Da mesma forma, destaque-se programas da IES como o Programa de Incentivo à produção acadêmica que possibilitará com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades da FVP.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos como Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica. Esses afazeres extra aulas, são também formar de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos e à FVP.

23. REGIME DE TABALHO DO COORDENADOR

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Desse modo, no caso do Curso de Pedagogia da FVP, o coordenador de curso possui o regime Integral para poder se dedicar aos afazeres de gestão do curso, ou seja, serão 40 horas/aula dedicadas ao curso.

Vale destacar que o coordenador foi inserido no NDE do curso, bem como no colegiado de Pedagogia, tudo com o objetivo de possibilitar a gestão e acompanhamento de alunos, docentes e do PPC do curso.

Da mesma forma, visando que as decisões em nível institucional não sejam unilaterais, o coordenador de Pedagogia faz parte do Conselho Superior da Faculdade – CONSUP, conforme pode ser verificado a partir das portarias institucionais.



23.1. Os Indicadores que Subsidiaram a Gestão da Coordenação de Curso de Pedagogia da FVP

A FVP tem plena consciência de que não basta fornecer apenas horas/aula a um docente ou gestor para que a expectativas positivas de uma gestão de curso seja efetivada.

Assim, são prerrogativas da gestão do Curso de Pedagogia o estabelecimento semestral de um plano de ação subsidiado por indicadores que advém tanto da avaliação da CPA, como do envolvimento de outros órgãos que agem direta ou indiretamente com o curso em questão.

A FVP parte da perspectiva que, da mesma forma que ocorrem em alguns setores em que a gestão pode ser concebida de forma mais processual e mecanizada como na infraestrutura, contabilidade etc, a gestão dos cursos de graduação muitas coisas também podem estabelecer um processo de formalização, como no caso do sistema de aprovação com base nas notas da avaliação de uma disciplina e no cumprimento efetivo de conteúdos programáticos.

Porém, há aspectos e ações que são mais subjetivos, como a questão motivacional dos alunos ou o acompanhamento do nível de envolvimento do corpo docente no curso. Justamente no lado mais acadêmico é que se sente necessidade de ferramentas de apoio (mas não de mecanização) da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho se foca no coordenador de curso por diversas razões. Este é um papel com diversas atribuições operacionais, como organizar horários, contratar professores e orientar a matrícula dos alunos. Contudo, entende-se que sua maior importância é dar uma “identidade” para o curso, mantendo consistente sua linha de ensino e coerente com o Projeto Pedagógico do mesmo. Juntam-se a isto diversas obrigações ligadas às questões econômicas, como viabilização de laboratórios de ensino e atingimento de metas de ocupação de salas de aula



e ações de integração das atividades de extensão e pesquisa da IES, acompanhamento e evolução do Projeto Pedagógico do curso e envolvimento com mecanismos de avaliação externa.

Dada essa grande importância da coordenação do curso, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não - acadêmica;

- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local ou que tenham um perfil agregador, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;

- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como de outros cursos de graduação da IES, serão constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos



Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso exercerá o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negociará com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.

- Motivará estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisionará a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.

- Conhecerá e contribuirá para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.

- Formulará fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribuirá para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.



- Integrará os professores e estimula a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Liderará o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimulará os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução das Pesquisas e Práticas Pedagógicas, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribuirá para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontrará meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firmará contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procurará ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a Faculdade Vale do Pajeú – FVP terá na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador escolhido para fazer a gestão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FVP possuirá uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.



23.2. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do Coordenador.

A coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FVP está sob a égide do Professor Francisco de Assis Batista Campos Filho que atua como docente na educação superior há algum tempo. Há que se destacar que o professor em questão tem experiência com gestão educacional. Licenciado em Pedagogia e especialista em psicopedagogia.

23.3. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Por se tratar de um curso em fase de autorização vinculada à credenciamento institucional, os parâmetros relacionados à adequação da titulação do corpo docente do curso em relação ao perfil do egresso ensejado em Pedagogia são estabelecidos por meio de relatório constituído pela coordenação do curso em diálogo com as instâncias acadêmicas e administrativas da IES.

Trata-se de relatório que justifica a escolha do corpo docente inicial do curso, considerando:

- a) formação aderente às disciplinas que serão ministradas, sejam elas propedêuticas ou específicas do curso;
- b) experiência no magistério superior, de modo que o docente possua capacidade para analisar os conteúdos curriculares do componente curricular a ele designado e deste determinar os conteúdos programáticos a serem utilizados, bem como ampliar qualitativamente as bibliografias estabelecidas para a disciplina;
- c) preferência por docente com experiência prática de mercado, de modo a precisar positivamente o perfil do egresso ensejado para o curso;
- d) formação preferencialmente stricto sensu, pois desse modo esses docentes poderão analisar com profundidade os conteúdos curriculares a eles designados, explicitando aos alunos a importância destes para a suas formações profissionais, acadêmicas ou cidadãs, bem como elevar o senso crítico desses



alunos em relação aos conhecimentos ministrados, proporcionando a eles literatura que ultrapasse os limites daquelas designadas no PPC do curso.

e) professores com titulação constituída a partir de pesquisa acadêmica para que possam, não apenas “ensinar” os conteúdos curriculares, mas fomentar nos alunos a “construção” dos conhecimentos. Para tal, adicional à qualidade das aulas propostas, os professores podem e devem formar grupos de estudos e proporcionar publicações no âmbito das suas áreas na FVP.

Obs* Para proporcionar esse ambiente de construção de conhecimentos e autonomia dos alunos, conforme já fora explicitado em outras seções deste PPC, a FVP estimulará as metodologias ativas para uso em todos os cursos de graduação, bem como fornecer subsídios institucionais para a publicação acadêmica, como por exemplo as revista eletrônicas no site institucional.

Dessa forma, o corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia será constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Da mesma forma, os professores serão estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pela FVP, de cursos de pós-graduação Lato Sensu, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferecerá apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da FVP.

Assim, pode-se determinar que são atribuições do corpo docente:



- ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com horário pré-estabelecido;
- registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;
- responder pela ordem nas salas de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;

- fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;
- propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino e da pesquisa; e
- realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica;

- analisar sistematicamente o componente curricular de modo a melhorar a sua eficácia, inclusive com a indicação de novas bibliografias e métodos de ensino-aprendizagem.

Para ingresso na Faculdade e no curso os professores serão selecionados pelo Coordenador.

Os requisitos exigidos para a docência são:



a) Titulação acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista.

b) Formação não acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros).

c) Experiência acadêmica=> Privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica.

d) Experiência profissional=> Para disciplinas mais específicas da Pedagogia o requisito experiência é fundamental, já para as disciplinas de formação geral, a experiência em Pedagogia não é um requisito eliminatório, mas um requisito desejado.

O perfil e a titulação do corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FVP para os dois primeiros anos de funcionamento estão representados nas tabelas, a seguir:

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutorado	0	0,0%
Mestrado	3	25%
Especialização	9	75%

PROFESSORES COM FORMAÇÃO STRICTO SENSU	25%
--	------------

PREVISÃO DAS DISCIPLINAS E DOCENTES

1º SEMESTRE



Disciplina	Professor	Titulação
Metodologia do trabalho Científico em Educação	Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Mestre
Informática e Tecnologias Educacionais	Leandro Kravczuk Vieira	Mestre
Leitura e Produção de Textos	José Humberto Lucas Filho	Especialista
Filosofia da Educação	Gil Camelo Neto	Mestre
História da Educação	Jefferson Augusto de Amorim Medeiros	Especialista
Pesquisa e Prática Pedagógica I	Claudineide Cristian de Lima	Especialista

FACULDADE
2º SEMESTRE

Disciplina	Professor	Titulação
Psicologia da Educação	Juliana Leite Ferreira Gomes	Especialista
Didática Geral	Claudineide Cristian de Lima	Especialista
Educação Ambiental	Judilene Bento da Costa	Especialista
Língua Portuguesa: Conteúdos e Métodos	Silvânia Maria da Silva Amorim	Mestre
Educação Inclusiva	Francisco de Assis Batista Campos Filho	Especialista
Pesquisa e Prática Pedagógica II	Maria José Evangelista de Lima	Especialista



3º SEMESTRE

Disciplina	Professor	Titulação
Matemática: Conteúdos e Métodos	José Gomes de Lima	Especialista
Sociologia e Antropologia da Educação	Jefferson Augusto de Amorim Medeiros	Especialista
Avaliação, Organização e Planejamento em Educação	Maria José Evangelista de Lima	Especialista
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Claudineide Cristian de Lima	Especialista
Direito Educacional	Judilene Bento da Costa	Especialista
Pesquisa e Prática Pedagógica III	Rejane Maria da Silva Farias	Mestre

4º SEMESTRE

Disciplina	Professor	Titulação
Alfabetização e Letramento	Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Mestre
Fundamentos de Educação Infantil	Claudineide Cristian de Lima	Especialista
Política Educacional Brasileira e Direitos Humanos Fundamentais	Judilene Bento da Costa	Especialista
Multiculturalismo Diversidades Étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa e de Faixa Geracional	Jefferson Augusto de Amorim	Especialista
Pesquisa e Prática Pedagógica IV	Rejane Maria da Silva Farias	Mestre

23.4. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

Da mesma forma que se busca permitir uma maior dedicação do coordenador à IES, para o corpo docente é estipulada as mesmas prerrogativas.



Para tal, busca-se contratar, preferencialmente, os professores em regime integral e parcial.

Tal distribuição é estabelecida de modo que o docente possa atender de maneira plena aos seus alunos, participar de reuniões colegiadas, planejar os processos de ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. Ademais, busca-se fornecer aos professores atividades extra-aulas de modo que se envolvam também nas questões institucionais como, por exemplo, o atendimento de núcleos como os de pesquisa e extensão, relacionamento estudantil e nivelamento, tecnologia e inovação pedagógica ou a condução de laboratórios didáticos.

Essas expectativas são delineadas semestralmente a partir de planilha que apresenta das atribuições individuais de cada professor para o semestre, documento descritivo disponível para consulta por docentes e gestão da IES na coordenação de curso.

Os docentes contratados em regime de tempo parcial terão 25% de sua carga horária dedicados a atividades extraclasse, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outras atividades, conforme já destacamos.

O Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso Superior de Graduação em Pedagogia da IES está representado nas tabelas, a seguir:

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Integral	6	50%
Parcial	6	50%
Horista	0	0%



PROFESSORES EM REGIME PARCIAL OU INTEGRAL	100%
---	------

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO
Claudineide Cristian de Lima -	Integral
Francisco de Assis Batista Campos Filho	Integral
Jefferson Augusto de Amorim Medeiros	Integral
Gil Camelo Neto	Integral
Leandro Kravczuk Vieira	Integral
José Gomes de Lima	Parcial
José Humberto Lucas Filho	Parcial
Judilene Bento da Costa	Parcial
Juliana Leite Ferreira Gomes	Parcial
Maria José Evangelista de Lima	Parcial
Rejane Maria da Silva Farias	Parcial
Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Integral

23.5. Plano de Carreira Docente

A IES, por meio de sua mantenedora, tem implementado e homologado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação,



regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que poderão ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

23.6. Qualificação do Corpo Docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a FVP incentivará os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal ofertará especializações “*lato sensu*”. Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos *stricto sensu*.

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Primeiramente, há que se destacar que a FVP tem plena consciência de que o exercício da docência no ensino superior não deve ser compreendido apenas como um ato de ministrar aula, pois diante das necessidades acerca da formação profissional, o conceito vai muito além.

A mobilidade social e as mudanças emergentes do mercado de trabalho exigem que o profissional docente no ensino superior esteja atento a tudo que configura a formação do seu aluno.



Nesse contexto, o mesmo relatório que determina e justifica a escolha dos docentes no curso de Pedagogia no que tange à titulação e experiência profissional, também aponta as expectativas acerca da preferência do curso à contratação de docentes com experiência no magistério superior.

Para adequação do corpo docente, buscou-se professores que em suas experiências no ensino superior tivessem relação estreita com o perfil do egresso ensejado na IES.

Além disso, questões como a capacidade de análise das dificuldades dos alunos, prática didática acessível e sensibilidade na indicação de ações que promovam a melhoria da qualidade em se apreender os conteúdos curriculares, bem como características como a habilidade de apresentar exemplos contextualizados, foram perspectivas inerentes às entrevistas feitas com os professores escolhidos para o curso.

As expectativas dos docentes foram estabelecida também considerando o conhecimento e prática para lidar com avaliações formativas, tudo para que os resultados advindos dos alunos possam servir como ferramenta para redefinir a prática docente.

Foram assertivas também na escolha dos professores a capacidade de liderança e as produções acadêmicas.

OBS* VIDE RELATÓRIO E ATAS DAS ENTREVISTAS COM DOCENTES

24. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia será composto, inicialmente, pelo Coordenador do Curso e por 04 (quatro) docentes. O colegiado



contará, após a sua autorização, com representação discente. Ao Colegiado, na forma como ele será instituído, competirá o seguinte:

- a) propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível das relações entre os cursos da mesma área da instituição;
- b) aprovar o plano de atividades de curso;
- c) promover a articulação e a integração das atividades docentes;
- d) propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;
- e) opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- f) responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;
- g) desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;
- h) distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;
- j) elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;
- k) avaliar o desempenho individual de cada docente;
- l) participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;
- m) promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;
- n) avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
- o) constituir comissões especiais para assuntos específicos;
- p) acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;



q) exercer as demais atribuições que se incluíam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;

r) fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado do Curso de Pedagogia, presidido pelo Coordenador de Curso, irá se reunir ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados se constituem a partir do Regimento Geral da IES, mas serão estabelecidas em Regimento próprio do Colegiado do curso após a sua autorização.

Inicialmente, o Colegiado do Curso será constituído pelos seguintes membros:

Professor	Titulação
Francisco de Assis Batista Campos Filho	Especialização
Jefferson Augusto de Amorim Medeiros	Especialização
Gil Camelo Neto	Mestrado
Rejane Maria da Silva Farias	Mestrado
Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Mestrado

25. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Inicialmente, vale destacar que a estrutura curricular do Curso de Pedagogia permitirá que a cada semestre as áreas e disciplinas realizem um projeto de Pesquisa e Práticas Pedagógicas cuja pesquisa permitirá mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período. Cada disciplina será aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases. Dessa forma, somos sabedores que



a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.

A Faculdade tem a previsão de ter uma Coordenação específica de Pesquisa e Iniciação Científica, a qual publicará semestralmente edital convocando para apresentação de projetos.

Há que se destacar que a IES planeja desenvolver uma revista/periódico para publicação de trabalhos dos professores, após a autorização de curso.

26. DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

26.1 Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores que exercerão atividades em Tempo Integral no curso e, assim, poderem ter condições de desenvolverem trabalhos em condições de silêncio e comodidade.

Tais gabinetes estão localizados junto à sala de professores, tudo com boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Assim, pode-se dizer que os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- computadores com acesso à internet
- impressora ligada à rede.

OBS: Todos os gabinetes são equipados com mesas cadeiras e utensílios de escritório.



26.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender os alunos de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem acadêmica.

Por isso, o Curso de Pedagogia possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar condicionado, computador, impressora e acesso a internet.

Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornecerá uma secretária acadêmica para atender ao curso.

26.3. Sala dos Professores

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades. Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham.

Nesse contexto, a FVP tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.



Assim, na FVP há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso a internet;
- Ar condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades.

26.4. Salas de Aula

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, a FVP constitui todas as instalações de forma que possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

⇒ ACÚSTICA

Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.

⇒ ILUMINAÇÃO



Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.

⇒ CLIMATIZAÇÃO

Todas as salas de aulas são climatizadas.

⇒ MOBILIÁRIO

Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores, Data – Show, Computadores e acesso a internet.

⇒ LIMPEZA

As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.

26.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

O acesso dos alunos a equipamentos de informática será feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores dentro do horário de aula, que será no período matutino das 8h30 às 11h50 e no período noturno das 19h00 às 22h20, podendo ser reservado com antecedência de, pelo menos, 24 horas.

O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos. A permanência dos estudantes é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

O acesso aos equipamentos dos Laboratórios de Informática será realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.



26.6. Biblioteca

26.6.1. Do Funcionamento

A Biblioteca da FVP, é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo, sala de vídeo; ainda, possui um guarda- volumes com espaços para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

26.6.2. Acervo

O acervo da Biblioteca da IES é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais.

No que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos de Pedagogia possam pesquisar e se utilizar do material, conforme segue:

PERIÓDICO/REVISTA	DISPONIBILIZACAO	ACESSO
Nova Escola	Impressa	Biblioteca FVP
Educação – Editora Segmento	Impressa	Biblioteca FVP
Escola Pública – Editora Segmento	Impressa	Biblioteca FVP
Revista Educação – Editora Minuano	Impressa	Biblioteca FVP
Educação Infantil – Editora Escala	Impressa	Biblioteca FVP
Revista Pátio – Editora Grupo A	Impressa	Biblioteca FVP



Revista Educação – Editora UOL	Impressa	Biblioteca FVP
RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Impressa	Biblioteca FVP
Educação & Realidade – Editora FAURGS	Impressa	Biblioteca da FVP
Cadernos Cede	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=0101-3262&nrm=isso	Online – Portal da FVP
Revista Educação e Pesquisa	http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/	Online – Portal da FVP
Revista Educação Pública	http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica	Online – Portal da FVP
e-Revista – Portal Educação	https://www.portaleducacao.com.br/e-revista	Online – Portal da FVP

26.6.3. Política de Aquisição da IES

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nos planos de ensino dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição, bem como pelas bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC.

Serão consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as bibliografias encaminhadas semestralmente pelos docentes responsáveis pelas Coordenadorias dos cursos da FVP, sendo estas listas fruto de reuniões periódicas com professores e alunos dos Cursos de Graduação.



De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados serão:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

26.6.4. Consulta

O sistema de consulta ao acervo estará disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada por *software* de tombamento e catálogo bibliotecário. A classificação adotada é a CDD – Classificação *Decimal Dewey*, sendo que, para a notação de autor, é utilizada a tabela de *Cutter*.

26.6.5. Empréstimo

O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária da FVP e cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato.

Toda a regulamentação de uso e empréstimos na biblioteca FVP está disponível no regulamento da Biblioteca, encontrado no site da IES.

26.6.6. Apoio na elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A Biblioteca dispõe de um acervo e de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos



técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Manuais de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da FVP.





27. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a FVP constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes o Pedagogia de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas,



laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.

II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.

III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.

IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;

V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.

VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.

II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile

III. Colocação de anel tátil nos corrimãos

IV. Placa de início e final de corrimãos.

V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;

b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;

c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;

d) Software de ampliação de tela do computador;

e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;

f) Lupas, régua de leitura;

g) Scanner acoplado a computador;

h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.



Para os usuários com Deficiência Auditiva:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
- b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.



- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:



- a) Divulgação, em lugar visível, do Pedagogia ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu Pedagogia à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

- a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, covalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;
- b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser



aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o Pedagoga de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

28. RESPONSABILIDADE SOCIAL

28.1. Visão da IES quanto à sua Responsabilidade Social

A responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra.

A IES, por meio das suas coordenações de curso, orientará seus docentes para que ao longo do desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas valorizem os aspectos relacionados à responsabilidade social e o desenvolvimento regional e do País.

Além disso, a presente proposta pedagógica prevê disciplinas voltadas ao desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais, e ao desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho.

A FVP prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. A formação educacional da faculdade, conforme e afirma nos primeiros itens deste projeto, materializam estes princípios.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento da região.



Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a IES tem como responsabilidade, entre outras:

- Atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;
- Promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;
- Identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- Identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;
- Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e
- Avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente no tocante aos seus cursos de graduação e, quando houver, pós-graduação e extensão, por meio do Plano de Auto-Avaliação Institucional, desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos na Lei dos SINAES.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A IES desenvolverá também uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o Programa de Bolsas de Estágio, que tem como objetivos:

- Possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados



nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;

- Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos; e
- Proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Pode ser implementado, quando detectada a necessidade, o programa de “Bolsas-Incentivo”, que proporcionará uma mensalidade mais acessível aos alunos, bem como as bolsas mérito.

FACULDADE

28.2. Desenvolvimento da Capacidade de Acompanhar e Implementar Mudanças nas Condições de Trabalho.

No esforço de contribuir adequadamente para a melhor qualidade de vida da população local e para o desenvolvimento regional, a IES se empenhará em estabelecer parcerias que permitam aprofundar as relações que pretende construir com a comunidade por meio de suas instituições e empresas. Para isso:

- Oferecerá condições para estudantes e professores edificarem as bases e conduzirem o funcionamento do CEI – Centro de Empreendedorismo e Inovação etc.;
- Estabelecerá convênios com escolas e empresas interessadas em oferecer oportunidades de estágio para os estudantes da IES;
- Estabelecerá contratos de parcerias com instituições comprometidas com o empreendedorismo, como o SEBRAE, com atividades de trabalho voluntário, de consultoria, com programas de pesquisa, com programas de treinamento/reciclagem, entre outras;
- Formalizará parcerias para a realização de programas de intercâmbio de estudantes e professores.



29. ANEXOS

29.1. Regulamento das disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas

1. DAS CARACTERÍSTICAS DO COMPONENTE CURRICULAR

Trata-se de unidade curricular que compõe o processo curricular do Curso de Pedagogia da FVP.

Por suas especificidades e características, a elaboração da Pesquisa e Práticas Pedagógicas reger-se-á por este regulamento específico.

1.1. Da Carga – Horária

No Curso de Licenciatura em Pedagogia, a carga horária semestral da disciplina Pesquisa e Práticas Pedagógicas constituir-se-á de 120 (cento e vinte) horas/aula divididas e previstas da seguinte maneira:

- a) **60 (sessenta) horas/aula semestrais constituídas em sala de aula para discussão dos temas previstos para o semestre e orientação geral dos trabalhos por um professor responsável pela disciplina.**
- b) **60 (sessenta) horas/aula de Prática como Componente Curricular que se estabelecem a partir de atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos. Desse modo, em sua totalidade no currículo deste PPC, trata-se de 420 horas/aula de aulas teóricas e 420 horas/aula de Prática como Componente Curricular.**
- c) **As aulas serão de 03 (três) horas-relógio.**

Obs.* Ao final do semestre o aluno deverá expor o trabalho nas dependências da FVP na semana das Práticas Pedagógicas, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo do Curso de Pedagogia, visando socializar os resultados do trabalho.



Obs. O professor da disciplina será responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários da socialização dos trabalhos.**

2. DO OBJETIVO GERAL

A Pesquisa e Prática Pedagógica, em cada um dos períodos oferecidos na estrutura curricular do Curso de Pedagogia, tem por objetivo geral: Proporcionar aos alunos o encontro com o cenário educacional e com as singularidades escolares das quais fará parte. O componente curricular também tem por meta possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;
- b) Promover atividades extra sala, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertarmos discentes o gosto e a prática da investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de comunicação como internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão.
- g) Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos dos fundamentos da ética e da responsabilidade social, da didática, da metodologia científica no contexto escolar;
- h) Compreender a natureza e a forma da prática nas escolas;
- i) Estudar e entender a educação do ponto de vista pessoal e social;



- j) Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;
- k) Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;
- l) Vivenciar o ambiente escolar, bem como suas especificidades regionais..

4. DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

4.1 – Para a realização do componente curricular, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

4.2 - O projeto prático interdisciplinar deverá ser elaborado em equipe, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor tutor/responsável pela disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica.

4.3 - As equipes formadas serão orientadas pelos professores das disciplinas em questão, bem como, quando necessário, por outros docentes do curso em acordo com a coordenação de curso.

4.4 - O tema proposto no semestre poderá se indicado pelo docente, desde que aprovado pela coordenação de curso. Os temas / títulos deverão ser definidos pelos professores; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

4.5 O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados e escolas devidamente credenciadas conveniadas com a IES, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a IES e a escola.

4.6 – Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se



comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

4.7 – Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação e em apresentação no formato Pôster.

4.8 – As notas atribuídas aos trabalhos serão de responsabilidade dos professores da disciplina em data estabelecida por esse e compatível com o período de inserção junto ao sistema acadêmico da IES.

4.10 – Caberá a apresentação dos resumos dos resultados do trabalho a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de banner, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

Parágrafo primeiro – Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

Parágrafo segundo – O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.

4.11 Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

5. DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

5.1 - Caberá aos professores que compõem a disciplina em questão, a orientação dos trabalhos de campo dos alunos e a todos os grupos.

5.2 - Os professores deverão estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, prevalecendo à visão sistêmica por parte dos alunos.



5.3 – Caberá ao professor da disciplina garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto ao colegiado do curso.

5.4 – Caberá aos professores da disciplina, quando necessário, a solicitação junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade.

6. DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO

6.1 – Os trabalhos finais deverão ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

6.2 - Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem Pedagogia a novo protocolo.

6.3 - Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 7,0 (sete) estarão automaticamente reprovados na disciplina, devendo os mesmos a cumprir no regime de dependência no período letivo seguinte.

6.4 O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

- a. Parte escrita - (NP1): 5 pontos.
- b. Avaliação do Professor – (NP1): 5 pontos.
- c. Parte de pôster e apresentação do grupo (NP2): 10 pontos

7. DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

PARÁGRAFO ÚNICO: As equipes deverão cumprir as atividades nas datas e horários previstos. Este critério será avaliado durante o período letivo pelo professor, que observará itens como a formação do grupo, a participação de todos os componentes no projeto (avaliada por meio de entrevista individual, ou por informações repassadas pelos líderes de equipe) e a apresentação dos trabalhos teóricos e práticos. Atas de reuniões para o desenvolvimento do



trabalho deverão ser anexadas no relatório final (um mínimo de 02 reuniões deverão ser comprovadas), a critério do professor (a).

8. DO PÔSTER

8.1 - A apresentação teórica deverá ser feita por **meio de pôster (dimensões de 800 mm de largura por 1200 mm de altura)** e valerá **50% da nota final da disciplina (Conforme Cap. 6)**. A equipe deverá montar o painel em material sintético próprio para *banner* ou, quando autorizado pela coordenação de curso, em papel cartão ou cartolina, e fixar no espaço reservado para essa finalidade.

8.2 - O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.

8.3 - A avaliação do pôster será feita pelo professor do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

- a. As respostas às questões formuladas nas várias disciplinas.
- b. Interdisciplinaridade das observações, conclusões e respostas;
- c. Discussão das questões envolvidas;
- d. Criatividade e metodologia científica;
- e. a escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

Este regulamento entrará em vigor a partir do primeiro semestre de funcionamento do Curso.

ANEXO I FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA PESQUISA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



Curso	Pedagogia		
Período		Turma	
Professor			
Tema			

COMPONENTES/EQUIPE	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

LÍDER DA EQUIPE	
Nome	
Contato/email	

TÍTULO DO TRABALHO

ANEXO II – ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO



- **CAPA** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE ROSTO** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE APROVAÇÃO** (elemento obrigatório)
- **DEDICATÓRIA** (elemento opcional)
- **AGRADECIMENTOS** (elemento opcional)
- **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** (se necessário)
- **LISTA DE TABELAS** (se necessário)
- **SUMÁRIO** (elemento obrigatório)
- **INTRODUÇÃO** (elemento obrigatório): **Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Escola ou Instituição Estudada/Pesquisada**.

1- DESCRIÇÃO DO NÍVEL EDUCACIONAL (INFANTIL, SÉRIES INICIAIS, EJA, OUTROS) * (elemento obrigatório):

2- DESCRIÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA* (elemento obrigatório):

2.1- BREVE HISTÓRICO:

Processo de formação e funcionamento da escola.

2.2 MISSÃO/VALORES: Objetivos da escola, valores, etc.

3 DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO* (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico:** Analisar a escola foco da pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.

- **Prognóstico:** Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.



4 PROPOSIÇÃO DE SUGESTÃO* (elemento obrigatório): Identificação do problema da escola e proposição de solução e/ou melhoria educacional, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- **CONCLUSÃO** (elemento obrigatório): Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no trabalho também podem ser destacadas).

- **REFERÊNCIAS** (elemento obrigatório): Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento do trabalho.

- **ANEXO** (se necessário): Inclusão de documentos não elaborados pelos autores, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.





29.2. Normas para Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

I - Disposições Preliminares

A Coordenação do Curso de Pedagogia da FVP, no uso de suas atribuições, divulgam as Normas de Funcionamento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento que compõem o currículo do curso de graduação em Pedagogia da FVP, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação no curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

II – Das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Art. 2º Entende-se por Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação pessoal e profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico do curso.

Art. 3º As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, doravante denominadas simplesmente como “ATPs”, compõem o currículo mínimo do curso de graduação em Pedagogia da FVP, como se segue:

Curso	Carga Horária Total das ATPs	Carga Horária Semestral das ATPs
Pedagogia	120 horas devidamente comprovadas	20 horas devidamente comprovadas

Art. 4º São consideradas para efeito de ATPs

I– Atividades de pesquisa:

- iniciação científica sob tutoria de docentes;
- pesquisa realizada sob orientação de docentes;



- c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II- Atividades de extensão:

- a) atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III- Atividades de ensino:

- a) disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;

TIPO DE ATIVIDADE	Carga horária Mínima por período	Carga horária máxima por período
PESQUISA	0	
Iniciação científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	20
Monitoria	5	20
Estágio Extracurricular	10	20
EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10



b) monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

Parágrafo Único Os critérios para validação das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 5º O cumprimento da carga horária de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento dar-se-á conforme o quadro abaixo:

Art. 6º O aluno deve protocolar na Coordenação de Curso o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.

Parágrafo Único A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.





ANEXO I

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

CRITÉRIO GERAL: O registro acadêmico das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, bem como a validação do semestre ao qual se referem as horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito a aprovação.

ATIVIDADES DE ENSINO:

1. **Disciplinas não Previstas:**

a. *Cursadas na FVP:*

- i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.
- ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita a aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.
- iii. O aluno inscrito na disciplina como ATPs será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.
- iv. O documento comprobatório para o registro da ATP é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.
- v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ATP obedece ao anexo II.

b. *Cursadas fora da FVP:*

- i. Considera-se como ATP do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo



de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.

ii. Os documentos comprobatórios para o registro da ATP são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.

iii. O registro da ATP está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico do curso de graduação em que o aluno encontra-se matriculado e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.

iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ATP obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE PESQUISA

1. Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes

a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da FVP..

b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo à Coordenação do Curso de Pedagogia prestar suporte sempre que solicitada.

c. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade de Aprofundamento Teórico-prático.

d. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como ATP obedece ao anexo 2.

2. Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes

a. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso de Pedagogia da FVP, e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.



- b. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação da FVP.
- c. O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa da FVP.
- d. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:
 - i. Identificação completa do professor e do aluno orientado.
 - ii. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).
 - iii. Cópia da pesquisa:
 - ⇒ Monografia; ou
 - ⇒ Projeto aprovado.
- e. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como ATP obedece ao anexo 2.

3. Publicação de Resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa

- a. São consideradas para efeito de ATP as publicações:
 - i. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.
 - ii. Registradas no ISBN no caso de livros.
 - iii. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área de Pedagogia ou afins.
- b. Somente serão aceitos como ATP os trabalhos publicados no período em que o aluno encontrar-se regularmente matriculado na FVP e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico da graduação em curso.
- c. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.
- d. O registro da carga horária atribuída à Publicação como ATP obedece ao anexo II.

4. Assistência a Defesa de Monografias ou Projetos de Finais de Curso



a. São considerados Assistentes, para efeito de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora da FVP, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso.

b. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:

i. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino.

ii. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).

iii. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.

iv. Cópia do trabalho.

c. O registro da carga horária atribuída à Assistência como ATP obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

5. Disseminação de Conhecimentos

a. As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	Participação de defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação em que se encontra regularmente matriculado na FVP, exceto quando mencionado como autor.

	<p>Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.</p>
<p>Cursos de Atualização</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora da FVP cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade de aprofundamento teórico-prático.</p>
<p>Cursos de Qualificação</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora da FVP cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da</p>

	<p>Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.</p>
<p>Cursos de Certificação Tecnológica</p>	<p>Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora da FVP.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.</p>
<p>Cursos de Extensão em áreas afins à Pedagogia</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora da FVP cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p>

	<p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.</p>
Cursos de Língua Inglesa	<p>Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora da FVP.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo.</p>
	<p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.</p>

6. Assistência, Assessoria ou Consultoria Técnica

a) Sob o amparo do Núcleo de Estágio da FVP:

- i. São consideradas para efeito de ATP as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito da FVP e sob o amparo do Núcleo de Práticas da IES.



ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno no Núcleo de Práticas obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.

iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no Núcleo de Estágio, relatório contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Cargo que ocupa no Núcleo.
3. Descrição sumária das atividades realizadas.
4. Data, carimbo e assinatura do(s) professor (es) orientador (es).

iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.

a. Atividades de Monitoria:

I. Será realizado processo seletivo interno para Monitoria em disciplinas específicas do Curso de Pedagogia da FVP de acordo com as necessidades apontadas pelos respectivos Coordenadores de Curso.

II. A divulgação das disciplinas e do processo seletivo, bem como a operacionalização da Monitoria constará em regulamento próprio da Coordenação Geral de Cursos.

III. Compete ao professor orientador do Monitor encaminhar semestralmente à Coordenação de Curso um relatório sobre o Monitor orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade Complementar.

IV. O registro da carga horária atribuída à Monitoria como ATP obedece ao anexo 2.

b. Extensão Comunitária

I. São consideradas como Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento de Extensão Comunitária aquelas realizadas pelo aluno em trabalho voluntário pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso de Graduação, amparadas por projetos sociais mantidos ou não pela FVP.

II. Compete ao aluno encaminhar à Coordenação de Curso, para fins de registro, documento contendo:



1. Identificação completa do aluno.
 2. Identificação completa da instituição de saúde e da Instituição mantenedora.
 3. Relatório de atividades realizadas.
 4. Período em que o aluno esteve engajado no projeto.
 5. Data e assinatura de representante da Instituição mantenedora, devidamente identificado.
- III. O registro da carga horária atribuída à Extensão Comunitária como ATP obedece ao anexo II.





ANEXO II - QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	Até 15 (quinze) horas por semestre letivo de atuação, podendo chegar ao total de 30 horas.
	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	Monografia sobre o estado da arte - Até 12 (doze) horas. Projeto aprovado - Até 18 (dezoito) horas.
PESQUISA	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Relatório Técnico - Até 15 (quinze) horas por trabalho, podendo chegar ao total de 30 horas. (OBS: O relatório deve ser validado pelo NUPAC)
		Publicações em Âmbito Nacional - De 05 (cinco) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, Segundo classificação CAPES/CNPq. Publicações em Âmbito Internacional - 10 (dez) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação

		do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Até 10 (dez) horas por trabalho assistido, podendo chegar ao total de 30 horas.
	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas	De 0 (zero) até 40 (quarenta) horas.
EXTENSÃO	Técnicas	
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.
	Cursos de Atualização	Até 30 (trinta) horas
	Cursos de Qualificação	Até 30 (trinta) horas
	Cursos de Certificação Tecnológica	Até 30 (trinta) horas, calculadas como a carga horária total do curso acrescida de 20% (vinte por cento) aos que obtiverem a certificação correspondente.
	Cursos de Extensão em áreas afins à área de Pedagogia	Até 30 (trinta) horas.

	Cursos de Língua Inglesa	Até 16 (dezesesseis) horas, calculadas como 80% (oitenta por cento) da carga horária semestral total do curso, ou 100% das horas aos que apresentarem certificação de proficiência.
	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Sob o Amparo da Brinquedoteca e do Núcleo de Extensão. - 30 (trinta) horas por semestre de atuação.
		Tutoria - 30 (trinta) horas por semestre de atuação. Extensão Comunitária - 30 (trinta) horas por semestre de atuação.
ENSINO	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	80 (oitenta) horas por semestre letivo de atuação
	Monitoria em Disciplinas Constantes da Organização Curricular	15 (quinze) horas por semestre por semestre letivo de atuação



29.3. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Pedagogia

Capítulo I

Da Definição e Finalidade

Art. 1º Entende-se como Estágio Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades atinentes à profissão docente, realizadas por alunos em escolas devidamente conveniadas com a FVP. As atividades deverão ser acompanhadas pela faculdade, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Art. 2º Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia e definir atribuições, normas e procedimentos.

Parágrafo Único: É requisito pleno para a constituição dos estágios que a FVP, após a devida autorização do curso, efetive convênio com as instâncias públicas de ensino, ou seja, estadual e municipal.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 3º São seus objetivos:

- I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas nas escolas da região de inserção da FVP, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos em sala de aula, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão docente.
- II - incentivar a análise de casos e situações reais.
- III - proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias na educação.

Capítulo III

Das Condições para Realização do Estágio

Art. 4º São condições para a realização do Estágio Supervisionado que:

- I - o aluno esteja regularmente matriculado;
- II - a escola escolhida pelo aluno atenda os requisitos exigidos pelo curso;



III- a escola esteja devidamente conveniada com a IES e esteja em dia com os aspectos legais junto às secretarias de educação;

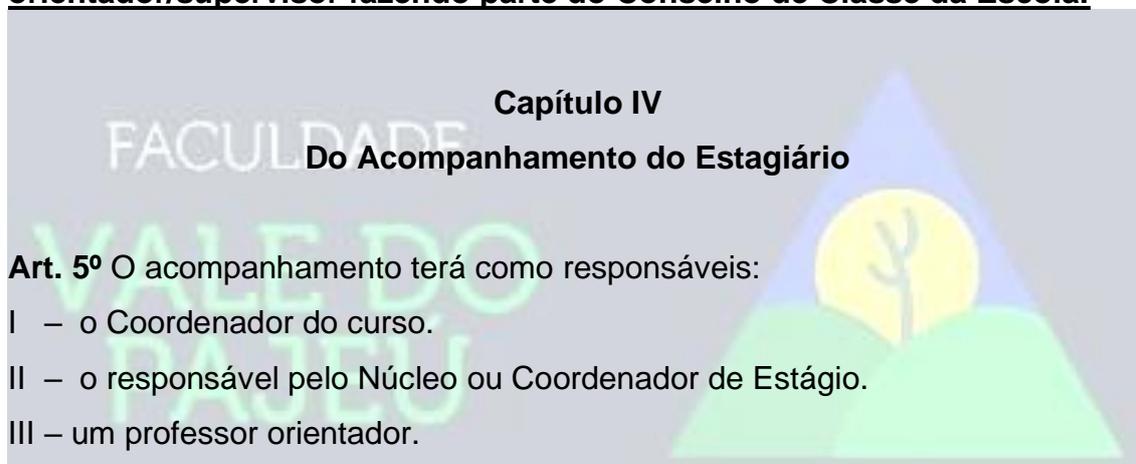
IV- a escola tenha um docente responsável pela supervisão de estágio que será a ligação entre a escola e a faculdade. O responsável docente deve ser da área de formação do curso;

IV - não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;

V - não possa exceder a 40 (quarenta) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias;

VI – tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.

VII – **tenha a participação do aluno estagiário e do professor orientador/supervisor fazendo parte do Conselho de Classe da Escola.**



Capítulo IV

Do Acompanhamento do Estagiário

Art. 5º O acompanhamento terá como responsáveis:

- I – o Coordenador do curso.
- II – o responsável pelo Núcleo ou Coordenador de Estágio.
- III – um professor orientador.

IV – supervisor docente da escola concedente.

Parágrafo Único. Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, com anuência do Diretor Acadêmico, **limitado a 05 (cinco) orientandos para 1 (um) orientador.**

Art. 6º Compete ao responsável pelo núcleo de estágio:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

II - assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.



III - oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.

IV - administrar o núcleo de estágio, informando à Direção Acadêmica os resultados, através de relatórios periódicos.

V - manter o canal de comunicação efetiva com as escolas e com as Secretarias de Educação que compõem o campo de estágio, mediante a realização de programa de parcerias, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.

VI - prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.

VII - aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Art. 7º Compete ao Professor Orientador:

I - orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;

II – apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados e obedecer o horário e o local estabelecidos em pauta;

III - preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;

IV- utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;

V - receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

Art. 8º Compete ao supervisor docente da concedente:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11. 788/2008.

II – acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio.

III – acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.



Art. 9º Compete ao aluno:

- I - estar devidamente matriculado;
- II - escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;
- III - elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;
- IV - providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a escola. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;
- V - comprovar condição de acesso à escola, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da escola e do Núcleo Estágio em até 15 dias após o início do estágio;

§ 1º O aluno funcionário da escola deverá providenciar a fotocópia da carteira de trabalho, comprovando seu vínculo e área de conhecimento compatível com o curso.

§ 2º A cópia desses documentos deverá ser anexada ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica;

§ 3º É necessário que a escola com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essenciais que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

Art. 10º Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento e lançamento das notas no sistema.

Parágrafo único. A formatação dos relatórios deverá obedecer ao manual de normas para a elaboração formal de trabalhos científicos, disponível para alunos e professores respectivamente na biblioteca da instituição.



Art. 11º O aluno que for professor em escolas, na área correlata ao seu curso, poderá validar até 100% das horas de estágio curricular supervisionado. de uma das fases do estágio (Estágio I, II, III e IV).

Parágrafo único. Validar-se-á as horas acima descritas na disciplina de estágio curricular supervisionado correspondente.

Capítulo V Do Seguro Obrigatório

Art. 12º É responsabilidade da faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto no decreto nº87.497, de 1982.

Capítulo VI Das Disposições Finais.

Art. 13º O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO
SUPERVISOR DOCENTE /ORIENTADOR / COORDENADOR DE ESTÁGIO

Esta ficha deverá ser preenchida pelo Supervisor Docente da Escola Conveniada na primeira metade do estágio e/ ou concluído, devendo ser avaliado por ocasião da supervisão do estágio feita pelo Professor Orientador e Coordenador de Estágios da FVP.

1	ESCOLA		
	SUPERVISOR DO ESTÁGIO		
	CARGO/FUNÇÃO		
	TELEFONE P/ CONTATO		
	CPF:	E-MAIL:	
2	ESTAGIÁRIO:		
	CURSO:		
	TELEFONE P/ CONTATO:		
	ENDEREÇO COMPLETO		
	Nº	BAIRRO:	CEP:
	CIDADE:	E-MAIL:	
	C.I:	ORGÃO EMISSOR:	
	CPF:		

3 - DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA



Declaro para os devidos fins que o(a) aluno(a) _____, RG _____, cumpriu _____ horas de estágio supervisionado nesta Instituição de Ensino no período de _____.

São José do Egito - PB, _____ de _____ de _____.

Escola Concedente

4 - ACOMPANHAMENTO DO ESTAGIÁRIO:

4.1 – O estagiário ajustou-se às condições de estágio?

- MUITO BEM BEM COM DIFICULDADE NÃO

4.2 – A escola fez acompanhamento supervisionado/orientado do estagiário?

- FREQUENTEMENTE ALGUMAS VEZES NUNCA

4.3 – No encerramento do estágio, o estagiário será admitido pela escola? Se afirmativo, em que função?

- SIM NÃO

FUNÇÃO: _____

5 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

6 - AVALIAÇÃO: (EXC) EXCELENTE; (BOM) BOM; (REG) REGULAR =; (INS)



ASPECTOS		EXC	BOM	REG	INS
1 – ASSIDUIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do horário de trabalho determinado pela escola e participação nos conselhos de classe 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2 – DISCIPLINA	<ul style="list-style-type: none"> Observância das normas e regulamentos internos da escola 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3 – SOCIABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Predisposição para se integrar, cooperar e se relacionar com outros professores e corpo técnico. 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4 – RESPONSABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Eficiência e eficácia na execução das aulas. 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5 - SEGURANÇA DO TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das normas de segurança na escola 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6 – INTERESSE	<ul style="list-style-type: none"> Empenho em realizar as tarefas solicitadas e em aprimorar o processo educacional. 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ASPECTOS PROFISSIONAIS		EXC	BOM	REG	INS
1- RENDIMENTO DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade de trabalho, tendo em vista o padrão exigido do estagiário. 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2 – CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Domínio demonstrado no desempenho das atividades pela escola 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- CUMPRIMENTO DAS TAREFAS	<ul style="list-style-type: none"> Segurança, precisão e diligência na execução das aulas programadas. 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4 – APRENDIZAGEM	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade para assimilar novos conhecimentos, necessários ao desempenho das tarefas. 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5 – INICIATIVA	<ul style="list-style-type: none"> Facilidade para encontrar soluções necessárias ao bom desenvolvimento das aulas 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

CONCEDENTE DO ESTÁGIO

Local / Data: ____/____/____

Assinatura do Supervisor Técnico

Carimbo da Escola



**INTERVENIENTE
DO ESTÁGIO**

AVALIAMOS O PRESENTE ESTÁGIO

() RAZOÁVEL () BOM

() REGULAR ()

EXCELENTE

() INCOMPLETO

Local / Data: ____/____/____

**ATESTAMOS
O PRESENTE
ESTÁGIO
CURRICULAR**

Local / Data:

____/____/____

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do Coordenador
do Curso

**AUTORIZAMOS A EMISSÃO DO ATESTADO DE ESTÁGIO CURRICULAR,
DEPOIS DE ATENDIDAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS, CONFORME
AVALIAÇÕES CONTIDAS NA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE
ESTÁGIO.**

Local / Data: ____/____/____

COORDENADOR



29.4. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado e Licenciatura da FVP, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados quando a atividade se encontrar prevista na Matriz Curricular do curso.

CAPÍTULO 1 – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação da FVP.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação da FVP, obedecidas as normas gerais deste regulamento, poderão constituir regulamentos próprios nos quais explicitem as normas e singularidades/especificidades de suas áreas e/ou cursos. No entanto, tal decisão deverá ter sua gênese a partir de decisões colegiadas e o aval da Direção Acadêmica.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é realizado individualmente, por acadêmicos devidamente matriculados na disciplina em questão (salvo em casos excepcionais poderá ser realizado individual ou em trio) podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes dos Cursos de Graduação da FVP e relatado sob a forma de uma MONOGRAFIA.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação terão autonomia para optar por outro formato de Trabalho de Conclusão de Curso, desde que tal decisão tenha a sua gênese advinda de discussões e acordos colegiados e o aval em última instância da Direção Acadêmica.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos das áreas em que se estabelecem ou convergem os seus respectivos cursos de Graduação.



CAPÍTULO 2 – Do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Art. 4º O processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Parágrafo Primeiro: nos cursos de graduação da FVP, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se constitui a partir de dois momentos (semestres) específicos: no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (constituição do projeto de pesquisa) e no último período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (elaboração e defesa do TCC);

Parágrafo Segundo: para os transferidos de outras IES que já cumpriram e foram aprovados na primeira fase (TCC I), ou seja, na elaboração do projeto de pesquisa, o formato Monografia deverá ser substituído pelo formato Artigo Científico, não sendo necessária a defesa pública em banca examinadora e a sua aprovação estará sujeita ao julgamento do professor orientador e coordenador de TCC.

Parágrafo Terceiro: no caso dos trabalhos especificados no parágrafo anterior, os Direitos de publicação e uso estarão sob a égide da FVP.

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.

Art. 6º A mudança de tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

CAPÍTULO 3 – Dos alunos e professores-orientadores

Art. 7º Os alunos dos Cursos de Graduação da FVP serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

Art. 8º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:



- I. Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;
- II. Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;
- III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas na monografia;
- IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TCC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;
- V. Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- VI. Elaborar a versão final da monografia, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;
- VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender a versão final de sua monografia, perante banca examinadora.

Art. 9º Todos os professores dos Cursos de Graduação da FVP são professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade. Definidas estas questões, professor-orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.

Parágrafo primeiro: quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja em uma sala de aula ou na Coordenação de Curso. Porém, deve ser realizada nas dependências da FVP.

Parágrafo segundo: só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TCC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito.



(APÊNDICE A)

Parágrafo terceiro: o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em Direitos e responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TCC o mais breve possível, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

Art. 10° Cabe ao professor-orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sob a forma de monografia, desenvolvido ao longo do curso;
- II. Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da FVP) em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TCC. (APÊNDICE B)
- IV. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TCC, para análise do processo do Trabalho de Conclusão de Curso, assim como da avaliação dos alunos;
- V. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. Para os alunos que estiverem em elaboração da monografia, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, perante banca examinadora.
- VII. Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.
- VIII. Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.



CAPÍTULO 4 – Da Defesa e Entrega Final do TCC

Art. 11° A entrega do TCC será feita à secretaria acadêmica da FVP, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TCC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de monografia. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a data da defesa do TCC estará disponível na coordenação do curso no início do semestre previsto para a mesma.

Art. 12° Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas um dos integrantes do grupo de acadêmicos inscritos como autores do trabalho deverá fazer tal explanação.

Parágrafo Primeiro: É obrigatória a presença de todos os integrantes/autores do trabalho de conclusão de curso na sessão de defesa pública.

Parágrafo Segundo: Na fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora todos os integrantes/autores devem estar presentes e serão inquiridos/sabatinados pelos professores componentes da banca, tudo a fim de constituir a nota individual de cada acadêmico-integrante/autor, bem como a autenticidade/concretude de sua participação na constituição do trabalho.

Art. 13° Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno ou equipe terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da FVP a versão definitiva em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor azul royal, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD, incluindo os slides da apresentação.

Art. 14° Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.



Parágrafo único: nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

Art. 15° Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TCC no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador de curso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D)

Parágrafo único: os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

Art. 16° O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TCC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

CAPÍTULO 5 – Da avaliação do TCC

Art. 17° A avaliação do TCC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

Parágrafo primeiro: o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TCC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC.

(APÊNDICE E)

Parágrafo segundo: todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela FVP.

Art. 18° A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes



itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho, originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F)

Art. 19º As segunda e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

Parágrafo Primeiro: a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.

Parágrafo Segundo: no âmbito da defesa/exposição do trabalho, apenas um dos componentes da dupla ou trio poderá fazê-lo. No entanto, todos serão arguidos pela banca examinadora no que tange ao trabalho e as notas serão constituídas individualmente para cada um dos componentes da dupla ou trio.

Art. 20º Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

- I. Média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
- II. Média 7,0 a 8,9: trabalho aprovado
- III. Média inferior a 7,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
- IV. Sem média: aprovado com ressalvas;

Art. 21º O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 22º Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o Pedagogia a recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TCC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TCC e coordenador de TCC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das



justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

Art. 23° No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

Art. 24° A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TCC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo primeiro: as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão realizadas em sessão pública;

Parágrafo segundo: as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso, em versão definitiva.

CAPÍTULO 6 – Das disposições gerais

Art. 25° É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de TCC

Art. 26° Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo Diretor Acadêmico, com a presença do coordenador do curso, coordenador de TCC e o professor orientador do TCC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da FVP.

Art. 27° É vedada orientação de TCC nos meses de recesso escolar e férias,



salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.

Art. 28° Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da FVP.

CAPÍTULO 6 - Das disposições finais

Art. 29° Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TCC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção Acadêmica da FVP.

Art. 30° Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica da FVP..



APÊNDICE A
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR (A)
ORIENTADOR (A)



Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, substituição do/a professor/a orientador/a.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	
NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	



São José do Egito - PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a aluno/a



APÊNDICE B

RELATÓRIO DAS ORIENTAÇÕES



A estrutura do TCC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão

Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)

Em caso de dúvidas, a FVP possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos



acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no endereço www.FVP.edu.br.



APÊNDICE D
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC



Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de _____, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TELEFONES	
Email	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

São José do Egito - PB, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a

Assinatura/s aluno/a/s

APÊNDICE E



**FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA
EXAMINADORA**

Do(a): Professor(a) Orientador(a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor(a) _____, em
comum acordo com o(a) aluno(a)
_____, sugerimos para compor a
Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título
_____, os seguintes membros:

1.

2.

Sendo o dia ____/____/____ às ____ horas, a data para
apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos
didáticos necessários são

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do (a) aluno(a), referente aos
trabalhos intermediários, é ____ (____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso
de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Professor(a) Orientador(a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de
_____ em ____/____/____

APÊNDICE F



AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO ALUNO		
Nome:		
Título do Trabalho:		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NOTA	
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos		
Conhecimento teórico		
Domínio prático do tema		
Complexidade do trabalho		
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial		
Subtotal		
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos		
Fundamentação teórica		
Coerência temática		
Estrutura formal		
Bibliografia		
Subtotal		
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos		
	Aluno 1	Aluno 2
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
Subtotal		
Total: soma total das notas		

São José do Egito - PB, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS



SOBRE O TRABALHO ESCRITO

- I. **CONHECIMENTO TEÓRICO** é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.
- II. **DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA** é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.
- III. **COMPLEXIDADE DO TRABALHO** - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.
- IV. **COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL** - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

- I. **FUNDAMENTAÇÃO TEORICA** deve expressar o conjunto de ideias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.
- II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se

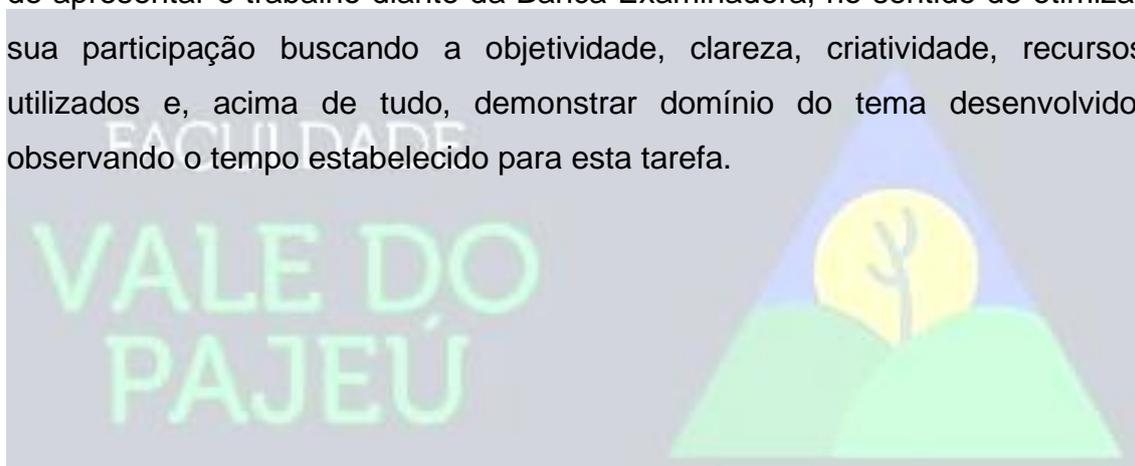


de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

- III. **ESTRUTURA FORMAL** trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.
- IV. **BIBLIOGRAFIA** refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.



APÊNDICE G

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

DADOS DO ALUNO



Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Av1 Orientador	Av2 Membro da banca	Av3 Membro da banca
SOBRE O TRABALHO ESCRITO			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO			
Subtotal			
Média aritmética das notas dos membros da banca			
Total das notas do orientador X 0,50			
Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50			
Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca			